



**Universidade do Algarve**

**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**

**O significado do trabalho e a satisfação com a  
vida de indígenas de etnia Macuxi**

Tese de Doutoramento no ramo de Psicologia

Maria de Lourdes Sousa Gomes

Orientador: Doutor Paulo Cardoso

Coorientadora: Doutora Graça Santos

Faro  
2015

# **O significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas de etnia Macuxi**

“Declaração de autoria de trabalho”

“Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.”

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. Gomes', is centered on the page.

“Copyright”

Em nome de Maria de Lourdes Sousa Gomes, “A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.”

**Aos meus pais (Ely e Barros) e  
ao meu filho (Chafic Neto)**

## Agradecimentos

Foram longas as horas de dedicação na redação da tese de doutorado. Foram muitos os encontros com pessoas que estiveram abertas a me apoiar, tanto na fase da pesquisa como na fase da composição da escrita científica. Agradeço primeiramente à Deus e à Nossa Senhora por sempre alargar a minha fé e a me fazer perceber que nunca estive sozinha nessa jornada.

Meus sinceros agradecimentos ao grande apoio recebido de meu orientador, Doutor Paulo Cardoso, um grande profissional e pessoa extremamente generosa que constantemente me encorajou e me fez caminhar em direção a aquisição de novos conhecimentos, determinante ao longo da construção desta tese de doutorado. Sua disponibilidade irrestrita, sua forma crítica e inteligente de arguir as ideias apresentadas deram norte a esta pesquisa. Meus agradecimentos também se estendem à coorientadora, Doutora Graça Santos que esteve conduzindo a orientação com observações e reflexões referente a temática pesquisada.

Agradeço aos professores(as) convidados a participarem desta banca de doutorado, o que certamente enriquecerá nosso trabalho.

Agradeço à Universidade de Évora, extensivo aos professores do curso de doutoramento em psicologia e aos colegas do curso, como também à Universidade do Algarve que me acolheu para fins de cumprimento da fase final à defesa da tese.

Meus agradecimentos também voltam-se ao grande amigo Alvino que me orientou na escolha das populações indígenas pesquisadas dando imensa colaboração para que fosse realizado o trabalho de campo. Da mesma forma, dedico os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que participaram da pesquisa, direta ou indiretamente, principalmente os Macuxi das comunidades de Darôra, Vista Alegre, Campo Alegre, Ilha e Barro, que me acolheram e perceberam a seriedade da pesquisa, pois, com eles aprendemos sobre generosidade na medida em que partilhavam em suas narrativas pessoais o entendimento sobre seus papéis de trabalho e familiar. Agradeço à Universidade Federal de Roraima, minha segunda casa, que me apoiou na etapa da pesquisa de campo. Como também agradeço a todos os profissionais, amigos e colegas, em especial Gilvete, Ana Cláudia, Flávio, Sandra, Oliveira, Sr<sup>a</sup> Antônia e Sr<sup>a</sup> Francisca que me apoiaram nas horas de maior tensão e angústia decorridas na esfera burocrática à realização da pesquisa.

Estive longe de casa, mas não sozinha. Estive com minha grande amiga Gilvanete dividindo horas de insônia e sorrisos. Com muita determinação sabíamos que mais uma etapa de vida e de trabalho superaríamos juntas. No caminho encontrei Francisco que me apoiou nessa intensa jornada, como também o Billy que com seu jeitinho peculiar, terminantemente acabou com minha ansiedade.

Confesso o quanto meus pais (Ely e Barros) e meu filho (Chafic Neto) foram importantes nesse processo. O certo é que esta etapa se conclui e eles permanecerão dando sentido à razão em seguir superando desafios na vida. Por isso lhes sou grata e devo-lhes toda a energia positiva e a fé que trago comigo nesta caminhada. Outras etapas virão e com certeza estaremos unidos em busca dos vários significados que a vida nos revela.

## Resumo

Nesta pesquisa procuramos analisar o significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas de etnia Macuxi, a partir das variáveis demográficas de gênero, idade e escolaridade. Foram inquiridos 60 participantes moradores de cinco comunidades indígenas pertencentes ao Estado de Roraima/BR. Para a avaliação das variáveis foi utilizada a análise de categorias (Hill et al., 1997) que evidencia domínios sobre o que é trabalho, o que não é trabalho, sua importância, a influência da cultura e fontes de apoio ao trabalho, assim como a perda da cultura no trabalho e a falta de apoio ao trabalho. Foi referida a satisfação com a vida, nos domínios satisfação e insatisfação com a vida, contribuição do trabalho para a satisfação com a vida, insatisfação com o trabalho e, planos de vida. Os resultados obtidos revelaram o trabalho como central na vida dos Macuxi e por onde eles atingem satisfação na vida. As mulheres compreendem o papel familiar como trabalho, porém são as mais insatisfeitas com a vida ao referirem a conciliação entre papel familiar e de trabalho. Os homens consideram as atividades profissionais desenvolvidas no espaço público como de trabalho. Os resultados sugerem que a escolaridade atenua a dicotomia entre público e privado aos papéis de gênero. As mulheres e as pessoas de maior idade como as mais satisfeitas em ajudar a família e as mais atentas às perdas sofridas na cultura. Os homens dão maior importância à vida comunitária. Os mais idosos veem a importância do trabalho para se ter vida saudável e na ajuda à comunidade, no entanto são os mais insatisfeitos com a vida, nomeadamente com a saúde. Já as mulheres e os mais jovens são os mais insatisfeitos com o trabalho.

**Palavras-chave:** Significado do trabalho, Importância do trabalho, Satisfação com a vida, Cultura Macuxi.

## Abstract

In this research, we tried to analyze the meaning of work and life satisfaction of Macuxi ethnic indigenous, from the demographic variables of gender, age and education. We asked 60 participants, residents of five indigenous communities belonging to the State of Roraima/BR. For the evaluation of the variables we used the categories of analysis (Hill et al., 1997) which shows the domains about what is working, what is not working, its importance, the influence of culture and sources of support for the work, as well as the loss of culture at work and the lack of support for the work. Satisfaction with life was reported in satisfaction and dissatisfaction with life, work contribution to life satisfaction, job dissatisfaction, and life plans domains. The results showed the work as central in the lives of Macuxi and where they achieve satisfaction in life. Women comprise the familiar role as work, but are the most dissatisfied with life refer to the conciliation of family and work role. Men consider the professional activities in public space as work. The results suggest that education mitigates the dichotomy between public and private to gender roles. Women and persons of full age are the most satisfied in helping family and the most attentive to the losses suffered in the culture. Men give more importance to community life. Older people see the importance of working to have healthy life and help the community, but they are the most dissatisfied with life, particularly with health. The women and the younger are the most dissatisfied with the work.

**Keywords:** Meaning of work, Job importance, Satisfaction with life, Macuxi Culture.

# ÍNDICE GERAL

Dedicatória	3
Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	6
Índice Geral	7
<b>Introdução</b>	<b>14</b>
<b>Parte I - Enquadramento Teórico</b>	<b>18</b>
<b>Capítulo 1 - O significado do trabalho</b>	<b>19</b>
1.1. O significado do trabalho na vida das pessoas: Enquadramento epistemológico	19
1.2. O significado do trabalho: perspectiva histórica e social	20
1.3. A importância do trabalho na vida das pessoas: uma perspectiva psicológica	25
1.4. A investigação sobre o significado do trabalho	30
<b>Capítulo 2 - Satisfação com a vida</b>	<b>39</b>
2.1. Satisfação com a vida e trabalho	39
2.2. Bem-Estar	40
2.3. Bem-estar psicológico	42
2.4. Bem-estar subjetivo	42
2.5. Bem-estar e satisfação com a vida	46
2.6. Satisfação com a vida e cultura	49
2.7. Satisfação com a vida e trabalho	51
<b>Capítulo 3 - A configuração do trabalho Macuxi</b>	<b>57</b>
3.1. O trabalho indígena pelo viés da colonização do Vale amazônico	57
3.2. O trabalho indígena vestido de civilidade na colonização brasileira	58

3.3. O trabalho comunitário na linha pró-ativa	61
3.4. O trabalho politicamente organizado	63
3.5. Articulando as relações de trabalho	64
3.6. O lugar que era permanece	67
3.7. Gênero e trabalho na cultura Macuxi	71
3.8. Escolarização e cultura Macuxi	74
3.9. Sustentabilidade e etnodesenvolvimento: entre tecnologias e conhecimentos Tradicionais	77
<b>Parte II - Estudo Empírico</b>	81
<b>Capítulo 4 – Metodologia</b>	83
4.1. Propósito de estudo	83
4.2. Método	86
4.2.1. Participantes	86
4.2.2. Recrutamento de participantes	88
4.2.3. Sobre as comunidades indígenas	89
4.3. Diário de campo	90
4.4. Investigadores e Juízes	90
4.5. Protocolo de entrevista	92
4.6. Procedimentos	94
4.7. Análise de dados	96
<b>Capítulo 5 - O significado do trabalho na vida dos Macuxi</b>	99
5.1. O significado do trabalho na vida dos Macuxi	99
5.2. Diferenças de gênero no significado atribuído ao trabalho	103
5.3. Diferenças segundo a idade relativamente ao significado atribuído ao trabalho	108
5.4. Diferenças segundo a escolaridade relativamente ao significado atribuído ao trabalho	111
5.5. Discussão sobre o significado do trabalho	115
5.5.1. O significado do trabalho na amostra total	115
5.5.2. Gênero e significado do trabalho	118

5.5.3. Idade e significado do trabalho	122
5.5.4. Escolaridade e significado do trabalho	124
<b>Capítulo 6 - Satisfação de indígenas Macuxi com a vida e com o trabalho</b>	129
6.1. Satisfação de indígenas Macuxi com a vida e com o trabalho	129
6.2. Diferenças de gênero na satisfação com a vida e com o trabalho	136
6.3. Diferenças segundo a idade relativamente à satisfação com a vida e com o trabalho	139
6.4. Diferenças segundo escolaridade relativamente à satisfação com a vida e com o trabalho	141
6.5. Discussão sobre a satisfação com a vida	144
6.5.1. A satisfação com a vida e com o trabalho na amostra total	144
6.5.2. Gênero e satisfação com a vida e com o trabalho	145
6.5.3. Idade, escolaridade, satisfação com a vida e com o trabalho	147
<b>Capítulo 7 – Conclusões</b>	149
7.1. As respostas possíveis	151
7.2. Implicações práticas	156
7.3. Limitações da pesquisa	158
7.4. Possibilidades de investigação no futuro	158
<b>Referências</b>	161

## **Índice de Tabelas**

Tabela 4.1 - Nível de escolaridade de participantes indígenas de etnia Macuxi	87
Tabela 4.2 - Nível etário e escolaridade de participantes indígenas de etnia Macuxi	88
Tabela 5.1 - Domínios, categorias, frequências e ideias principais sobre o trabalho de indígenas de etnia Macuxi (N=60)	99
Tabela 5.2 - Domínios, categorias, frequências sobre o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo o gênero	103
Tabela 5.3 - Domínios, categorias, frequências sobre o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo a faixa-etária	109
Tabela 5.4 - Domínios, categorias, frequências sobre o significado do trabalho de indígenas de etnia Macuxi, em função da escolaridade	112
Tabela 6.1 - Domínios, categorias, frequências e ideias principais sobre a satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi (N=60)	130
Tabela 6.2 - Domínios, categorias, frequências sobre satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo o gênero	137
Tabela 6.3 - Domínios, categorias, frequências sobre satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo a faixa-etária e escolaridade	139
Tabela 6.4 - Domínios, categorias, frequências sobre satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo a escolaridade	142

## **Índice de Anexos**

<b>Anexos</b>	185
Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	187
Anexo II - Termo Anuência Darôra	191
Anexo III - Termo Anuência Vista Alegre	195
Anexo IV - Termo Anuência Campo Alegre	199
Anexo V - Termo Anuência Ilha	203
Anexo VI - Termo Anuência Barro	207
Anexo VII - Termo Anuência Coord. Geral do Baixo São Marcos	211
Anexo VIII – Mapa Terras indígenas de Roraima	215
Lista de Abreviaturas e Siglas	11
Siglas dos Estados brasileiros	13

# Lista de Abreviaturas e Siglas

## Abreviaturas:

APIRR - Associação dos Professores Indígenas de Roraima

APITSM - Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos

APM - Associação de Pais e Mestres

BE - Bem-Estar

BES - Bem-Estar Subjetivo

BEP - Bem- Estar Psicológico

BR 174 - Rodovia Federal brasileira

DIEI - Divisão de Educação Indígena

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CIDR - Centro de Informação Diocese de Roraima

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CIR - Conselho Indígena de Roraima

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico

CNS/MS - Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONEP/MS - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde

CQR - Consensual Qualitative Research

DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIFA - Instituto de Investigação e Formação Avançada

ISA - Instituto socioambiental

MOW - Meaning of Work

OAB - Organização dos Advogados do Brasil

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OMIRR - Organização das Mulheres Indígenas de Roraima

ONGs - Organizações Não Governamentais

OPIRR - Organização dos Professores Indígenas de Roraima

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEI - Secretaria de Educação Indígena

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem comercial

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESC - Serviço Social do Comércio

SIAT - Sistema Indígena de Assistência Territorial

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

STF - Supremo Tribunal Federal

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TISM - Terra Indígena São Marcos

TIRSS - Terra Indígena Raposa Serra do Sol

UERR - Universidade Estadual de Roraima

UÉVORA/PT - Universidade de Évora- Portugal

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UNI - União da Nações Indígenas

WIS - Work Importance Study

## **Siglas dos Estados brasileiros**

AM - Amazonas

MA - Maranhão

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

PA - Pará

RR - Roraima

# Introdução

O trabalho tem sido percebido de forma diferenciada, variando com o nível cultural e com o estágio evolutivo de cada sociedade. No começo da civilização foi exercido como luta constante à sobrevivência. Posteriormente com a agricultura, a utilização de instrumentos e ferramentas conduziu a atividade laboral a tornar-se fonte de sustentação econômica, bem como instrumento de afirmação e crescimento pessoal e de validação e ajustamento social (Blustein, 2006; Deci & Ryan, 2002), portanto, um dos valores humanos fundamentais.

Mais que sobrevivência, o trabalho é uma das mais expressivas manifestações do ser humano, que ao longo da vida aprende que o que é feito com objetivo e finalidade lhe rende melhor na conquista de espaço, respeito e autoestima. Assim como a autoimagem de como se está no mundo, pois é refletida no que se realiza com satisfação e provavelmente possibilita a realização pessoal. Hoje, percebe-se que o significado atribuído ao trabalho encontra-se em meio a dilemas vivenciados referentes a submissão às regras do novo mercado de trabalho e as próprias necessidades pessoais.

Portanto, a escolha do tema desta tese assenta na constatação da existência de expectativas e obrigações que vão sendo criadas nas relações de vida e de trabalho que se estendem e se alteram ao longo do tempo em relação aos cenários que constituem o trabalho a partir da idiossincrasia de cada contexto cultural. Para esta constatação a realização desta tese no âmbito do Doutorado em Psicologia, inicialmente com a Universidade de Évora e posteriormente sua finalização com a Universidade do Algarve, muito contribui para o conhecimento do significado que os indígenas de etnia Macuxi atribuem em suas vidas, na medida em que o contexto laboral torna-se palco de interlocução à garantia de identidades.

A compreensão contemporânea sobre trabalho tem-se articulado junto aos fenômenos propiciadores de mudanças sociais que definem paradigmas de trabalho na sociedade e na vida de cada indivíduo. Na busca aos serviços, o indivíduo tenta acompanhar as inovações tecnológicas, as novas profissões, quando depara com uma diversidade de produtos dentre outros fatores que contribuem para a flexibilização das relações de trabalho, seu redimensionamento e conceção. O trabalho por ser um constructo em permanente construção de acordo com seu processo socio-histórico (Brief

& Nord, 1990) leva as pessoas a refletirem sobre seu contributo à satisfação pessoal nas necessidades de subsistência, ao prazer, na ênfase a individualidade e em aspetos socializados refletidos nas representações históricas da sociedade.

Nesta pesquisa procuramos conhecer o significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas de etnia Macuxi, a partir do processo histórico do trabalho e a considerar sua dimensão econômica, social e psicológica a qual esteve circunscrito e que adquiriu perfil de centralidade e instrumentalidade na vida das pessoas (Blustein, 2006; Deci & Ryan, 1985, Richardson, 1993, Savickas, 2005).

O corpo desta tese está estruturado em sete capítulos, na qual os primeiros refletem o “estado da arte” relativamente ao significado do trabalho (Capítulo 1), a satisfação com a vida e trabalho (Capítulo 2) e, a configuração do trabalho Macuxi (Capítulo 3).

No Capítulo 1, procuramos definir o significado do trabalho na vida das pessoas a partir de um enquadramento teórico que possibilitasse entender sua dimensão relacional nas esferas da vida cotidiana, tanto no propósito de produzir bens e serviços para outros (Hall, 1986), como também como experiência intersubjetiva (Richardson, 1993) construída em contexto de relação, portanto numa perspectiva construtivista, por privilegiar as particularidades contextuais em que se constroem tais significações.

Portanto, optamos por fazer uma análise histórica do trabalho a fim de compreender sua articulação com os fenômenos que propiciam mudanças sociais, pelo qual foi considerada a era agrícola, a era industrial, a era das grandes corporações, como também a era da informação digital. Etapas significativas da evolução econômica e social que correspondem a diferentes formas de pensar e organizar o trabalho.

Esta abordagem teórica perspectiva a centralidade do trabalho pelo papel do trabalhador na representação de si e ao desempenho do papel social de trabalho (Savickas, 1991; Super, 1990), indo além de seu contributo à sobrevivência, pois, permiti a satisfação de necessidades psicológicas que o contextualizam de forma integrativa aos aspetos social, cultural e econômico, conferindo ao indivíduo identidade (Blustein, 2006; Deci & Ryan, 2002; Erikson, 1968; Grotevant, 1987; Holland, 1997).

Passamos a apresentar algumas pesquisas que referem os significados atribuídos ao trabalho nomeadamente à centralidade e ao padrão instrumental conferido ao aspeto econômico (MOW, 1987), como também ressaltamos algumas pesquisas qualitativas relacionadas a variáveis como o gênero, o contexto familiar, religião, idade, estatuto

socioeconômico e pertença a populações minoritárias (Chaves et al., 2004; Cinamon & Gifsh, 2004; Ferrari, Nota, & Soresi, 2008).

Da mesma forma trabalhamos o Capítulo 2, cujo referencial teórico vem substanciar a temática satisfação com a vida e trabalho, a partir de abordagens psicológicas que visam a investigação de experiência subjetiva de bem-estar, felicidade e de satisfação com a vida (Campbell, Converse, & Rodgers, 1976; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000). Os estudos sobre o bem-estar foram expandidos e permitiram que novas abordagens surgissem na conceptualização de bem-estar (Ryan & Decy, 2001; Lent, 2004), o que confirma seu constructo como complexo e multidimensional.

Assim estabeleceu-se sua dimensão relativa ao bem-estar hedônico e eudemônico e correlações entre bem-estar subjetivo e bem-estar psicológico (Keyes, Shmotkin, & Ryff, 2002), o que corroboraram com avaliações emocionais e cognitivas sobre a vida, designadas por felicidade ou satisfação com a vida (Diener, Lucas, & Oishi, 2002). No entanto, a referência neste estudo sobre o trabalho para os indígenas Macuxi, acentua que, para as culturas coletivas, são as normas sociais as preditoras de satisfação com a vida (Suh, Diener, Oishi, & Triandis, 1998), mais do que a satisfação com a vida para as culturas individualistas.

A satisfação no trabalho também é vista como influenciadora da satisfação com a vida (Blustein, 2006; Diener & Seligman, 2002; Fritzsche & Parrish, 2005; Lent, 2004; Rain, Lane, & Steiner, 1991; Savickas, 2011). Como também os níveis de satisfação podem tornar-se variantes em relação à idade e gênero (Bennett, 1999).

O Capítulo 3 traz a configuração do trabalho Macuxi a partir de uma síntese histórica do período de colonização do Vale amazônico (i.e. Século XVIII). Fase de aldeamento do indígena Macuxi, onde até o final deste mesmo Século, estes, passam a ser explorados pelo próprio colono brasileiro (Farage, 1991; Santilli, 1994). No entanto, os Macuxi não se deixaram manobrar, pois, politicamente atuam de forma pró-ativa e configurando, dessa forma, o trabalho coletivo como instrumento de mediação na garantia a seus direitos territoriais e étnico. Nesse sentido, trazemos Certeau (1994) e Foucault, (2005) para discutir as relações e as estratégias de poder entre explorador e explorado.

Ainda neste capítulo, é feita uma explanação sociodemográfica sobre a população indígena do Brasil e sobre os Macuxi, como também traz referência do trabalho na cultura Macuxi perspectivado nas relações de gênero e escolaridade (Bourdieu, 1999; Saffioti, 1987; Scott, 1990, 1992) como processos balizadores de

aculturação e, ao mesmo tempo de reversibilidade sobre as motivações que os levam a ser Macuxi. Trazemos um breve panorama sobre as práticas de trabalho de indígenas brasileiros, sob o prisma do etnodesenvolvimento sustentável. Dessa forma, entendemos que os indígenas garantem sua autonomia e emancipação, à medida que perseguem o trabalho enquanto preditor de fortalecimento de seus conhecimentos tradicionais.

No Capítulo 4 são descritos os objetivos a atingir nesta investigação, o modelo teórico pautado na metodologia Consensual Qualitative Research (CQR; Hill, Thompson, & Willians, 1997) e as respectivas variáveis que o integram. Foram quatro as questões que concretizaram os objetivos da investigação: *Qual o significado do trabalho para os indígenas de etnia Macuxi? Existem diferenças no significado atribuído ao trabalho em função do gênero, da idade e do nível de escolaridade dos participantes? Que percepção têm os indígenas Macuxi da sua satisfação com a vida? Existem diferenças na percepção que os indígenas Macuxi têm da sua satisfação com a vida em função do gênero, idade e escolaridade?* Por fim, apresentamos o conjunto de hipóteses e procedimentos utilizados para o prosseguimento deste estudo, caracterizando a amostra e os instrumentos utilizados.

Os Capítulos 5 e 6 são reservados para a discussão dos resultados encontrados sobre o significado que os indígenas Macuxi atribuem ao trabalho e à satisfação com a vida. Finalmente no Capítulo 7 são apresentadas as conclusões principais deste estudo, bem como uma reflexão sobre as contribuições, limitações da pesquisa e sugestões para investigações futuras.

Em anexo, apresentamos o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o mapa indígena de Roraima e Documentos de Aceite da pesquisa in loco, assinado por lideranças indígenas das cinco comunidades pesquisadas.

Dessa forma a investigação refere importância à temática, tendo em vista a centralidade que o trabalho é capaz de exercer na vida humana, portanto, constituindo-se na principal fonte de significados na vida e a conferir legitimidade ao sujeito trabalhador.

## **PARTE I**

---

## **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

# Capítulo 1

## O significado do trabalho

### 1.1. O significado do trabalho na vida das pessoas: enquadramento epistemológico

O trabalho é uma dimensão fundamental na vida das pessoas. No âmbito da psicologia são vários os autores que o referiram, como é o caso de Freud quando propunha que um dos principais objetivos da psicoterapia era permitir ao paciente amar e trabalhar (Erickson, 1963). No mesmo sentido Adler fala da importância do amor, do trabalho e das relações de amizade à manutenção de uma vida satisfatória (Sweeney, 1998). Na mesma linha, a investigação em psicologia tem evidenciado a saliência do papel de trabalhador na vida dos indivíduos (Super & Sverko, 1995), bem como a importância do trabalho para o bem-estar e para a saúde mental (Blustein, 2008; Lucas, Clark, Georgellis, & Diener, 2004).

Nesta investigação o trabalho é entendido como esforço ou atividade desempenhada pelo indivíduo com o propósito de produzir bens e, serviços para outros (Hall, 1986). Esta definição tem a vantagem de colocar o trabalho como atividade social que não se restringe à atividade profissional. Uma segunda vantagem resulta de ir ao encontro das atuais conceções psicológicas do trabalho que o situam como experiência intersubjetiva (Richardson, 1993), isto é, como experiência subjetiva construída em contexto de relação.

A dimensão relacional do trabalho resulta em haver sempre uma relação entre quem produz e o que é produzido e porque a produção ou os serviços prestados são dirigidos a alguém. Por sua vez, o trabalho é uma experiência subjetiva pois, a ele estão associados significados (e.g. crenças, valores). Enquanto experiência de relação, o trabalho assume diferentes significações em função do “objeto” da relação e do contexto cultural em que ocorre. Por exemplo, o significado atribuído ao trabalho por um

indígena na amazônia é com certeza diferente do comercial que todos os dias vai para a sua empresa pois, não só o que é produzido é diferente como também, o contexto relacional em que é produzido (e.g. colegas, superiores hierárquicos, família, clientes).

O significado do trabalho enquanto conjunto de crenças, valores e sentimentos construídos na relação com a atividade realizada, resulta de um processo dinâmico e multidimensional, pois, acontece a partir da conjugação de variáveis psicológicas e ambientais (MOW, 1983). Estas significações atribuídas ao trabalho tendem a influenciar a adesão, a participação e a satisfação com as atividades realizadas.

Algumas questões centrais ao estudo do significado do trabalho na vida das pessoas são para Castillo (1997) “O que significa o trabalho para as pessoas? O que pretendem dele? O que pretendem com o trabalho? Como é que os sentimentos face ao trabalho influenciam outras dimensões da vida?” (p. 419). Para lhes responder colocamo-nos numa perspetiva construtivista por privilegiar as particularidades contextuais em que se constroem tais significações. Este posicionamento metodológico fundamenta-se numa perspetiva epistemológica que considera o conhecimento como socialmente construído. Esta matriz concetual, por enfatizar abordagens que partem das especificidades da vida de trabalho dos indivíduos para captar especificidades contextualizadas dessas realidades, abre espaço ao estudo do significado do trabalho em múltiplos contextos e populações, por isso ajusta-se aos objetivos do nosso trabalho que é o de estudar o significado do trabalho para os indígenas Macuxi.

## **1.2. O significado do trabalho: perspetiva histórica e social**

Para entender o trabalho como experiência influenciada pelo contexto social e cultural é importante uma análise histórica do trabalho na vida das pessoas. De fato, a natureza social do trabalho leva a compreensão de como o trabalho se articula com os fenômenos que propiciam mudanças sociais.

Na sociedade global os processos históricos simultaneamente circunscrevem as novas formas de conhecimento humano ao que concerne questões ideológicas, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e conseqüentemente as relações de produção e significado do trabalho (Lapierre, 1973). As transformações no mundo do trabalho vêm sendo analisadas por modelos e práticas que procuram explicar o lugar do trabalho na vida das pessoas e da sociedade, engendrando assim seus significados (Gouws, 1995).

Para estruturar esta perspectiva histórica optamos por considerar quatro momentos da evolução econômica e social que correspondem a diferentes formas de pensar e organizar o trabalho: a era agrícola, a era industrial, a era das grandes corporações e, finalmente, a era da informação digital.

Consideramos o início da era agrícola, com o surgimento da agricultura baseada na subsistência pessoal e familiar que permitiu a mudança do comportamento nômade para o comportamento sedentário. A era agrícola caracterizava-se pelo trabalho envolvendo a realização de uma multiplicidade de tarefas aprendidas com a transmissão de conhecimentos, de geração em geração (Roel, 2002). A era agrícola também se caracterizava pela vida no seio da família nuclear alargada (Savickas & Backer, 2005).

No período clássico e feudal, ao trabalho associavam-se significações negativas, muitas vezes encarado como castigo ou atividade corporal exclusiva dos escravos e pobres. Por sua vez, os nobres, donos de terras, ostentavam poder e desprezavam o trabalho. Já o clero tinha por função a salvação das almas e justificava a exploração dos servos pelos desígnios da Igreja, onde estes deveriam trabalhar para sustentar a todos enquanto a nobreza os protegeria (Gonçalves, 2006).

Na era industrial, dá-se a grande emigração dos campos para a cidade e com isso, a vivência de sofrimentos e insatisfações resultantes do afastamento de suas propriedades e do que produziam (Savickas & Baker, 2005). Os ofícios deram lugar aos empregos e ao trabalho assalariado. Este período demarca o trabalho numa concepção capitalista tradicional, regido pelo sistema Taylorista em que prevalece a organização racional do trabalho (Lévy-Leboyer, 1994). Seu valor subjaz à instrumentalidade de forma disciplinar e padronizada ao intuito de atingir a eficácia econômica. A execução parcelada do trabalho trouxe exigência de tempos mais curtos de preparação para executar as tarefas exigidas, bem como a separação entre a concepção e a execução do trabalho que se realiza.

Desse modo, vai-se perdendo o sentido na realização de tarefas pois, não cabe ao trabalhador pensar sua prática. Racionalizado e/ou precarizado, o trabalho permanece exterior ao indivíduo, que por constituir-se em atividade pré-programada não dá espaço à iniciativa pessoal. Assim, o paradigma da produção em detrimento da emancipação humana leva que o trabalho limite os elementos para a constituição de identidades sociais relativas ao trabalho (Gorz, 1982; Habermas, 1987; Offe, 1989).

A era industrial também exigiu indivíduos mais qualificados para o trabalho. A educação voltou-se para o treinamento da memória de trabalhadores que poderiam

aprender com a rotina de trabalho e que, seguindo ordens e sem resistência tornaram-se trabalhadores ideais (Gini & Sullivan 1987). A educação familiar demarcou uma adolescência que dedicou tempo e energia ao futuro vocacional. No entanto, entre os pobres e proletários, a decisão sobre o campo de trabalho era ainda determinado pela classe social de origem e pela posição da pessoa na família (Donkin, 2001; Gini, 2000; Thomas 1999).

A era das grandes corporações levou que grandes setores empregadores como a agricultura, o comércio e as fábricas dessem lugar às grandes corporações com estruturas piramidais rígidas, estabelecendo fronteiras entre os departamentos e definindo o percurso ascendente e previsível que todos queriam subir para aumentar a sua responsabilidade e prestígio (Cardoso & Duarte, in press).

As relações contratuais de trabalho nas grandes organizações apoiam-se nas pessoas e valorizam suas competências. Nesse contexto há a retomada por um trabalhador pensante, capaz de prover o trabalho para fins de qualidade total, isto é, qualidade na produção, serviço e desempenho. As relações de trabalho se estabelecem em torno do “capital humano” e, ao trabalhador sobra o total comprometimento com a organização e a perceber o trabalho como instrumento de promoção social.

O avanço na qualificação do trabalhador e na humanização das condições de trabalho em favor de uma racionalidade econômica é concomitante ao crescimento da economia informal e da precarização do emprego. O trabalho que era e continuou sendo eixo central da organização social passa a compor espaços de discussão juntamente com as temáticas de gênero, identidade, etnia e de acessibilidade, dentro da perspectiva multicultural e pluralista em que as organizações sociais se forjam (Antunes, 2000; Castel, 1998; Organista, 2006).

A era da informação digital se instala com a elevada tecnologia que veio contribuir com a implementação do trabalho por via da informatização. As novas tecnologias tornam-se impulsoras do abandono das formas tradicionais de produção e comercialização. As novas organizações do trabalho estabelecem novos paradigmas de trabalho na sociedade e na vida de cada indivíduo. A globalização, que a era digital acelera, leva que a competitividade das organizações se faça de acordo com a lógica econômica de maior produção ao mais baixo custo. Para conseguir este objetivo, além da tecnologia, usam-se outros recursos como, os baixos salários e a precarização do trabalho (Pais, 2003).

O trabalho informal também ganha espaço e, o lugar do privado passa a ser concebido como um local de trabalho. Dentro do trabalho informal está aquele que ocorre sem regime formal de trabalho e sem salário fixo. As formas de organização das atividades de trabalho que fogem das amarras do vínculo de emprego formal representam uma economia invisível, no entanto, os trabalhadores buscam obter benefícios intrínsecos com as atividades (Offe, 1999).

Estas novas formas de trabalho são geridas pelos indivíduos como estratégias de sobrevivência, afetando não só o setor urbano como também o rural. Porém, com os novos segmentos da política econômica global, esta prática é aceita sob diversas configurações (e.g. subcontratação, terceirização, quarteirização do trabalho, trabalho autônomo, biscate, desemprego disfarçado) e passa a ser regulamentada de modo a preservar os direitos do trabalhador e também de garantir vantagens dos detentores do capital. Os trabalhadores que se enquadram nessa relação flexível do trabalho com o mercado, sem vínculos laborais com as empresas onde prestam serviços se percebem superexplorados e desamparados pela legislação do trabalho (Antunes, 2006, 2007; Araújo, 2008).

Há também aqueles que fazem parte do trabalho informal sem necessariamente compor a economia formal de mercado, mas apenas buscam com os próprios recursos manter sua subsistência pessoal e/ou familiar. É o caso de algumas etnias indígenas brasileiras (e.g. Macuxi-RR, Makaxali-MG, etc.) que se mantêm do trabalho rural na produção agropecuária e de atividades manuais, na mais natural relação com o ecossistema, sem vínculo à produção que caracteriza a atual era digital.

Porém, as comunidades tradicionais rurais tem sido integradas aos sistemas de produção ao agregarem em suas práticas o molde capitalista de desenvolvimento da atividade agrícola familiar e plurifamiliar, com a transformação da produção pelo incremento tecnológico, com fins de aumentar os níveis de renda e consumo familiar e com margens a um percentual da produção excedente à comercialização (Mior, 2005).

O trabalho informal que antes era aspeto negativo (i.e. caía sobre si a culpa da manutenção do subemprego), porém, constitutivo da economia dos países subdesenvolvidos, deixou de ser empecilho casual para ser entendido com sua autonomia e idiosincrasias, bem como em seu componente estrutural (i.e. conforme o proposto por Keit Hart e Hans Singer no relatório da Organização Internacional do Trabalho-OIT, em 1972, 1984). Posteriormente, o termo “economia informal” veio referir qualquer atividade econômica que mantém relações formais (i.e. reguladas) ou

informais (i.e. não reguladas), representadas por trabalhadores autônomos, assalariados e demais formas de trabalho remunerado, considerado à margem da legislação social e trabalhista, além do trabalho não remunerado em atividades geradoras de renda (OIT, 2002).

Ao longo da história, o papel do contexto cultural e social nas significações atribuídas ao trabalho, também é evidente se tivermos em conta as relações entre trabalho e religião. De fato os movimentos religiosos ultrapassam as portas das igrejas e se fazem presente na casa e nos locais de trabalho de pessoas que evocam suas crenças, ritos e entidades sacras consideradas como um poder supremo (Wildes, 1995). Assim, as relações de trabalho também se estabelecem dependentes de crenças e espiritualidade. Constroem-se com a obtenção de favores, de dar um sentido à vida ou mesmo como sendo uma força, uma energia ou explicação sobre o destino dos homens. Nesse aspecto, quando há um sentido identificado na atividade laboral, a espiritualidade no trabalho pode referendar a valorização de sentimentos de totalidade e de alegria. Quando legitimada por meio do suporte social e de compartilhamento de valores com o coletivo, a experiência de satisfação com o trabalho é impulsionada fazendo o trabalhador sentir-se conectado com seus pares, com a sociedade e até mesmo com o transcendente (King, 1997).

Num trabalho dedicado ao tema da importância do trabalho na vida das pessoas, Sverko e Vizek-Vidovic (1995) evidenciam como, em diferentes períodos históricos e contextos culturais foram atribuídos diferentes significações ao trabalho num processo marcado pela religião vigente. O autor começa por referir que na antiguidade o trabalho era reservado aos escravos e aos pobres, devendo ser evitado pela aristocracia. No entanto, como resultado do peso das doutrinas religiosas, esta conotação foi se alterando. Por exemplo, com os Hebreus, o trabalho é entendido como forma de espiar a culpa associada ao pecado original, enquanto entre os católicos há uma atitude ambígua face ao trabalho. Se por um lado é visto como consequência do pecado original (i.e. no Paraíso não existe dor nem trabalho), por outro lado algumas correntes e práticas, no interior do Cristianismo, ligavam o trabalho à ascese que conduz a Deus.

Esta visão do trabalho é evidente nas correntes monásticas que afluem aos milhares para participarem nas colheitas, no Egito ou entre os monges beneditinos onde o trabalho é o contraponto necessário da contemplação. Por sua vez, o protestantismo vem preconizar o trabalho árduo enquanto forma de servir a Deus e de conseguir a

salvação (e.g. Luteranos) ou como obrigação e elevada virtude (e.g. Calvinistas) (Sverko & Vizek-Vidovic, 1995).

De fato, o projeto Work Importance Study (WIS; Super & Sverko, 1995) permitiu validar empiricamente a relação entre a saliência do trabalho e o contexto religioso dos povos. Este projeto internacional de investigação, envolvendo 11 países dos cinco continentes, revelou que a importância relativa atribuída a cada um dos papéis da carreira variava em função do contexto geocultural dos participantes, caracterizado pela proximidade geográfica e semelhança de tradições culturais (Kulenovic & Super, 1995; Nevill & Super, 1986). Os resultados revelaram que nos países do Norte da América predomina a tradição protestante com toda a sua influência no valor do trabalho para o aperfeiçoamento humano, com exceção do papel de estudante, era dada maior saliência aos restantes papéis da carreira, do que no grupo dos países europeus e no Japão. Por sua vez, nos países europeus de tradição católica, os resultados foram homogêneos mas evidenciando ligeira saliência dos papéis de estudante e familiar.

Finalmente, o terceiro grupo geocultural correspondia ao Japão de tradição budista, os resultados evidenciaram maior participação em atividades de tempos livres e para menor saliência dos restantes papéis, relativamente aos restantes agrupamentos de países (Kulenovic & Super, 1995). Este estudo permitiu ainda concluir que as variáveis culturais relativas a tradições ancestrais, como a religião e outras mais difundidas pela proximidade geográfica parecem ter maior influência na saliência das atividades, do que as relativas à estrutura econômica e aos contextos políticos dos países envolvidos (Kulenovic & Super, 1995).

### **1.3. A importância do trabalho na vida das pessoas: uma perspectiva psicológica**

A importância do trabalho na vida das pessoas decorre de fundamentos fisiológicos. De fato, os animais e as pessoas são movidos para garantir a sobrevivência e dar continuidade à sua espécie (Savickas, 1989). Esta tendência coloca o trabalho como dimensão fundamental da existência. Isto é, o labor, enquanto esforço físico à satisfação de necessidades, está presente em humanos e animais. No entanto, o labor nos humanos é investido de significados que se expressam em designações como trabalho, carreira, vocação, enquanto nos animais há consciência do esforço para resolver as

necessidades de sobrevivência mas não há evidências de uma representação de si a desempenharem um papel social, isto é, o papel de trabalhador (Savickas, 1991).

Torna-se clara a percepção sobre a centralidade do trabalho em não decorrer apenas de fundamentos fisiológicos e do contributo para a sobrevivência, mas também de permitir a satisfação de outro tipo de necessidades psicológicas. Para um entendimento mais completo sobre a importância do trabalho para o bem-estar psicológico dos indivíduos, várias abordagens psicológicas têm contribuído às perspetivas integradoras sobre o significado do trabalho.

Marx (1844/1974, 1988), apesar de se situar numa perspetiva contextual não deixou de ligar o trabalho à resolução de necessidades de sobrevivência, de necessidades psicológicas básicas e de relação das pessoas à natureza. Por sua vez, Freud (1930/1996) perspetivou o trabalho como expressão da transformação da energia pulsional em funções socialmente aceitáveis. Deste modo, o trabalho não só surge relacionado com a resolução de necessidades humanas como também integrado na dinâmica pulsional do funcionamento humano.

Outros autores viram o trabalho como instrumento de expressão individual. Um dos exemplos marcantes no domínio da psicologia vocacional é a perspetiva desenvolvimentista de Super (1990), na qual o papel de trabalhador é considerado central para dar expressão ao conceito de si. Isto é, a dinâmica do desenvolvimento de carreira é uma dinâmica de procura de implementação do autoconceito nos diferentes papéis da carreira, nomeadamente, no papel de trabalhador. No mesmo sentido, Axelrod (1999) perspetivou o trabalho como instrumento para dar expressão a talentos naturais, ambições e interesses. Por sua vez, O'Brien (2001) propõe que o trabalho faz parte de uma experiência de autorrealização das necessidades básicas do indivíduo (segurança, amor, estima), tal como definidas na teoria de Maslow (1943). O trabalho ainda é perspetivado como meio de expressão de valores, aspirações e interesses.

Evoluindo para conceções integradoras das funções psicológicas do trabalho, Neff (1985) refere o trabalho como cumprindo necessidades materiais (e.g. sobrevivência), de autoestima, de atividade, de respeito pelos outros e de criatividade. No mesmo sentido, Herr, Cramer e Niles (2004) preconizam que o trabalho não só cumpre funções psicológicas (i.e. satisfação de necessidades de conexão, realização, estrutura e finalidade), como económicas (e.g. necessidades de sobrevivência) e sociológicas.

Recentemente Blustein (2006) apresentou uma perspectiva integrativa e contextual do trabalho. A sua visão é compreensiva pois considera que o trabalho permite cumprir um conjunto de funções que seguidamente se enumeram:

- 1) As experiências de trabalho são um instrumento para a construção da identidade pois permitem ao indivíduo um sentido de coerência no contexto social em que se move;
- 2) O trabalho assume significados que resultam de todo o patrimônio de significações individuais e também dos contextos sociais em que o indivíduo se move. Assim, tal como a análise histórica evidencia, o significado do trabalho não se altera apenas em função da estrutura de representações do indivíduo mas também é modificado pelo contexto cultural em que as pessoas vivem;
- 3) O trabalho envolve esforço, atividade e energia humana fundamentais para o bem-estar social e econômico numa determinada cultura;
- 4) O trabalho é uma experiência constante na vida dos humanos pelo que contribui para o entendimento da continuidade e da coerência dos seres humanos de diferentes espaços e culturas.

A partir desta visão do trabalho Blustein vai mais longe, analisando as necessidades psicológicas básicas que o trabalho resolve. Para isso, fundamentou-se na teoria da autodeterminação (Deci & Ryan, 2002). No entanto, Blustein não se restringe às necessidades psicológicas básicas propostas pela teoria da autodeterminação e apresenta três funções fundamentais que referem o trabalho como um meio de acesso à sobrevivência e poder, como instrumento de conexão social e de autodeterminação.

Na primeira função, o trabalho como meio de acesso à sobrevivência e poder, Blustein (2006) considera que para entender seu significado na vida das pessoas é importante ter em conta que o trabalho também tem como função primordial garantir a sobrevivência através do acúmulo de bens e prestação de serviços, principalmente em momentos de instabilidade e insegurança. No entanto, com a garantia da sobrevivência e, à medida que o indivíduo vai acumulando recursos o trabalho passa a ser um instrumento de poder social e econômico, conferindo ao indivíduo *status* social, prestígio e poder. Dessa forma o trabalho é gerador de poder.

A segunda função do trabalho, como meio de conexão social, refere o estabelecimento de vínculos sociais a partir das relações interpessoais que se estruturam em contextos sociais amplos. Deste modo, o trabalho permite resolver necessidades de

relação através da experiência de relações positivas, de cuidado e de respeito mútuo com os outros (Baumeister & Leary, 1995).

O trabalho permite resolver estes tipos de necessidades pois possibilita a construção de relações consistentes, às vezes íntimas que interligam-se por redes sociais. Portanto, o trabalho apresenta-se como uma das atividades mais sociais e em estreita relação com diferentes domínios da vida. De fato, os problemas nos domínios não laborais colocam desafios ou oferecem apoios influentes no trabalho (Blustein, 2006). Nesta perspectiva de vínculos sociais que se constituem em redes que estruturam as conexões entre as pessoas, estabelecem-se relações de ajuda na assistência instrumental às tarefas de trabalho. Deste modo, o trabalho é fonte de apoio emocional, permitindo às pessoas sentirem-se protegidas, amadas e resilientes (ou não) (Josselson, 1992; Schultheiss, Kress, Manzi, & Glasscock, 2001). Esta dimensão relacional do trabalho é mais saliente em atividades de ajuda ao outro (Blustein, 2006).

O trabalho também é uma forma de conectar as pessoas ao maior contexto social e cultural de suas vidas. As ligações de trabalho oferecem oportunidades para um sentido de comunidade e para o apoio social que proporciona o sustento emocional necessário para uma jornada de vida satisfatória e significativa (Blustein, 2006). O autor ainda afirma que o trabalho confere ao indivíduo uma identidade dentro do contexto social, sancionada por uma identidade psicológica interna (Erikson, 1968; Grotevant, 1987; Holland, 1997).

Assim, as necessidades de relação não devem ser vistas só na perspectiva do indivíduo mas também da sociedade, isto é, da ligação do indivíduo a um contexto social alargado. Esta ligação é fundamental para a construção de sentimentos de pertença, de inclusão social e de contribuição para a sociedade a que se pertence. No entanto, a desigualdade de oportunidade no acesso ao trabalho atribuída a características fenotípicas (e.g. raça, cor, sexo) evidencia o outro lado do contributo do trabalho para a inclusão social. Trata-se de uma experiência em oposição ao desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa em relação a saúde, bem-estar, segurança e melhores oportunidades que o trabalho possa oferecer (Blustein, 2006).

A terceira função refere a autodeterminação que o trabalho promove, isto é, a possibilidade que oferece para resolver, além das necessidades de relação, as necessidades de competência e de autonomia e, assim permitir que o indivíduo possa regular a sua vida e o seu desenvolvimento satisfatoriamente (Blustein, 2006). A primeira, de competência, refere-se à necessidade de realizar com sucesso tarefas

desafiantes e a obter resultados (White, 1959). A segunda, de autonomia, refere-se à necessidade de ter liberdade de escolha ou de iniciar determinado comportamento (Deci & Ryan, 2002).

A autodeterminação relativa ao trabalho possibilita o alcance de satisfação pessoal, de sentimentos de realização. Acontece que são poucas as pessoas que têm a possibilidade de escolher um trabalho onde haja identificação com a função desempenhada e por isso, o vivenciam como sendo intrinsecamente motivante. De fato, muitas vezes o trabalho não contribui para a autodeterminação individual pois torna-se degradante, desmotivador da autodeterminação e ocasiona desprazer por quem o executa (Blustein, 2006). Para minimizar este tipo de experiências, os indivíduos nestas condições transformam atividades que apenas são extrinsecamente motivadas (i.e. resolvem fundamentalmente necessidades de sobrevivência) em atividades que podem ser vividas como internamente mais gratificantes. Esta transformação é conseguida pelo recurso a processos de autorregulação que permitem a internalização de expectativas, exigências, valores e objetivos externos e assim, é possível “integrar actividades extrinsecamente motivadas nas suas estruturas psicológicas” (Blustein, 2006, p.126).

Deste modo, não há a transformação de uma experiência extrinsecamente motivada numa experiência intrinsecamente motivada, mas numa com a qual há maior identificação e por isso, internamente gratificante (Ryan & Deci, 2000). Deste modo, através de processos autorregulatórios o indivíduo procurou que o trabalho contribuísse para resolver necessidades de competência, autonomia e de relação, além das de sobrevivência.

Como referido, Blustein (2006) procurou ir mais longe na explicação do processo de autodeterminação em contexto de trabalho. Nesse sentido, refere que o processo de autorregulação descrito não é linear pois pode ser limitado por variáveis do contexto, nomeadamente, a incongruência entre os valores da organização e os valores pessoais, bem como por restrições no sistema de oportunidades que impedem o indivíduo a ter acesso aos recursos e apoios para se ajustar ao trabalho.

Este quadro conceptual sobre o significado do trabalho na vida das pessoas abre possibilidade a refletir como se podem estruturar as condições de trabalho a fim de permitir a satisfação das necessidades de relação, autonomia e competência. Estimula ainda a pensar como facilitar aproximar os valores pessoais dos organizacionais ou, como criar condições para reduzir restrições no acesso à estrutura de oportunidades. Por exemplo, oferece ferramentas para estudar o desemprego, a precariedade ou os

processos de discriminação no acesso ao trabalho devido à condição de gênero, raça, orientação sexual, religião ou saúde.

A prática deve ser embasada por conhecimento empiricamente sustentado. Nesse sentido, Blustein (2006) sugere que para estudar e explorar de forma integrativa as relações que se estabelecem no espaço da vida de trabalho, é importante o recurso a metodologias que permitam captar as especificidades individuais no contexto em que estes desenvolvem a sua vida. Nesse sentido, aponta a importância de perspectivas teóricas e metodológicas com enfoque relacional, explícito à exploração de narrativas, memórias, poemas e material de casos clínicos. Com esse tipo de metodologias de investigação poderão surgir novas ideias e conceitos que abranjam principalmente as conexões sociais construídas nas vidas de trabalho dos pobres, das classes trabalhadoras e das populações marginalizadas.

No mesmo sentido Richardson (1993) também dá seu contributo criticando a literatura vocacional ou de carreira, por apresentar resistência a novas abordagens que permitem ampliar a consciência de opressão e assim, dá maior visibilidade à diversidade racial, étnica, a populações de classes pobres e grupos minoritários. Para Richardson (1993) são necessárias abordagens teóricas e metodológicas ao estudo do trabalho na vida das pessoas, que permitam investigação produtiva sobre *como* e *por que* as pessoas de locais diversos (e.g. raça, gênero, classe, etnicidade) tomam decisões de vida em relação ao trabalho e a família.

#### **1.4. A investigação sobre o significado do trabalho**

Diversas foram as pesquisas e estudos sobre o trabalho que exploraram abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas (Davidson & Cadwell, 1994; Dollarhide, 1997; Freedman & Fresko, 1996; Gill, 1999; Harpaz, 1998; Howard, 2005; Ros & Grad, 1991; Wolfe, 1997). Neste domínio o projeto Meaning of Work (MOW; 1987) e o Work Importance Study (WIS; Super & Sverko, 1995) foram marcantes pois, ao envolverem estudos em muitos países, alavancaram internacionalmente as pesquisa no campo do trabalho.

O MOW (1987) reuniu 8 países (i.e. Japão, Israel, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Bélgica e França) e analisou as dimensões e a diversidade dos padrões de significados atribuídos ao trabalho. A pesquisa considerou como variáveis

anteriores as categorias ocupacionais dos indivíduos, a nacionalidade, o gênero, faixa etária e o grau de instrução. Os resultados revelaram que para os participantes o trabalho era entendido como fonte de sustento, um meio de relacionamento entre as pessoas, uma forma de ocupação e integração num grupo ou na sociedade. Isto é, os resultados permitiram identificar quatro dimensões referentes a atribuição dos significados do trabalho: (1) centralidade do trabalho, identificou a importância do trabalho para os indivíduos quando comparado a outras áreas da vida humana como família, lazer, religião e comunidade; (2) objetivos valorizados do trabalho, referiram aspectos relacionados e não relacionados ao conteúdo da tarefa mais valorizados pelos funcionários; (3) normas sociais, indicaram relacionamentos no grupo conforme suas normas e, em que medida o trabalho foi percebido como um dever ou direito do cidadão e a dimensão; (4) resultados esperados do trabalho, referiram às funções atribuídas ao trabalho, onde uns esperavam se realizarem no trabalho, outros desejam obter rendimentos necessários ou manterem-se ocupados. Quanto aos padrões, a pesquisa referiu ao padrão instrumental o aspecto econômico do trabalho e proporcionador de obtenção de dinheiro, com baixo valor dos aspectos intrínsecos; o padrão expressivo referiu à centralidade do trabalho na vida das pessoas e onde menos se acentuou a importância ao salário; o padrão de significado com orientação para direito e contato, onde as pessoas atribuíram alto valor à dimensão do contato social no trabalho, com altas taxas de normas de direito contrastadas com deveres; por fim, o padrão de significado com baixo direito, identificou pessoas que apresentam orientação extremamente baixa para as normas de direito, sendo ligeiramente contrabalançados por uma orientação média para obrigação. Nesse sentido os resultados tenderam a perceber o trabalho em um padrão complexo de significados variáveis, de acordo com as experiências e características pessoais de cada um, de seus aspectos socioculturais e que portanto modificáveis, porém, constatado como esfera central para as pessoas. Acrescente-se que a pesquisa revelou que a maioria dos participantes afirmaram continuar trabalhando mesmo que pudessem passar o resto de suas vidas confortavelmente (Morin, 1996, 2001; MOW, 1987).

No âmbito brasileiro, algumas pesquisas (Bastos, Pinto & Costa, 1995; Borges, 1998; Borges & Pinheiro, 2002; Goulart, 2006; Santos, 1994; Soares, 1992) deram vazão ao significado do trabalho embasados nos pressupostos metodológicos do MOW (1987) e exploraram as dimensões do significado do trabalho, porém, com a adaptação

de instrumentos para a realidade brasileira. Na grande maioria, os resultados coincidem com o estudo desenvolvido nos oito países (MOW, 1987)

O WIS teve como principal objetivo estudar a importância relativa do trabalho em comparação com outras atividades (e.g. estudo, serviços à comunidade, casa e família, tempos livres) e os valores que lhes estão ligados (Ferreira Marques, 1997). O estudo tem a originalidade de analisar, entre outros aspetos, como a importância relativa dos papéis da carreira se vai alterando devido à influência de uma multiplicidade de variáveis internas e externas ao indivíduo. Neste sentido, os resultados revelaram que entre os adolescentes e jovens adultos o papel de tempos livres tendia a ser o mais saliente, seguindo-se muito próximos os papéis de trabalhador e familiar. Depois, no ensino superior. No entanto, ao longo do desenvolvimento de carreira o papel de tempos livres ia perdendo a sua saliência, pelo que entre os adultos os papéis de trabalhador e familiar eram os mais salientes (Kulenovic & Super, 1995; Sverko & Super, 1995).

Outros estudos de menor dimensão, mas não menor importância, têm sido realizados para explorar as especificidades do significado do trabalho na vida das pessoas. Desse modo, a investigação tem relacionado o significado do trabalho a variáveis como gênero, contexto familiar, religião, idade, estatuto socioeconômico, pertença a populações minoritárias ou a natureza do trabalho que se faz.

Relativamente ao gênero, os estudos sobre percepção de barreiras na carreira dão indicadores para entender como homens e mulheres atribuem diferentes significados ao trabalho. Estes estudos tendem a evidenciar que o conflito entre o papel familiar e o papel do trabalho é uma importante barreira na carreira de mulheres (Betz, 1994, 2005; Fassinger, 2005; Forster, 2001; O'Leary, 1974; Phillips & Imhoff, 1997; Russell, 1994; Wiersma, 1990; Young & Friesen, 1992). Nesse sentido, o significado do trabalho altera-se em função das populações. No que à família diz respeito, uma investigação realizada com trabalhadores inseridos em organizações formais (Bastos, Pinto, & Costa, 1995), apresentou os resultados que confirmaram o peso atribuído à família e ao trabalho como centrais na vida das pessoas, bem como definidores de identidades. A pesquisa apresentou resultados evidenciando o trabalho no cumprimento econômico, de expressão dos interesses e de autorrealização.

Considerando ainda o contexto familiar, uma pesquisa desenvolvida em Portugal (Gonçalves & Coimbra, 2007) procurou analisar o significado e a centralidade do trabalho para adolescentes e seus pais. Os resultados evidenciaram que o trabalho é valorizado por pais e seus filhos. A generalidade dos participantes valorizou a dimensão

econômica do trabalho. No entanto, os pais de estatuto socioeconômico mais elevado também valorizaram dimensões mais intrínsecas do trabalho para a realização pessoal. O trabalho ainda foi perspectivado pelos participantes (i.e. pais e seus filhos) como fator importante para garantir a viabilização e a felicidade da família.

Outra variável estudada é a religião na relação com a percepção do trabalho (Davidson & Cadwell, 1994). Os resultados evidenciaram que o trabalho apresentou saliência como carreira; em segundo plano como “chamado” (i.e. inspiração divina) e, em terceiro plano, como tarefa. No entanto, tendo em conta o envolvimento religioso dos participantes constatou-se que o grau de importância dada à religião, bem como o grau de participação nessa esfera tinha uma relação com a percepção do trabalho. De fato, os que tinham maior envolvimento religioso percebiam o trabalho como um “chamado”. Aos que mais atentaram ao fator “justiça social”, salientaram mais a percepção do trabalho como um “chamado”, do que os que percebem pouco este aspeto. Neste estudo ainda foram consideradas outras variáveis como o estatuto socioeconômico, setor de trabalho, escolaridade e gênero. Assim, verificou-se que os participantes com maior escolaridade e renda familiar tendiam a perceber o trabalho como carreira, enquanto os com menor escolaridade e renda familiar o percebiam como tarefa. Quanto ao gênero, são os homens que mais veem o trabalho como carreira, enquanto as mulheres veem como “chamado”. Por sua vez, os participantes que trabalhavam no setor público tendiam a ver mais o trabalho como “chamado”, do que os que estavam no setor privado.

A idade é outra variável considerada nas pesquisas sobre o significado do trabalho. Refere-se uma pesquisa australiana (Pillay, Boulton-Lewis, Wilss, & Rhodes, 2003) que procurou examinar a conceção dada ao trabalho por participantes com 40 anos de idade e, como estes relacionavam a idade com a aprendizagem para fazer face às mudanças vivenciadas no lugar de trabalho. Os resultados apontaram para a conceção do trabalho como um emprego e como realização de tarefas que não trazem benefício pessoal. A pesquisa evidenciou que, para os participantes, a idade era uma barreira para aquisição de novas habilidades.

Num estudo qualitativo, Blustein e colaboradores (2002) usaram uma metodologia qualitativa para analisar o impacto da classe social na transição da escola para o mundo do trabalho de jovens de diferente estatuto socioeconômico. Verificaram que para os jovens adultos de elevado nível socioeconômico, as razões para trabalhar tinham a ver com a procura de significado e satisfação pessoal, enquanto para os jovens

de baixo estatuto socioeconômico o trabalho funciona fundamentalmente para assegurar a sua sobrevivência econômica. Apoiando estes resultados, Chaves et al., (2004) verificaram que adolescentes de baixo estatuto socioeconômico percebem o trabalho como meio para receber vencimento e atingir objetivos concretos. Foram poucos os que responderam ao trabalho como fonte de desenvolvimento pessoal (i.e. autoexpressão, maturidade). Os resultados destes estudos, na linha dos obtidos noutros estudos (Smith, 1983; Wilson, 1996) evidenciam que o trabalho não é apenas um meio para dar expressão ao autoconceito e, que o seu significado é influenciado pelo nível socioeconômico dos indivíduos.

Algumas pesquisas qualitativas com pessoas com incapacidades (e.g. retardamento mental, doença mental, prejuízo sensorial, inaptidão física) e suas famílias permitem resultados sobre o significado do trabalho que mostram como nas populações em risco de exclusão social, o valor do trabalho vai para além do retorno econômico que permite. Neste sentido, um estudo qualitativo de Freedman e Fesko (1996) com pessoas com problemas de saúde mental apresentou resultados evidenciando que os participantes gostavam do trabalho que faziam o qual era visto como importante para o enfrentamento da discriminação e a superação do estigma.

Com adolescentes e jovens adultos israelenses de classe media com retardo mental leve, na faixa etária de 14 a 22 anos, cursando o colegial na educação especial, Cinamon e Gifsh (2004) verificaram que embora os entrevistados mostrassem uma grande vontade de participar no mundo do trabalho, tinham pouca informação a respeito do mesmo. Para os participantes, o trabalho era visto como forma de ganhar dinheiro e a evitar a solidão.

Noutra pesquisa realizada com pessoas com inaptidão intelectual, na média de 36 anos e que já haviam passado por algum tipo de escola especial (Cordes & Howard, 2005), buscou identificar o conhecimento dos participantes sobre os conceitos de trabalho, lazer, aposentadoria, bem como relativamente a situações em que o indivíduo não trabalha. Os participantes demonstraram perceber a necessidade de equilíbrio entre lazer e trabalho, bem como a importância do lazer como restaurador mental. Os participantes referiram o trabalho como satisfatório, mesmo estando sem trabalhar. O conceito de aposentadoria se fez relativamente pobre ao se evidenciar pequeno planeamento nessa questão. Demonstraram baixo conhecimento e interesse sobre dinheiro e, nesse sentido a pesquisa apontou para a importância em explorar conceitualmente questões vivenciadas com o trabalho, o que resulta dele e a forma

como as pessoas veem o mundo a partir do domínio adquirido com as experiências de trabalho (Howard,1987).

Na pesquisa realizada com participantes italianos, com e sem déficit intelectual, que trabalhavam em ambiente protegido e em ambiente competitivo, Ferrari, Nota e Soresi (2008) verificaram que o trabalho permitia vantagens econômicas e psicológicas à satisfação de necessidades sociais e ao desenvolvimento de competências. As vantagens econômicas do trabalho eram referidas com maior frequência pelos participantes sem déficit intelectual, os quais consideravam que o trabalho permitia o sustento dos próprios e de sua família. Os participantes com déficit intelectual também referiram com menos frequência sentirem-se realizados com o trabalho e o trabalho como fonte de satisfação de necessidades e de desenvolvimento pessoal. Os autores da pesquisa interpretaram estes resultados como evidenciando o reduzido estímulo dos participantes com déficit intelectual à introspeção e autoavaliação sobre o trabalho que realizam.

As pesquisas também se têm focado em contextos profissionais específicos, sugerindo que as atividades de trabalho podem ser mediadoras do significado atribuído ao trabalho. Neste sentido, a pesquisa com trabalhadores das indústrias criativas (Bendassolli & Borges-Andrade, 2011), dá importantes indicadores sobre a relação das especificidades do trabalho realizado com o significado atribuído ao mesmo. Nestes contextos, os profissionais são tendencialmente mais jovens, vivem o trabalho em tempo parcial, com poucas horas de trabalho por semana e, com tendência maior do que a população ativa a ter dois ou mais empregos ao mesmo tempo (Alper & Wassall, 2006; Menger, 2009; Throsby, 2001). Também apresentam discrepâncias no ganho salarial, com predominância da cultura de flexibilidade e organização do trabalho baseada em projetos (Faulkner & Anderson, 1987). No entanto, os dados analisados demonstraram que os participantes valorizavam a possibilidade que o seu trabalho lhes oferecia para aprender e se desenvolver. Também referiram a sua utilidade social, oportunidades de identificação, de expressão, de autonomia, de boas relações interpessoais e respeito às questões éticas que o trabalho promove (Menger, 2009).

Por sua vez, Soares (1992) estudou o significado do trabalho em trabalhadores do Distrito Federal brasileiro (e. g. administrativos, semiespecializados, profissionais, gerentes, técnicos nível médio e atendentes) na variação entre categorias profissionais e as condições intrínsecas e extrínsecas ao trabalho. A pesquisa possibilitou verificar que os profissionais e gerentes valorizavam condições intrínsecas ao trabalho, enquanto a

categoria dos semiespecializados e atendentes valorizavam as condições extrínsecas ao trabalho. A categoria de profissionais e gerentes veem maior centralidade no trabalho do que os administrativos. Ainda os profissionais e gerentes davam mais valor a realização pessoal do que à religião. Já os semiespecializados valorizam mais outros contatos do que a família, enquanto os profissionais e gerentes valorizam mais a família. Quanto aos fatores econômicos, estes são mais valorizados pelos gerentes e administrativos. Aspectos referentes a questão econômica, salário, promoção e carreira, bem como condições físicas, reconhecimento profissional e religião recebem valoração na medida em que o trabalho propicia contatos pessoais.

Finalmente, uma pesquisa com estudantes franceses e do Quebec (Morin, 2001) evidenciou cinco motivos relacionados com o sentido do trabalho: (1) realizar-se e atualizar competências; (2) segurança e autonomia; (3) relacionar-se com outros e estar vinculado a grupos; (4) contribuir com a sociedade; (5) ter um sentido na vida mantendo-se ocupado. Os resultados sinalizaram o salário, o horário de trabalho, a condição de saúde como aspectos que referem a boa condição de trabalho. Além do que o trabalho também recebeu destaque por permitir oportunidades de aprendizagem através da realização adequada de tarefas variadas, por ser estimulante e fomentador de autonomia.

Os resultados destes estudos vêm apontar para a necessidade da organização do trabalho ser imprescindível para que o trabalhador perceba seu sentido e consecutivamente desenvolva atitudes positivas nas funções ocupadas e nas ações compartilhadas com outros grupos sociais com quem interage. Isto é, o trabalho assume significado positivo quando a pessoa encontra espaço para discussão de metas, quando usa de autonomia para desenvolver uma função que viabilize crescimento, reconhecimento profissional e pessoal.

O trabalhador tem suas competências reafirmadas nas relações interpessoais ao associar interesse aos valores do trabalho. Saber o que se executa e o que a atividade prescreve, possibilita ao trabalhador empenhar-se na ação de trabalho e a evitar a fragmentação das tarefas (Basso, 1998).

Conclui-se referindo que a investigação sobre a importância e o significado do trabalho na vida das pessoas evidencia diferenças de resultados em função dos contextos culturais e de variáveis demográficas como o gênero, a idade, o estatuto socioeconômico, a pertença dos participantes e diferenças nas populações minoritárias. Deste modo, os resultados apontam para o significado do trabalho como uma construção

social cujo conteúdo sofre transformações ao ritmo dos investimentos simbólicos e materiais que o sujeito imprime ao que faz. Nesse sentido, para compreender o significado do trabalho é imprescindível perceber o trabalhado (i.e. e o trabalhador) a partir da análise de situações reais de trabalho, capazes de captar toda a idiossincrasia dessa experiência na relação com outras dimensões de vida.

Os resultados da investigação também evidenciam que, enquanto construção social, o significado do trabalho não é indissociável de necessidades psicológicas básicas. Vários estudos evidenciaram a dimensão psicológica do trabalho, o quanto este tipo de atividade é central na vida dos indivíduos por contribuir para o desenvolvimento de competências, da autonomia bem como para a construção de relações pessoais. Desse modo, o trabalho é um instrumento para que os indivíduos deem sentido à sua existência. No entanto esta não é a realidade de muitos que vivem a precariedade no trabalho e o desemprego. Para estes, a falta de trabalho remunerado leva-os a sentirem-se desapropriados das suas próprias vidas. Sem condições para gerirem e dar continuidade a suas vidas, é o seu presente e o seu futuro que estão ameaçados (Gil, 2012).



## Capítulo 2

### Satisfação com a vida e trabalho

#### 2.1. Satisfação com a vida e trabalho

Na vida contemporânea as pessoas avaliam os momentos de satisfação ou de completa realização pessoal no âmbito de suas experiências vividas. Essas avaliações consideram múltiplas as experiências que envolvem os desafios que enfrentam e como planejam diariamente agregar novos hábitos que preservem a sua integridade física, emocional e social, nomeadamente nas esferas familiar, de trabalho e de lazer. Destas avaliações decorrem sentimentos de prazer (ou não) face à vida.

Como foi possível de constatar a partir da abordagem psicológica ao significado do trabalho na vida das pessoas, feita no capítulo anterior, o papel de trabalhador como importante fonte de gratificação de necessidades psicológicas básicas. Neste papel, as pessoas vivem experiências que lhes permitem concretizar aspirações, valores e necessidades individuais. Deste modo, o trabalho torna-se importante fonte de qualidade de vida ao permitir experiência subjetiva de bem-estar, felicidade e de satisfação com a vida (Campbell, Converse, & Rodgers, 1976).

As investigações científicas buscam compreender os fatores psicológicos que integram uma vida saudável e o quanto as pessoas se consideram felizes e satisfeitas, vivendo experiências de prazer que se refletem na qualidade de vida, salientam temas relativos ao bem-estar, aos determinantes individuais (e.g. personalidade, a empatia, a resiliência, ou a extroversão) e contextuais para a satisfação com a vida (Sousa & Lyubomirsky, 2001; Veenhoven, 1996).

O conceito de satisfação com a vida, objeto de análise nesta investigação, situa-se no quadro conceptual da psicologia positiva, a qual surge como área dedicada ao estudo da experiência subjetiva positiva dos indivíduos. Um dos seus objetivos é,

precisamente, o de investigar o que faz as pessoas felizes e também que experiências, virtudes humanas e instituições que garantem a prosperidade dos indivíduos e das comunidades onde vivem (Seligman, 2002). Assim, este novo campo da psicologia ganhou visibilidade ao avançar com os estudos teóricos e empíricos, na construção de melhoria da qualidade subjetiva, individual e grupal (Seligman, 2002; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000; Seligman, Steen, Park, & Peterson, 2005).

No sentido de estimular o que há de melhor em cada indivíduo, a psicologia positiva busca suplantar a importância dada ao sofrimento, à fraqueza e às perdas humanas. Nesse aspeto, aborda o conhecimento sobre as virtudes humanas e sobre como propiciar o florescimento pelo qual são experienciados intensamente os sentimentos e vivências sociais positivas face à vida (Keyes & Haidt, 2003).

Dessa forma, a psicologia positiva tem contribuído para construir e operacionalizar instrumentos de avaliação das virtudes, do carácter e das forças pessoais (Peterson & Seligman, 2004). Esta área do conhecimento na psicologia também tem contribuído para práticas de psicoterapia cujo foco tem sido ajudar os clientes a aumentar o conhecimento de si, aprender a valorizar as forças pessoais, os seus aspetos positivos e assim, favorecer a capacidade de lidar melhor com eventos difíceis (Lopez, Floyd, Ulven, & Snyder, 2000; Pesechian, 1997; Robitschek & Cook, 1999; Seligman, 1995).

Um dos focos da psicologia positiva é o constructo de bem-estar subjetivo, em estreita relação com os de felicidade e a satisfação com a vida (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000).

Neste capítulo, começa-se com a abordagem aos conceitos de bem-estar, bem-estar psicológico e bem-estar subjetivo. Esta seção é mais desenvolvida por considerar o constructo de satisfação com a vida, central na presente investigação. Depois da clarificação concetual abordam-se o tema do bem-estar e satisfação com a vida. Finalmente, dois temas em estreita relação com os objetivos da pesquisa, nomeadamente, as seções que abordam a satisfação com a vida na sua relação quer com a cultura, quer com o trabalho.

## **2.2. Bem-Estar**

Nas décadas de 1950 a 1970 as pesquisas sobre o bem-estar foram iniciadas com o desenvolvimento de inquéritos e escalas, com foco na exploração de sentimentos e

qualidade de vida (Andrews & Withey, 1976; Campbel, Converse, & Rogers, 1976; Gurin, Veroff, & Feld, 1960) e posteriormente, com as baterias na medição da felicidade e satisfação globais (Cantril, 1967). Estes estudos sobre o bem-estar foram expandidos e permitiram novas abordagens com implicações na conceptualização de bem-estar.

Inicialmente, o estudo do bem-estar na psicologia tem duas raízes filosóficas distintas. Por um lado, a perspectiva hedônica que vê o bem-estar como consistindo em experiências de prazer, de felicidade, relaxamento e ausência de problemas e, por outro lado, a perspectiva eudemônica, que vê o bem-estar como resultante da experiência de atualização pessoal, por isso, implicando esforço na procura de crescimento e desenvolvimento pessoal (Ryan & Decy, 2001). Nesta perspectiva, o foco é mais no que o indivíduo faz ou pensa do que em quem é e como se sente. Para Lent (2004). A perspectiva eudemônica é mais abrangente do que a perspectiva hedônica pois envolve um grande espectro de experiências e processos humanos (e.g. objetivos pessoais, valores) através dos quais os indivíduos crescem psicologicamente, procuram significado e propósito para a sua vida.

A investigação sobre bem-estar confirma o constructo como complexo e multidimensional, implicando dimensões relativas ao bem-estar hedônico e ao bem-estar eudemônico (Compton, Smith, Cornish, & Qualls, 1996; McGregor & Little, 1998). Estas duas dimensões justificaram que atualmente seja possível considerar que o bem-estar dos indivíduos pode ser feito de bem-estar psicológico e de bem-estar subjetivo (Lent, 2004). Neste sentido, Keyes, Shmotkin, & Ryff, (2002) evidenciaram correlações entre bem-estar subjetivo e bem-estar psicológico, porém com identidades distintas em que o alto bem-estar subjetivo e alto bem-estar psicológico aumentava com a idade, com o nível educacional, com a extroversão e conscienciosidade, entretanto, decresciam com o neuroticismo.

Numa perspectiva integrativa é possível constatar que as duas formas de bem-estar podem coexistir. Por exemplo, as pessoas podem viver experiências de prazer e satisfação enquanto confrontam desafios, tal como atingir determinados objetivos permite experiências de bem-estar subjetivo (Nakamura & Csikszentmihalyi, 2002). Neste sentido, Lent (2004) refere que no funcionamento humano, as perspectivas hedônica e eudemônica estão integradas na medida em que o esforço para atingir objetivos e conseguir viver uma vida plena é fonte de prazer e satisfação com a vida. Isto é, esforço e satisfação podem coexistir.

De seguida, abordam-se os constructos de bem-estar psicológico e bem-estar subjetivo para uma compreensão do seu lugar na dinâmica do funcionamento humano em geral e, do seu papel para a satisfação com a vida, em particular.

### **2.3. Bem-estar psicológico**

O conceito de bem-estar psicológico caracteriza-se como o esforço de busca da perfeição que permite a concretização do potencial humano (Ryff & Keyes, 1995). Na matriz da perspectiva eudemônica, considera-se que a satisfação com a vida e a felicidade são produtos de uma vida vivida na busca da realização de si. A emergência desta abordagem resulta das críticas feitas ao bem-estar subjetivo, nomeadamente à inconsistência de seus componentes (i.e. satisfação com a vida e afetos positivos e negativos) por não terem sido fundamentados em teorias psicológicas, negligenciando causas e consequências do funcionamento positivo (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995).

Os estudos no campo do bem-estar, apoiados em teorizações psicológicas clássicas sobre os fenómenos da individuação (Jung, 1933), autorrealização (Maslow, 1968), maturidade (Allport, 1961), proposições relativas à saúde mental (Jahoda, 1958) e sobre o desenvolvimento humano (Erickson, 1959; Neugarten, 1973), ratificaram o conceito de bem-estar psicológico, com formulações psicológicas acerca do desenvolvimento humano, dimensionado na capacidade de enfrentar os desafios da vida (Ryff, 1989). Daqui resultou na elaboração do modelo com seis componentes de bem-estar psicológico que revelam o funcionamento psicológico positivo: autoaceitação e atitudes positivas sobre si mesmo; relacionamento positivo com outras pessoas; autonomia; domínio do ambiente; propósito de vida e, crescimento pessoal (Ryff & Singer, 1998).

### **2.4. Bem-estar subjetivo**

O bem-estar subjetivo tem a ver com a perspectiva hedônica. Trata-se de uma área de crescente estudo da psicologia que se foca nas avaliações emocionais e cognitivas que os indivíduos fazem da sua vida, as quais permitem o que habitualmente se designa por felicidade ou satisfação com a vida (Diener, Lucas, & Oishi, 2002).

Para alguns investigadores, o constructo de bem-estar subjetivo envolve uma categoria vasta de fenómenos que se caracterizam por dimensões que se correlacionam (Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999). Uma dimensão afetiva positiva (e.g. alegria,

orgulho, afeição) ou negativa (e.g. tristeza, culpa, vergonha) que se expressa em termos globais de felicidade ou, em termos específicos pelas emoções vividas. Envolve uma dimensão cognitiva que se caracteriza pelo juízo avaliativo referente a satisfação com a vida, também expressa de forma global ou específica. Assim, o bem-estar subjetivo pode definir-se por um modelo tripartido que envolve a satisfação com a vida global, o afeto positivo e o afeto negativo (McCullough, Heubner, & Laughlin, 2000).

São inúmeros os contextos em que se experimentam diariamente afetos positivos e negativos. As pessoas ao desempenharem papéis sociais estabelecem vínculos agradáveis de alegria, contentamento, esperança e otimismo que tem subjacente afetos. O bem-estar subjetivo, enquanto experiência global resulta da quantidade de afetos positivos ou negativos, ou seja, da frequência de sentimentos de prazer ou desprazer que os indivíduos experienciam (Diener & Biswas-Diener 2002; Warr 2007; Watson, Clark, & Tellegen, 1988). A literatura neste domínio refere, habitualmente, “pessoas felizes” para os indivíduos que frequentemente vivem experiências emocionais positivas (Boehm & Lyubomirsky 2008). Isto é, o grau de felicidade emerge como dependente da predominância de sentimentos positivos ou negativos, levando, por isso, à designação de equilíbrio hedônico (Larsen & Prizmic, 2008). De salientar que os afetos negativos e positivos foram perspetivados como opostos pois, habitualmente, há uma relação negativa entre os dois (Diener, 1984).

Como variável ampla de estudo, o bem-estar subjetivo apresenta-se compreendido por três aspetos: (1) a subjetividade que resulta de o bem-estar ser uma experiência individual; (2) a qual tem a ver não só com a ausência de fatores negativos, mas também a presença de fatores positivos e, (3) que o bem-estar refere a uma medida global e não apenas uma medida limitada de um aspeto da vida (Diener, 1984). Portanto, o bem-estar subjetivo difere de outras variáveis com o qual se relaciona e estende seu foco às diferenças individuais, às experiências internas, identificando nomeadamente fatores que diferenciam as pessoas ligeiramente felizes, das moderadamente felizes e das extremamente felizes e, sem ser tratado como humor momentâneo (Diener et al., 1999).

O constructo de bem-estar subjetivo, por envolver julgamentos globais ou específicos sobre a satisfação com a vida e sobre as experiências emocionais positivas e negativas, surge também como indicador de qualidade de vida (Bradburn, 1969; Cantril, 1967; Diener, Suh, & Oishi, 1997; Diener, Scollon, & Lucas, 2003; Gurin et al., 1960). Dessa forma, a satisfação com a vida e os afetos positivos e negativos são os

componentes que integram a visão contemporânea de bem-estar subjetivo, a qual permite articular teorias psicológicas relativas a cognição (e.g. avaliações de satisfação) com teorias dos estados emocionais (e.g. afetos positivo e afetos negativos).

Diener (1984) considera teorias télicas, as que abordam a gênese da felicidade e elenca como importantes os tipos e estruturas de objetivos, bem como as metas que as pessoas estão a perseguir na vida. São fatores que podem afetar o BES (Diener et al., 1999; Lyubomirsky, 2008). Os objetivos ajudam a perceber o fraco poder preditivo dos recursos materiais e físicos em relação à felicidade. Diener e Fujita (1995) enfatizam que os recursos são importantes quando relacionados com os objetivos do sujeito. É o caso de um elevado rendimento pouco útil ao sujeito por seus objetivos serem independentes do poder monetário. Por tanto, a relação entre objetivos e bem-estar é complexa, dependendo dos recursos, cultura e congruência entre a situação do sujeito e os seus objetivos, entre outros fatores (Oishi & Diener, 2001; Sheldon & Kasser, 2001).

Em síntese, os julgamentos conscientes feitos sobre a própria vida tanto nos aspetos mais gerais como a saúde, lazer, trabalho, quanto aos mais específicos como as experiências emocionais de amizade, amor (Albuquerque & Tróccoli, 2003; Bradburn, 1969; Kim, 2004; Lee, 1998; Pavot, Diener, Colvin, & Sandvik, 1991) levam que o bem-estar subjetivo seja um constructo multidimensional (Diener, 1984; Diener & Suh, 1997; Giacomoni, 2004), cuja avaliação requer um relato pessoal das reações de contentamento, satisfação, desejos e aceitação das circunstâncias da própria vida, sendo excluídos os indicadores externos ao indivíduo (Diener, 1994; Diener, Emmons, Larsen, & Griffin, 1985; Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999; Pavot et al., 1991; Sousa & Lyubomirsky, 2001).

As teorias e modelos explicativos do bem-estar subjetivo são apresentados historicamente por dois grandes blocos complementares denominados *bottom-up* e *top-down*. No primeiro, estão as teorias que tem como pressuposto a existência de uma série de necessidades humanas universais e básicas que, quando satisfeitas, viabilizam a felicidade. Dessa forma, a atenção estaria voltada para a identificação dos fatores externos (i.e. situações e variáveis sociodemográficas) que afetam a felicidade. No entanto, a investigação tem permitido resultados que não corroboram esta perspectiva, nomeadamente, a que tem evidenciado que o efeito de fatores demográficos para a variância do bem-estar subjetivo é mediado por variáveis psicológicas como, por exemplo, as metas e processos de *coping* dos indivíduos (Andrews & Whitey, 1976; Campbell et al., 1976).

Quanto a abordagens *Top-down*, estas referem as pessoas possuírem predisposição para interpretar as situações e experiências de vida, de forma tanto positiva quanto negativa. Isso influencia a avaliação que as pessoas fazem sobre suas vidas. Deste modo, é a interpretação subjetiva que fazemos dos eventos que primariamente influencia o bem-estar subjetivo e, não as circunstâncias objetivas. Esse processo vem sendo investigado por teorias de personalidade e teorias relativas aos processos de adaptação e  *coping* (Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999).

Considera-se que os processos de adaptação e a forma como os indivíduos enfrentam situações estressantes têm sido aspectos centrais das teorias do bem-estar subjetivo. Parte-se da ideia de que um nível de bem-estar adequado à satisfação com a vida, depende da manutenção da frequência elevada de experiências emocionais positivas e de baixa frequência de experiências emocionais negativas. Esta ideia tem sido verificada em investigações que sugerem que são os estados psicológicos positivos que diferenciam os níveis de bem-estar que as pessoas alcançam em suas vidas (Diener et al., 1997; Diener et al., 1999).

Brickman & Campbell (1971) referem a ideia de adaptação sugerindo que o sistema emocional de um indivíduo se ajusta às suas circunstâncias de vida atuais havendo ganho ou perda de bem-estar, porém, após um determinado período a pessoa regressa ao seu estado anterior. Num clássico estudo, Brickman, Coates e Janoff-Bullman (1978) concluíram que, passado um ano, os vencedores da lotaria não eram mais felizes que as pessoas que não tiveram a mesma sorte e que, as pessoas cujo um acidente as deixara paraplégicas, não eram substancialmente menos felizes do que outras pessoas que podiam andar sem problemas. No entanto, críticas foram feitas a esta teoria da adaptação, quando Diener, Lucas e Scollon (2006), propõem cinco importantes revisões ao modelo do *hedonic treadmill*: (1) o estado base (*set point*) dos sujeitos não é neutro, pois a maior parte das pessoas é feliz (Veenhoven, 1994; Diener & Diener, 1996); (2) não só o estado base é em geral positivo, como varia de pessoa para pessoa; (3) a felicidade é dividida por vários campos, cujos estados bases são diferentes e que podem mover-se em diferentes direções (e.g. a pessoa pode estar mais feliz com o seu emprego e mais infeliz com a sua vida familiar; (4) os níveis de base podem mudar para algumas pessoas, ou seja, o nível de felicidade pode alterar-se de forma permanente, o que constitui a revisão mais importante, e, (5) existem diferenças individuais significativas na adaptação. Apesar destas críticas, a ideia de adaptação é extremamente importante para a felicidade, bem como a ideia de que é difícil mudar o

estado base dos sujeitos. É necessária a realização de mais estudos longitudinais para avaliar processos de adaptação quer a eventos positivos quer a negativos (Diener et al., 2006).

São poucas ou nenhuma a diferença entre mulheres e homens referidas ao BES (Diener et al., 1999). Porém em estudos recentes, Pavot & Diener (2004) constataram uma tendência forte para as mulheres experienciarem maiores níveis de afeto negativo. No entanto, para interpretar estas diferenças é preciso ter em conta que as mulheres experimentam emoções positivas e negativas em maior intensidade que os homens. Os estudos que reportam os idosos (Baltes & Mayer, 1999), as mulheres apresentam valores mais baixos de BES. Contudo, há uma predisposição para as mulheres viverem em média mais anos que os homens e estes, com idades mais avançadas, são privilegiados por seu próprio gênero, como também superiores quanto ao estatuto social, aos rendimentos e na escolarização.

Quanto à relação entre educação e o BES, esta pode ser atribuída pela covariação da educação com o rendimento e a posição social (Pavot & Diener, 2004). Alguns autores propõem que a educação pode ter um efeito negativo no BES, já que eleva as aspirações do sujeito, porém quando estas não são cumpridas há uma redução do BES (Diener et al., 1999).

Outro fator é a crença de que um rendimento econômico elevado está associado a um BES elevado, contrariando o ditado popular de que o dinheiro não traz felicidade. No entanto, a sobrevalorização do dinheiro em relação a outros valores parece trazer infelicidade, pois, as pessoas que valorizam objetivos materiais ao invés de outro tipo de objetivos têm níveis de BES mais reduzidos. (Diener & Biswas-Diener, 2002). Assim, os indicadores econômicos são insuficientes para demonstrar o bem-estar de uma sociedade, principalmente em países desenvolvidos onde o efeito do rendimento no bem-estar é muito reduzido (Diener & Seligman, 2002; Kahneman & Krueger, 2006). A religião é uma variável que parece ser benéfica ao BES, apesar dos benefícios desta variarem consoante os indivíduos (Diener et al., 1999).

## **2.5. Bem-estar e satisfação com a vida**

Como referido, a satisfação com a vida é uma dimensão do bem-estar subjetivo. A satisfação geral com a vida ocorre em diferentes níveis e tem como base a expectativa que cada pessoa constrói sobre a capacidade do que pode realizar, do que percebe

merecer, de ideais e objetivos definidos, do que acredita acontecer, bem como atrela-se a circunstâncias passadas. Desse modo, quanto menor a diferença entre a percepção das realizações na vida e o padrão de referência que a pessoa avalia sua vida, maior é o grau de satisfação com a vida (Galinha, 2010). Esse padrão referencial pode resultar de comparações a vários padrões incluindo outras pessoas, necessidades ou metas em que cada indivíduo julga e examina os fatores positivos e negativos referentes aos aspetos sensíveis da vida, ocasionando em reação diferente às mesmas circunstâncias vividas (Diener et al., 1985, Diener & Lucas, 2000; Michalos, 1985).

A satisfação é independente de afetos positivos e negativos, mesmo que experiências emocionais do sujeito o afete revelando-se, apesar de alguma variabilidade, especialmente a médio/longo prazo (Ehrhardt, Saris, & Veenhoven, 2000). Portanto é o constructo mais estável dos componentes do bem-estar subjetivo (Diener, 1984). Isto é, na maioria das vezes se trata de um julgamento global retrospectivo que é apenas realizado na altura de dar a resposta, sendo afetado pelo seu afeto presente, pela memória e pelo contexto imediato (Kahneman & Krueger, 2006)

A dimensão cognitiva do constructo de satisfação com a vida, está presente em Higgins (1987) quando defende que a felicidade reflete a congruência entre a representação ideal e a representação mental do “eu” num dado evento. Este processo avaliativo depende do autoconhecimento de valores e aspirações, os quais funcionam como padrões de referência para a avaliação da satisfação e felicidade.

O reconhecimento da satisfação com a vida como um constructo cognitivo-afetivo possibilitou sua compreensão enquanto dimensão cognitiva do bem-estar subjetivo e, sua distinção do componente emocional (i.e. afetos positivos e afetos negativos) (Diener, Lucas, & Scollon, 2006; Rabbitt, Lunn, Ibrahim, Cobain, & McInnes, 2008). Nesse aspeto, alguns estudos (Andrews & Robinson, 1991; Campbell, 1981) identificaram pessoas idosas relatando menos afetos positivos e mais satisfeitas com suas vidas do que as pessoas jovens. Este tipo de resultados sugerem que, quando ao longo da vida são adotadas transições ajustadas entre os recursos pessoais e o ambiente, haverá maior probabilidade de se atingir a satisfação com a vida na velhice (Fry, 1992; Qualls, 1992).

A natureza subjetiva deste tipo de experiência leva que, para uns, a satisfação com a vida e felicidade sejam consideradas duradouras, pessoais, íntimas e dependentes da integridade ou de valores pessoais, como é o caso da pessoa religiosa que pode sentir-se feliz através da dedicação à fé. No entanto, para outros, a felicidade e

satisfação com a vida podem relacionar-se com a eficácia vivida face a determinados acontecimentos ou resultar da obtenção de rendimentos, portanto, transitória (Veenhoven, 1984). São ilustrativos os casos de indivíduos que elegem o poder econômico como indispensáveis à obtenção de prestígio e de felicidade. Experiências desagradáveis também são vivenciadas em relação ao poder aquisitivo e podem contribuir para um baixo bem-estar subjetivo. Ainda sobre a natureza subjetiva da felicidade, Rojas (2005) considera que esta resulta da plena realização de si mesmo e que, embora nem todas as pessoas atinjam a plena felicidade, ela é universal enquanto tendência humana. Acrescenta que, apesar de tendência humana, a felicidade também é de dimensão cultural pois este tipo de experiências é mediado por variáveis culturais (Hutchinson, Simeon, Bain, Wyatt, Tucker, & Lefranc, 2004; Kang, Shaver, Sue, Min, & Jing, 2003; Melin, Fugl-Meyer K., & Fugl-Meyer A. 2003; Schoon, Hansson, & Salmela-Aro, 2005, Strine, Chapman, Balluz, Moriarty, & Mokdad, 2008).

As consequências da satisfação com a vida são múltiplas. Diener e Seligman (2002) fizeram um comparativo entre pessoas com resultados elevados de felicidade (i.e. muito felizes) e com baixa felicidade (i.e. muito infelizes). Encontraram nas pessoas muito felizes resultados de maior disposição, relações interpessoais satisfatórias, boa disposição e extroversão. Pessoas mais agradáveis que não referiram sentimentos de euforia. Enquanto as pessoas muito infelizes referiram ter poucas relações de intimidade, relação familiar pouco satisfatória, poucos amigos e apresentaram mais emoções negativas. Outros estudos verificaram que os indivíduos felizes lembravam com maior frequência eventos positivos (Headey, Holmstrom, & Wearing, 1984) ou tendência para interpretar de forma mais positiva esses acontecimentos (Seidlitz & Diener, 1993).

Acrescente-se que as emoções positivas de interesse, satisfação e alegria se relacionam com indicadores de saúde (e.g. recuperação de efeitos danosos sobre a mente e corpo) e longevidade (Fredrikson, 2001). Pessoas que regularmente sentem emoções positivas são as mais propensas a serem úteis aos outros. São pessoas que expandem seus repertórios de pensamento e ação e, compartilham a construção de recursos físicos, intelectuais e sociais de forma mais intensa e duradoura (Diener & Seligman, 2004).

Outros estudos sugerem ainda que a felicidade se relaciona com relações sociais positivas pois este tipo de pessoas evidenciam níveis de bem-estar mais elevado do que pessoas que pouco estabelecem relações sociais positivas, ou mesmo quando não fazem

parte de nenhum tipo de grupo (Diener & Seligman, 2004). Nesta linha de pesquisa, Seligman (2004) propõe a conquista da felicidade com exercícios diários de gentileza, humor, otimismo e originalidade pois considera que as atividades grupais e os contatos sociais propiciam maior felicidade a quem vive esse tipo de experiências.

## **2.6. Satisfação com a vida e cultura**

Como referido na secção anterior, numa perspetiva humanista, a felicidade e o desenvolvimento pessoal são tendências humanas fundamentais à adaptação e sobrevivência, que não podem ser entendidas fora dos contextos culturais em que tais experiências ocorrem. De fato, a dimensão avaliativa associada aos juízos de bem-estar e de satisfação com a vida está impregnada de valores culturais (Lent, 2004).

A revisão de literatura focou-se na relação entre a pertença a culturas coletivistas ou individualista, a religiosidade e a discriminação na satisfação com a vida. Esta opção resultou de serem variáveis relevantes para o entendimento da relação entre o significado do trabalho e a satisfação com a vida em indígenas Macuxi.

No que respeita a pertença a uma cultura individualista ou coletivista, a investigação tem evidenciado que indivíduos vivendo em culturas individualistas relatam maior satisfação com a vida e afetos positivos do que os que vivem em culturas coletivistas (Diener & Suh, 1999). Estes resultados foram justificados pelo fato de nas culturas individualistas haver maior valorização da felicidade e satisfação pessoal enquanto nas culturas coletivistas há maior valorização de valores interpessoais como harmonia e respeito pelo outro (Diener & Suh, 1999).

Outro estudo permitiu resultados reveladores em culturas individualistas e coletivistas, onde as variáveis afetivas eram preditores da satisfação com a vida. No entanto, nas culturas individualistas era mais forte o preditor da satisfação com a vida, enquanto nas culturas coletivistas as normas sociais eram igualmente importantes preditores de satisfação com a vida (Suh, Diener, Oishi, & Triandis, 1998). Este tipo de resultados têm levado a questionar a assunção do bem-estar e da satisfação com a vida como constructos universais e conseqüentemente, a validade das medidas usadas em estudos transculturais (Christopher, 1999; Lent, 2004). Isto é, o foco em emoções individuais ou em ter propósito na vida apesar de relevante em culturas coletivistas, não podem ser as únicas dimensões para avaliar o bem-estar em geral e a satisfação com a

vida, em particular neste tipo de culturas ou em outras que diverjam do modelo ocidental de desenvolvimento social.

No que ainda diz respeito à relação da religião com a satisfação com a vida, os estudos tendem a verificar o efeito da religiosidade, definida como possuir crenças coerentes sobre o propósito e significado, de nível superior, do universo (Berthold, Ruch, Von Hecker, & Rosenberg, 2014). Genericamente, os resultados da investigação tem evidenciado que crenças e práticas religiosas estão relacionadas com elevada satisfação com a vida, felicidade e afeto positivo (Koenig & Larson, 2001). Um estudo recente, e ilustrativo, é o de Patel, Ramgoon e Paruk (2013) realizado na África do Sul com participantes indianos e sul-africanos. Os resultados evidenciaram maior religiosidade dos negros relativamente aos brancos. Também revelaram que na subamostra dos indianos, os Hindus evidenciaram menor religiosidade do que os Cristãos e Muçulmanos. As subamostras com maior religiosidade eram as que também evidenciavam maior satisfação com a vida.

Um outro estudo analisando, em diferentes culturas (Gana, Nigéria, Suíça, Irlanda), a relação da religião com a satisfação com a vida, evidenciou resultados apontando para uma relação positiva entre estas variáveis, a qual só era significativa na subamostra dos homens (Dorahy, Lewis, Schumaker, Boatenge, Duze, & Sibiya, 1998). A interpretação deste resultado remete para uma reflexão acerca do papel das mulheres em algumas das culturas estudadas e a influência que isso poderá ter na avaliação que fazem da satisfação com a vida e de novo, para o problema da adequabilidade do tipo de medidas usadas para avaliar as variáveis em estudo, em populações de diferente cultura.

Nestes estudos em que a religião surge associada a maior satisfação com a vida é possível que tal, se deva ao fato da religiosidade funcionar como um recurso que as pessoas utilizam para lidar com a adversidade. Outra possibilidade é de que a fé acrescenta sentido para a vida e sentimento de inclusão social à vida dos indivíduos (Hadaway, 1978). Além dos sentimentos de pertença, os ajustamentos entre os valores religiosos e o contexto social pode encorajar as pessoas com maior religiosidade a práticas religiosas mais frequentes e com isso, a maior satisfação com a vida (Berthold, et al., 2014).

Alguns estudos também têm evidenciado uma relação negativa entre religião e satisfação com a vida (Ellison & Lee, 2010; Karris, 2009). Este efeito é explicado pelo fato das pessoas “não religiosas” terem maiores níveis de competência e agencia pessoal (Campbel & Rodgers, 1976, citado em Hadaway, 1978).

A investigação tem revelado que a discriminação é importante determinante do desenvolvimento de carreira entre populações minoritárias em função da etnia, gênero, religião ou orientação sexual (Ackah & Heaton, 2003; Cardoso & Ferreira Marques, 2008).

Considerando que a investigação também tem evidenciado o efeito negativo da discriminação na saúde mental (Williams & Williams-Morris, 2000), então é possível que a discriminação tenha uma relação negativa com a satisfação com a vida. Num dos poucos estudos relacionando a discriminação com satisfação com a vida, Ojeda e Brandy (2013) verificaram que numa amostra de latinos vivendo nos EUA a percepção de discriminação estava associada a baixa satisfação com a vida.

Para os autores a percepção de discriminação funciona como mensagem de que a vida não é a ideal, o que acaba por ser internalizado e assim, leva a decréscimo na satisfação com a vida. Neste estudo, os investigadores verificaram que os valores da família e a espiritualidade dos latinos se relacionavam com satisfação com a vida. No entanto, só a espiritualidade atenuava o efeito negativo da percepção de discriminação na satisfação com a vida. Isto é, a conexão com uma força superior era uma variável que servia de apoio para lidar com a experiência de discriminação.

## **2.7. Satisfação com a vida e trabalho**

O trabalho vem preenchendo espaços importantes na vida dos indivíduos e influenciando a sua forma de viver (Blustein, 2006). Como já foi referido, o trabalho é importante fonte de conexão social, de desenvolvimento da identidade pessoal e de contributo para o todo a que se pertence. Neste sentido, Savickas (2011) salienta que o trabalho é um importante meio através do qual os indivíduos definem o seu espaço na sociedade.

Ao considerarmos o trabalho como uma das dimensões centrais à vida dos indivíduos é possível pensar em seu contributo para o bem-estar, em geral e, a satisfação com a vida, em particular. Este posicionamento está em acordo com a perspectiva de Diener (2000) que considera a satisfação no trabalho como componente do constructo mais abrangente de bem-estar. De fato, o trabalho enquanto fonte de realização pessoal permite às pessoas dar sentido e significado à sua vida (Cardoso, 2011), possibilitando (ou não) experiências de prazer e satisfação e contribui para o bem-estar em geral

(Hartung & Taber, 2008). Esta perspectiva enquadra-se no paradigma Life Design (Savickas et al., 2009), uma das mais marcantes abordagens ao comportamento vocacional e ao desenvolvimento de carreira na atualidade.

Nesta matriz conceptual a Teoria da Construção de Carreira (Savickas, 2013) propõe que o trabalho contribui para a satisfação com a vida na medida em que o papel de trabalhador é fundamental para o indivíduo atribuir significado e sentido à sua vida. Isto é, construir e implementar planos profissionais é uma forma através das quais as pessoas dão ordem à sua vida e projetam-na no futuro (Cardoso, 2012). Para que o indivíduo consiga construir esta ordem é importante que entenda como o trabalho permite resolver necessidades precocemente estruturadas e centrais a todas as dimensões da vida. Isto é, como a consciência de necessidades precocemente estruturadas permite, por contraste, a construção de objetivos de carreira que visam resolver tais necessidades. Neste processo, a construção de planos no papel de trabalhador e nos restantes papéis da carreira é uma forma de apoiar os indivíduos a construírem a intencionalidade necessária para viverem a vida de forma mais completa e, assim, mais satisfatória (Hartung & Taber, 2008).

Nesta matriz conceptual, Hirshi (2009) verificou em adolescentes que a adaptabilidade na carreira se relacionava com sentimentos de agência pessoal e com satisfação na vida. Em outro estudo, agora com indivíduos com défice intelectual, Santilli, Nota, Ginevra, & Soresi (2014) obtiveram resultados evidenciando que a agência pessoal mediava a relação entre adaptabilidade na carreira e satisfação com a vida.

Na linha do conceito de satisfação com a vida, para Fritzsche e Parrish (2005) a satisfação no trabalho é habitualmente conceptualizada como variável afetiva que resulta da avaliação das experiências de trabalho. Na mesma linha, Cranny, Smith e Stone (1992) definem a satisfação no trabalho como reação afetiva que resulta da comparação entre os atuais resultados conseguidos com as experiências de trabalho e os resultados esperados.

Se nestas definições é acentuado o carácter afetivo/emocional da satisfação no trabalho, os estudos também apontam para as dimensões da afetividade positiva e negativa relacionadas com as recompensas que o trabalho permite, com os estilos de supervisão (Locke, 1973), com as características de personalidade (Staw & Cohen-Charash, 2005) ou com as tarefas que se realizam e com qualidade e quantidade de trabalho (Staw & Ross, 1985). Os resultados destes estudos levam à conceptualização

da satisfação no trabalho como um constructo psicológico multidimensional, cuja natureza cognitiva ou afetiva refere à construção de vínculos afetivos positivos com o trabalho.

Tais vínculos salientam os aspetos específicos relativos a satisfações que se obtêm nos relacionamentos com os colegas de trabalho, nas tarefas realizadas, na remuneração, na produção do trabalho, nas aspirações de carreira, no compromisso com o que se realiza, além da política de gestão das empresas empregadoras. Portanto, o conceito de satisfação no trabalho tem avançado para uma conceção envolvendo um estado emocional agradável e positivo que resulta em avaliações prazerosas sobre domínios específicos do trabalho (Locke, 1976).

Além das variáveis psicológicas e relativas ao contexto de trabalho, outras variáveis como a idade e o gênero têm sido muito abordadas. Relativamente à idade, algumas pesquisas sobre satisfação com o trabalho apontam os níveis de satisfação mais elevados a trabalhadores de maior idade do que nos mais novos (Bennett, 1999). Os resultados revelam ainda que a maior satisfação foi verificada em grupos extremos de trabalhadores com mais idade e com menos idade, sendo os mais velhos a apresentarem maior satisfação do que os mais jovens (Green, Ross, & Wertz, 1999). Este tipo de resultados foi justificado no quadro do desenvolvimento de carreira dos participantes, isto é, devido às mudanças no trabalho ao longo da vida, os trabalhadores com maior idade referiram menores expectativas sobre o trabalho que realizam, no entanto, é possível que a experiência profissional adquirida tenha contribuído para maior adequação ao posto de trabalho e, assim, para tendencialmente manifestarem maior satisfação com o trabalho realizado (Davis, 1981).

Relativamente ao gênero os resultados da investigação não são uniformes. Se temos estudos que sugerem que são as mulheres a apresentar maior indicador de satisfação no trabalho (Al-Ma'aitah, Cameron, Horsburg, & Armstrong-Stassen, 1999; Dolan & Gosselin, 2001; Galdeano, 2001; Simoens, Scott, & Sibbald, 2000), outros estudos revelam trabalhadores do sexo masculino a apresentarem maiores indicadores de satisfação com o trabalho (Fricko & Beehr, 1992; Graça, 2000, Lacruz, Emeny, Baumert, & Ladwig, 2011). A não uniformidade de resultados pode justificar-se por diferentes “histórias de vida” e/ou “contextos de vida” entre os gêneros.

Várias hipóteses complementares são colocadas para explicar como a satisfação no trabalho pode influenciar a satisfação com a vida (Fritzsche & Parrish, 2005). A primeira refere que os sentimentos vividos numa determinada área de vida dos

indivíduos tende a generalizar-se a outras áreas de vida (Rain, Lane, & Steiner, 1991). Esta perspectiva está presente no modelo integrativo de Lent (2004) onde se sugere que a satisfação no trabalho pode levar à satisfação com a vida, em geral. Neste sentido, Judge e Watanabe (1993) verificaram num estudo longitudinal que havia a relação recíproca entre satisfação no trabalho e satisfação na vida. A razão deste efeito poderá ter a ver com uma disposição geral para experienciar afetos positivos ou negativos, ou seja, são as variáveis relativas a dimensões estruturais do funcionamento humano que explicam a relação recíproca entre satisfação no trabalho e satisfação na vida.

Numa pesquisa, Heidemeier e Goritz (2013) obtiveram resultados revelando que o trabalho e outros domínios de vida dos participantes contribuíam para a satisfação com a vida. Por sua vez, num estudo longitudinal, os resultados evidenciaram que a personalidade se relacionava com satisfação no trabalho e na vida (Heller & Watson, 2005). No mesmo sentido, Walsh e Eggerth (2005) a partir de revisão de literatura constataram que os traços de extroversão, conscienciosidade e estabilidade emocional, tal como definidos na teoria dos cinco fatores de personalidade (Costa & McCrae, 1992) eram preditores significativos do bem-estar subjetivo e da satisfação no trabalho.

A investigação sobre o conflito entre o papel de trabalhador e o papel familiar também tem permitido resultados favorecendo esta hipótese sobre a relação entre a satisfação em um domínio de vida, com a satisfação em outro domínio de vida. Numa investigação recente Padma e Reddy (2014) verificaram que professores que tinham dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar evidenciavam menor satisfação no trabalho. No mesmo sentido, um estudo de Ilies, Wilson e Wagner (2009) permitiu resultados evidenciando que a satisfação quotidiana no trabalho tinha uma relação com a satisfação conjugal e a presença de afetos positivos na vida familiar. Verificaram ainda que os indivíduos que apresentavam um bom equilíbrio entre o papel familiar e o de trabalhador, também eram avaliados pelos familiares como manifestando afeto positivo em casa.

A segunda hipótese propõe que são processos de compensação que explicam a satisfação com o trabalho. Isto é, os indivíduos tendem a compensar a insatisfação em uma área da sua vida, com investimento em outra área da sua vida. Esta perspectiva está em acordo com o modelo dos determinantes da saliência das atividades (Sverko, 1999). Neste modelo a saliência do papel de trabalhador é determinada pela representação dos indivíduos sobre a possibilidade de concretização dos seus valores no papel de

trabalhador. Esta representação é influenciada pelos processos de socialização e pelas experiências individuais no mundo do trabalho.

Finalmente, a Terceira hipótese aponta para “processos de compartimentação” para explicar a relação entre satisfação no trabalho e satisfação na vida. Isto é, sugere-se que os indivíduos estabeleçam limites entre as diferentes dimensões da sua vida, não permitindo que a satisfação no trabalho e em outros domínios de vida se influenciem mutuamente (Rain et al., 1991). Nesta perspetiva, a satisfação na vida e satisfação no trabalho não se relacionam. Relativamente a esta hipótese foram encontrados estudos que a verificassem.



## Capítulo 3

### A configuração do trabalho Macuxi

#### 3.1. O trabalho indígena pelo viés da colonização do Vale amazônico

O trabalho indígena esboçado no período da colonização teve suas características configuradas no padrão de interesses do colonizador português, que impôs o recurso da mão-de-obra indígena como a única forma de obter ganhos na exploração colonial (Brito, 1998; Diniz, 1972; Farage, 1991; Santilli, 1994) e fez da Amazônia o palco da disputa de limites territoriais entre Espanha, França e Portugal.

A década de 70 do século XVIII demarcou o início da ocupação estratégico militar dos portugueses na região do vale amazônico. Nomeadamente no Vale Rio Branco, data de 1789 a 1791 o período em que os Macuxi estiveram aldeados (Farage, 1991). Quando “descidos do mato”, nos primeiros aldeamentos em torno do Forte, lhes foi imputado o trabalho forçado em detrimento de seus costumes tradicionais de ir em busca do “fazer” só quando precisassem. O índio, acostumado a percorrer lavrados, subir serras e mergulhar nos rios da região que agregava sua aldeia, tinha como atividade costumeira a caça, a pesca e a coleta de frutos. Atividades que lhes concediam a retirada do alimento e elementos para sua subsistência e sustento de seu povo estiveram arraigadas a crenças e rituais à mãe-natureza e, desenvolvidas de forma coletiva e individual.

Nessa época, o trabalho indígena voltava-se para a extração de madeiras, resinas, baunilha, cacau, salsaparrilha, além da pesca que eram escoados para o abastecimento do mercado regional da Capitania do rio Negro. O fabrico de canoas, panos e manteiga de tartaruga também era produzido por índios confinados nas missões (Farage, 1991).

Nessa fronteira colonial, expandira-se a ação do resgate. O aprisionamento e a escravização da mão-de-obra indígena se justificava em nome da Coroa, pela defesa da Amazônia contra possíveis investidas dos vizinhos espanhóis e holandeses. No mercado

paralelo crescia a prática da captura e venda da mão-de-obra escrava indígena, bem como sua comercialização por escambo. Nessa medida, os índios de etnia Macuxi, Wapixana e Paraviana também detinham uma relação de “poder” em redes de troca com os holandeses, pois, sabiam articular a negociação de suas riquezas naturais com os produtos manufaturados dos europeus (i.e. inimigos de fronteira dos portugueses) (Farage, 1991).

A submissão não se deu por completo. Mesmo com as reformas pombalinas e o estabelecimento do Diretório em 1757, que regulamentou a relação entre o europeu e o ameríndio e sua inserção nos costumes ocidentais, no modo de vida civilizada (Beozzo, 1983; Coelho, 1999; Reis, 1993; Souza, 1993), os índios Macuxi foram os que mais apresentaram resistência à política vigente. Quanto aos descimentos empreenderam fugas e, revoltas foram iniciadas em 1790 culminando no fechamento das aldeias colonizadoras no Rio Branco (Farage, 1991). Muitos foram recapturados. Outros permaneceram em seus territórios, alimentaram suas crenças e camuflaram seus ritos espirituais. Distribuídos nos aldeamentos ou fora deles, vendidos em praças públicas, resgatados ou persuadidos, os índios tiveram sua mão-de-obra a serviço dos ditames empregados pelo Regime das Missões em 1686 e do Diretório, atendendo os colonizadores que apropriavam-se de seus trabalhos, remunerados ou não.

Surgiram novas estratégias para a continuação da colonização do rio Branco, porém sem maior investimento nos aldeamentos. Fixá-los no lugar era a política da Coroa para ter o território colonizado. Aos indígenas que detinham certa influência em suas aldeias, foi-lhes dado a patente de “chefia”, por agirem como interlocutores políticos, no que incutiam em seus “parentes” (i.e. consanguíneos, aproximados pela convivência tribal) os descimentos.

### **3.2. O trabalho indígena vestido de civilidade na colonização brasileira**

Uma nova etapa política é vivenciada na região com a pecuária, complementar ao extrativismo até os fins do século XVIII, a expandir-se com fins de integração da região do rio Branco ao mercado interno colonial.

Nas regiões indígenas foram instaladas as propriedades particulares que cresceram de acordo com a expansão de seus rebanhos. Viu-se a saída dos índios das aldeias para o trabalho nas fazendas, enquanto as mulheres índias tinham o trabalho voltado para a limpeza e cultivo de hortas e, ambos quando pagos, na maioria das vezes

com bens industrializados. As relações de compadrio entre fazendeiros e índios veio encobrir a submissão a que os índios há muitos anos vinham vivendo. Crianças índias foram dadas como afilhadas aos fazendeiros e logo levadas à cidade a fim de serem civilizadas (Santilli, 1994). As relações de dominação permanecem com nova roupagem: brancos e índios agora vivem “civilizadamente”.

Com o processo de imigração, o povoado de Boa Vista, em 1926 é elevado a sede municipal, inspirando o avanço da pecuária na região. Politicamente a elite de fazendeiros se fortalece e passa a exercer pressão sobre os órgãos públicos. Se configura o domínio da terra com a ampliação da pecuária. Na frente, os fazendeiros a discursar em favor do crescimento da região, tendo nos índios e sobre suas terras, o meio estratégico para o avanço de seus objetivos particulares. A história parece se repetir, porém, agora seriam os colonos brasileiros a explorar a mão-de-obra indígena. O que se vê é que as fronteiras entre aldeias e cidade, se existiam, já não são mais barreiras para se alocar a mão-de-obra indígena barata ou essencialmente de graça, a serviço dos moradores da cidade. Dessa forma, a busca pelo trabalho na cidade e a descoberta do “novo” vem intensificar a migração indígena para a cidade.

Os missionários beneditinos, com a ajuda dos índios, em 1910 instalam a Missão às margens do alto do Surumú; região em que predomina a etnia Macuxi. Além da celebração dos ritos católicos, criam um internato misto para os índios, fundam uma escola onde alguns índios eram selecionados para serem alfabetizados (Santilli, 1994). Em 1949 a Congregação Consolata assume a Missão e dá prosseguimento às atividades com o trabalho de catequese, com o atendimento hospitalar e com a educação diferenciada para meninas e meninos (CIDR, 1989). Tais práticas vivenciadas na escola missionária propiciaram o surgimento de lideranças nas comunidades indígenas, pois, os índios passaram a expressar fluidamente suas visões sobre as situações que cotidianamente os afetava. Assim, a igreja recomeçou seu trabalho teológico pautado no social.

A partir da década de 1950, uma nova política de imigração se instalou no extremo norte do município de Boa Vista com a corrida pelo ouro e diamante no extremo norte do vale do rio Branco, ocasionando a intrusão de garimpeiros em território indígena e em consequência, o surgimento de conflitos nas aldeias, afetando principalmente as atividades tradicionais (e.g. caça e pesca) e os costumes culturais.

As atividades de plantio de hortas, roça, caça e pesca, já não fazem mais sentido devido a comercialização de mercadorias industrializadas, bem ao alcance de qualquer

indígena. As políticas partidárias já tem seus propagadores dentro das comunidades indígenas. Os candidatos políticos se incumbem em doar “cestas básicas”, incentivados pelo próprio sistema assistencialista do governo local. Roupas, redes, panelas faziam parte das doações pressupondo a troca por votos. Dessa forma, vê-se que os índios Macuxi são influenciados pela formação neófita propagada pelos grupos sociais dominantes. Não só as panelas de barro tornam-se inadequadas como também, os adornos e vestimentas viraram artefactos obsoletos. O fogão a lenha havia sido substituído pelo fogão a gás. As aldeias passam a ter uma outra configuração com as casas construídas mais afastadas umas das outras, mudando suas rotinas de vida e de trabalho.

Na década de 1970, a igreja católica estende sua proposta evangelizadora na compreensão de conduzir seus trabalhos à causa indígena e, resolve em reuniões ecumênicas abrir espaço para que os indígenas falassem sobre suas experiências de vida. Os índios Macuxi, localizados nas regiões do Surumú e Tacutú, os mais afetados com o contato, aos poucos expressavam o que vinham vivenciando em suas comunidades. Dentre as questões estava a venda de bebida alcoólica nas malocas (i.e. aldeias indígenas) e a consequência acarretada às famílias e comunidade; a troca de mão-de-obra por alimentos industrializados deixava o índio dependente do seu patrão; comerciantes instalados nas malocas a viciá-los ao consumo de produtos diversos; posseiros que demarcavam as terras indígenas impediam os próprios índios de plantar e executar suas atividades tradicionais; a entrada do gado dos fazendeiros nas malocas destruía as plantações; os garimpeiros traziam doenças e desrespeitavam áreas de montanhas sagradas. Todas essas questões foram temas de preocupação e debate; além de questionarem constantemente, em reunião, a atitude de certos índios com relação a seus papéis de liderança.

Na região do Branco, o trabalho que se expandira com a pecuária foi delimitador na estruturação de um modelo econômico para Roraima. E nesse aspeto, a mão-de-obra indígena, que experimentara o trabalho braçal nas fazendas dos colonos, percebeu que pela pecuária extensiva poderia garantir suas terras que pouco a pouco estavam sendo invadidas e tomadas. Assim foi se configurando o trabalho do indígena Macuxi: com braços fortes para a enxada, impetuoso ao lidar com o gado, impávido ao manipular a terra-mãe e acima de tudo, foi com pulsos inteligentes que ele entrou na luta pela demarcação de suas terras e fortalecimento de sua etnicidade. E ele, na luta permanece.

### **3.3. O trabalho comunitário na linha pró-ativa**

É na década de 1970 que as mobilizações indígenas começam a surgir apoiados pela igreja católica e, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que os debates sobre cidadania e direitos humanos são semeados. A formação de líderes comunitários indígenas em Roraima vai se constituindo em reuniões dos Conselhos indígenas, com a significativa participação de pessoas falantes e questionadoras de seus direitos. Mesmo que as mudanças ocorridas em seus territórios tenham tido certa anuência daqueles povos, agora, surge uma nova experiência comunitária que se estrutura “na construção cotidiana das relações de reciprocidade entre indivíduos, cuja cooperação resulta na apropriação comum do produto de suas atividades” (Santilli, 2001, p. 133) de forma organizada, pois, os povos indígenas já viviam nessa perspectiva de união.

Os movimentos indígenas nas américas começaram ter evidência nos anos de 1980, na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos e sobretudo pelo direito territorial. Dessas iniciativas de política social foram surgindo órgãos gestores em prol dos direitos indígenas. Em 1980 foi criada a União da Nações Indígenas (UNI); em 1989 a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), em 1992 o Conselho de Articulações dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) e outras mais, organizadas como conselhos, associações, sociedades regionais, nacionais e internacionais que vem representar de direito e de fato, as causas indígenas.

Começam as articulações políticas. Ancorados à igreja católica, pelo ensejo da política indigenista nacional e nas Diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 169 de 1989, os índios passam a discutir em suas reuniões anuais o que vêm sofrendo com o “contato”, mais invasor e destruidor do que propulsor de civilidade.

A partir da década de 1980, os índios tornam-se pecuaristas com o “projeto do gado”. Da mesma forma que para os fazendeiros, o gado demarcava terras e lhes dava o direito de posse, assim para os indígenas também a estratégia foi articulada. A igreja comprou e distribuiu cinco vacas e dois touros em três malocas; em cada cinco anos teriam que repassar à outra maloca cinquenta e duas cabeças de gado, ficando o excedente como propriedade da maloca. (Mongiano, 2011). Projeto que até hoje, mesmo com os altos e baixos na produção e controle gerencial, surte resultados

satisfatórios. O autossustento se dá com a pecuária e estende o trabalho para as atividades de cuidar do pasto, vacinar o gado, construir cercas, etc. Tendo o gado como exploração comunitária, os indígenas decidem juntos a hora que precisam matar o gado para comer ou quando precisam vendê-lo. Foi com o gado que a luta política pela reconquista de seus espaços territoriais avançou.

O projeto da “cantina comunitária” consistiu na venda de produtos industrializados, com a atividade gerenciada pela própria comunidade indígena que elegeu uma pessoa para tomar frente da atividade. A ação que visava evitar o endividamento dos indígenas com os comerciantes não índios que se instalavam nas comunidades, não surtiu efeito desejado devido a falta de preparo técnico dos índios para gerir os negócios.

Surge o projeto de “corte-costura”, na iniciativa de capacitar as mulheres para a atividade de confecção de roupas a serem vendidas a preços mais acessíveis ao próprio povo da comunidade indígena e, assim evitar a exploração do comércio por parte dos não índios. Dessa forma passam a controlar a entrada de pessoas e a venda de produtos dentro das malocas, visto que quem mais perdia com a exploração era a comunidade indígena. Com o projeto de “corte-costura” ao estarem reunidas, as mulheres indígenas começam a falar de suas experiências diárias, dos desafetos e de agressões sofridas infligidas pelos maridos. Situações ocasionadas pelo excesso de bebida e pelo ciúme de alguns maridos por verem suas mulheres saírem de casa, mesmo que fosse para desenvolver a atividade de costura (Gomes, 2010).

Em Assembleia dos tuxauas em 1984 foram criados os Conselhos Regionais indígenas, que encarregavam-se de articular as decisões frente a demanda exigida nas regiões das serras e do lavrado onde os conflitos aconteciam. Posteriormente, com a criação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) em 1987, a luta por seus direitos e conquista de seus territórios foi ganhando mais visibilidade nacional e internacional, como um grande projeto de conscientização dos direitos indígenas, nomeadamente sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

### **3.4. O trabalho politicamente organizado**

As atividades do CIR passaram a ser quase que exclusivas a atender a meta pelo comprometimento com a luta por seus direitos à terra a fim de reconquistar sua identidade territorial indígena. Quando em 1993, os índios decidiram pela formação de barreiras humanas na entrada que leva às comunidades indígenas. Por quatro meses impediram a entrada de máquinas usadas na extração dos minérios e conseguiram o afastamento dos colonos, das suas terras. Posteriormente, por Decreto presidencial, o garimpo na região foi fechado.

As comunidades indígenas enfrentam as adversidades que encontram com comprometimento em estudar soluções para uma diversidade de problemas dentre eles, o abastecimento de água, assistência técnica para o cultivo de plantações comunitárias e o transporte para o escoamento de seus produtos. Empreendem seus trabalhos a fim de captar convênios na utilização de recursos técnicos e maquinários. Recorrem ao apoio na assistência à saúde e participam no treino de monitores e no resgate da medicina tradicional.

As políticas de povoamento do norte amazônico, com os discursos de integração dos povos indígenas às sociedades vizinhas, fizeram acentuar os embates políticos envolvendo não só os índios, mas também ambientalistas, antropólogos, instituições superiores de ensino, posseiros, fazendeiros, religiosos e inúmeras organizações civis humanitárias nacionais e internacionais, além das Instituições Federais do Brasil como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e Ministérios. E nesse sentido, por todo o mundo vem acontecendo debates que pontuam os direitos indígenas e fomentam a organização de entidades indígenas à constância de seus direitos plenos, no estabelecimento das relações dialógicas que se constroem com os grupos sociais envolventes.

No processo das discussões surgiram projetos federais e privados que causaram empecilho na consolidação das práticas ao direito de cidadania indígena. O projeto Calha Norte que tinha como finalidade o desenvolvimento da região norte, após muitos Decretos veio a ser vetado. Porém, a BR 174, que liga Manaus à Boa Vista e Venezuela foi construída em terras indígenas; bem como foram criados três municípios em 1997 no Estado de Roraima, causando o aviltamento da dignidade dos povos indígenas daquela região.

Hoje, com os direitos adquiridos por seu território, com a homologação das TIRSS em 15/04/2005 em área contínua, os indígenas partem em busca de consolidar suas práticas de trabalho voltadas para seus costumes e tradições culturais, encampando projetos que sinalizam para a sustentabilidade social e econômica.

Com os discursos voltados para a sustentabilidade econômica, os interesses políticos e sociais passam a girar em torno de programas financiadores destes povos. Povos quase folclóricos, quase tombados como patrimônio de uma nação, e que souberam soerguer-se e mostrar que reconstróem cotidianamente suas rotinas. Mesmo que ao longo dos anos lhes tivessem cerceado o direito de trabalhar exclusivamente para seu autossustento, a concepção do fazer coletivo sem a proeminência da valoração quantitativa sobre bens e consumo, ainda prevalece.

As atividades que os povos indígenas desenvolvem e que se consolidam em conquistas pelo interesse e vontade coletiva, são reconhecidas como trabalho.

### **3.5. Articulando as relações de trabalho**

Diante dos fatos historicamente constituídos, verifica-se que o trabalho veio sofrendo mudanças quanto a concepção, prática e estruturação de acordo com as culturas sociais e políticas em cada momento político e em cada lugar.

O trabalho indígena configurado pela mão-de-obra escrava veio atender a demandas socioeconômicas vigentes, em detrimento de suas atividades tradicionais de caça, pesca e coleta de frutos. Atividades em que a memória mediatizou as transformações espaciais de trabalho e convivência, mas que num momento oportuno e, como um “golpe” a ordem local se desestabilizou, pois “a mudança tem como condição os recursos invisíveis de um tempo que obedece a outras leis e que, por surpresa, furta alguma coisa à distribuição proprietária do espaço” (Certeau, 1994, p.161). As atividades, que dentro de um espaço e tempo estão imbrincadas por crenças e valores culturalmente arraigados na ancestralidade, representam o respeito à mãe-natureza, a terra, com uma rotina mediada pelo “fazer” para o autoconsumo. Portanto, as atividades indígenas não eram concebidas com a mesma configuração dada ao trabalho pelos colonizadores, pois, o esforço feito com o objetivo de atingir uma meta não se voltava para a produção excedentária e nem para a mão-de-obra paga.

O trabalho configurado nas relações de poder gera comportamentos de sujeição, reação e resistência e permite a tomada de consciência de si, verificável quando ao grupo confrontado é imposta uma “ordem”, com obrigações a serem cumpridas e imposições que não atendem suas necessidades de sobrevivência e nem a seus referenciais de partilha. O comportamento de resistência delinea-se com o acesso à liberdade de reação e vem gerar transformação de atitudes pois, “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 2005, p. 241). Nesse sentido, o índio ao receber a patente de “chefe”, usa de prestígios para demonstrar autoridade e poder sobre seus pares e sobre quem lhe facultou liberdade de reação. Vê-se as ações protagonizadas de forma inventiva entre fugas e convivência cotidiana, enquanto estratégias disciplinares da colonização se confrontavam com táticas de resistência.

O conceito de “liberdade” vem reforçar o conceito de “grupo minoritário” que, em desvantagem social é objeto de preconceito e passa a responder em posição subordinada ao grupo dominante. Nesse sentido, os índios aldeados enquadram-se no desamparo e no isolamento físico e social de seu grupo étnico. A liberdade “dada” justifica-se pelas limitações impostas pela sociedade de contato que garante-lhes, sob tutela, os direitos vigiados.

A estruturação do comportamento de aculturação se faz quando os índios, retirados de seus territórios e tendo seus costumes julgados, violados e suprimidos, passam a aceitar novos paradigmas de convivência e trabalho que se confluem com seus preceitos sobre: espaço físico, língua nativa, vestimentas, crenças, cultura, dentre outros. No entanto, a esse rendimento às práticas exógenas, os indígenas respondem ao colonizador subvertendo “leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas” (Certeau, 1994, p 39) e, sem rejeitá-las usa-as à sua maneira, ritualizando-as, pois, delas não podiam fugir e nem tão pouco agiam na total submissão. Observa-se o prolongamento do processo de aculturação dos povos indígenas, que retirados de suas aldeias recebem orientações de como se comportar com os costumes das pessoas das cidades. A escolha por uma e outra criança indígena que se destacasse entre os demais e viesse estudar na missão, futuramente quase que lhes garantia manter uma relação de poder no seio de sua comunidade de origem.

O cotidiano traz suas demandas e exige a operacionalização de fazeres que se estabelecem dentro da ordem do lugar. A cultura dominante (Bourdieu, 1977; Bourdieu & Passeron, 1975) vem agir como domesticadora das necessidades básicas dos nativos

ao inculcar-lhes novos processos valorativos ao seu cotidiano no que refere, normas de convivência, processos de trabalho, aquisição de bens de consumo com vantagens materiais e simbólicas. Ao ganhar prestígio e valor social, a cultura dominante constitui-se em capital cultural levando a cultura dominada a introjetar, incorporar e internalizar valores e hábitos. Porém, entre essa complexa relação de poder, o hibridismo cultural se configura tanto pela modificação de seus processos de dominação e resistência, como por suas interações. Processo esse de invenção de saberes cuja tática “se insinua fragmentariamente, sem poder retê-lo à distância” (Certeau, 1994, p.46), transformando os acontecimentos em ocasiões.

As atividades rotineiras do convívio social e familiar se estabelecem situadas entre fronteiras psicológicas e atitudinais e se organizam na inter-relação do grupo. Fronteiras psicológicas correspondentes ao pensar, apropriar, refletir e gerir ideias que darão significado a essas novas ações. Nessa perspectiva, os Macuxi desenvolvem suas atividades apreendidas num tempo subjetivo, com base na indissociabilidade entre individual e coletivo. Ações imbuídas de significados por onde traçam suas trajetórias de trabalho.

O novo tempo parece-lhes firmar certeza sobre sua identidade étnica, conferida ao lugar e protegida de qualquer obscurantismo que venha enraizar o contrário. O processo de politização dos índios começa a ser trabalhado paulatinamente com suas inserções em grupos que “estabelecem uma mediação entre os indivíduos e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores” (Heller, 2000, p. 19).

O processo de politização tem como base as atividades coletivas geradoras de integração e consecutivamente reflexão sobre práticas cotidianas. Dessa forma, o trabalho enquanto construção étnica é concebido coletivamente vinculado a um espaço territorial, tendo em sua mão-de-obra não intelectualizada a sustentação para a ação reflexiva como constructo do discurso do desaparecimento étnico. O discurso que outrora servira ao colonizador para ocupar as terras das regiões de fronteira, “Uma terra sem gado é uma terra que não tem dono” (Mongiano, 2011, p.62), é revertido em benefício de suas reivindicações sobre o lugar de pertencimento. A pecuária, ao proporcionar a suplantação da sedentarização pelo comportamento nômade dos indígenas, passa a promover a fixação destes no espaço territorial e contribui para a construção ideológica sobre a terra, como lugar identitário.

A tomada de consciência de forma coletiva sobre a realidade vivida, leva-os à busca de soluções, com o envolvimento e participação interétnica das comunidades que

utilizam-se da dialética para evidenciar a luta por seus direitos e deveres enquanto grupos originários.

O conceito de “chefe” cuja função mediadora baseava-se mais em sujeição dos índios aos colonizadores, passa a ser ressignificado como “liderança”, implicando ao seu recetor condutas de responsabilidade e sabedoria para com seu povo. Nesse aspeto, “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (Certeau, 1994, p. 38) implicando na construção de novos sentidos ao papel de liderança, nomeadamente pelo viés da alteridade.

A instalação do CIR na capital do Estado constitui-se numa posição estratégica de visibilidade e de articulações políticas. A busca por captação de recursos financeiros perpassa pela necessidade em gerir os trabalhos das comunidades indígenas, por manter a interlocução em âmbito local, nacional e internacional bem como pela participação atuante dos conselhos indígenas regionais nas demais causas coletivas. A luta pela garantia do direito de trabalhar na terra ganha proporção política a partir do incremento das políticas de valorização das culturas originárias, voltadas para a biodiversidade, para o etnodesenvolvimento sustentável e para a preservação do meio ambiente.

Os indígenas residentes fora de suas comunidades de origem, buscam por inserção no mercado de trabalho formal e/ou informal, não deixando de manter a relação de contato com seus familiares na comunidade. No contexto dessas relações, o indivíduo passa a experimentar novas regras de trabalho, reconhecendo-se enquanto trabalhador, afirmando sua posição no grupo e em sua trajetória particular de trabalho.

Nessa perspectiva, o indígena integra-se a grupos sociais, envolve-se em comunidades abstraindo costumes, exigências e normas morais. Distancia-se de si, de sua particularidade e produz uma síntese do seu “eu” transformando conscientemente objetivos e aspirações particulares de si mesmo e desse modo, socializa sua subjetividade. Dessa forma, compreende-se que as práticas de intersubjetividade vêm possibilitar o amadurecimento de novas práticas de trabalho com pluralidade interétnica

### **3.6. O lugar que era permanece**

Hoje, cada vez mais organizados, os indígenas brasileiros lutam pela garantia de seus direitos. Reúnem-se em busca de alternativas políticas e econômicas frente a

situações vivenciadas quotidianamente. Conforme o Censo 2010, a população indígena do Brasil é de 896,9 mil indígenas, com 305 etnias, das quais a maior é a Tikuna (AM) com 6,8% da população indígena. Foram identificadas 274 línguas indígenas, onde 37,4% das pessoas com 5 anos ou mais de idade falam uma língua indígena e 76,9% falam português. Foram identificadas 505 terras indígenas que representam 12,5% do território brasileiro. A terra indígena Yanomami (RR) apresentou a maior população em região do Amazonas e Roraima com 25,7 mil indígenas e, o município de Uiramutã (RR) com a maior proporção de população indígena correspondendo a 88,14%. Constatou-se o equilíbrio entre os sexos com o total de 100,5 homens para 100 mulheres, com mais mulheres em área urbana e menos homens em área rural (IBGE, 2012).

Quanto a questão “rendimentos”, 52,9% dos indígenas não tem qualquer tipo de rendimento, cuja proporção em área rural é de 65,7%. Nas comunidades, os trabalhos se processam coletivamente estando o lazer e o trabalho quase que inseparáveis. A relação com a terra tem enorme significado, sem a noção de propriedade privada. Somente 12,6% dos domicílios tem suas construções tipo “oca ou maloca”, com predominância para a construção tipo “casa”. Os indígenas em áreas rurais e em terras indígenas são predominantemente jovens (ISA, 2011).

A população indígena de Roraima é de 49.637 indivíduos (IBGE, 2010). O Estado de Roraima possui um total de 32 terras indígenas, entre as homologadas e as registradas. Pelo motivo da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a grande maioria dos povos indígenas uniram-se numa luta política incessante a fim de verem demarcadas suas terras em área contínua. Assim, conquistaram o direito de explorá-las e fizeram valer nelas sua cultura, crenças, costumes e sua etnicidade, confirmado em 2009 com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que culminou com a desintrusão dos não índios das terras demarcadas.

Além da etnia Macuxi, com filiação linguística Karibe, outros povos indígenas encontram-se no Estado de Roraima: Ianomami, Ingarikó, Waiwai, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wapixana, Yekuana, Hixkaryana, Patomona. Os índios Macuxi, ocupantes de áreas da fronteira e de áreas da Guiana e da Venezuela, espalham-se por várias regiões no estado de Roraima, perto da fronteira com a Colômbia e com a Venezuela. Região de fronteira que desde o século XVIII, foi espaço de confronto no que se refere a aldeamentos, migrações forçadas, exploração extractivista-pecuarista, e mais contemporaneamente, as intromissões de garimpeiros nos espaços indígenas ao

norte de Roraima, contribuíram para a quebra de costumes e proliferação de doenças, dentre outras mazelas.

O território Macuxi está compreendido em três grandes blocos territoriais: terra indígena Raposa Serra do Sol com cerca de 20 mil índios; terra indígena São Marcos, com cerca de 24 aldeias e em média de 1.934 pessoas e em pequenas áreas que circunscrevem aldeias isoladas no extremo noroeste do território Macuxi, nos vales dos rios Uraricoera, Amajari e Cauamé. Território estimado em torno de 30 mil a 40 mil km<sup>2</sup>, com a distribuição da população em aldeias (e.g. comunidades), com aproximadamente 140 aldeias Macuxi, caracterizadas por grupos de parentelas em pequenas habitações isoladas, (Santilli, 2004).

Os Macuxi ainda carregam suas armas de fogo durante o trabalho na lavoura e empenham-se em caçadas em áreas adjacentes a Terra indígena Mangureira. Durante o período chuvoso deslocam-se até as regiões mais elevadas e no período seco concentram suas atividades na pesca. Suas casas mantêm áreas com pequenos cultivos de mandioca, milho, banana, mamão e outros plantios (Barbosa & Melo, 2010).

As regiões dos campos concentram as atividades de pesca, agricultura e pecuária; nas regiões das serras, as atividades envolvem a caça, a coleta de frutos e a agricultura. A atividade de caça, antes era empreendida com a participação de todos os homens adultos da comunidade que saíam em expedição em busca de tatu, paca, veado campeiro, catitu e outros animais de pequeno porte. Hoje, essa atividade não é desenvolvida com frequência, porém é executada como atividade de lazer reunindo os parentes (e.g. consanguíneo, e de afinidade comunitária).

A pesca, com maior frequência, é desenvolvida ao longo do ano por ainda compor a dieta principal. Sua prática ocorre em grupo ou individualmente nos lagos e rios afluentes do rio Branco, com a utilização de anzóis, redes, malhadores e outros métodos na captura do pescado. A coleta de frutos, tubérculos, fibras, madeiras nativas e argilas, também seguem num ritmo planejado de deslocamento. Dessa forma, as atividades de trabalho se configuram dentro da sazonalidade da região e atendem suas demandas, não só com o trabalho puramente braçal mas também com equipamentos mecanizados. A pecuária, tida como atividade suplementar vem reforçar a autonomia econômica das comunidades e configura-se com a criação extensiva do gado bovino. A implantação do projeto do gado veio possibilitar a ocupação das terras e a garantia do sustento das comunidades.

As Comunidades indígenas Macuxi são formadas por casas unifamiliares construídas no regime de “juri” (i.e. mutirão, união). Os homens se juntam para construir uma casa na aldeia enquanto as mulheres preparam a “damorida” (i.e. comida apimentada feita de peixe e caldo) e o “caxiri!” (e.g. bebida feita com mandioca ou milho fermentado) que são distribuídos sob o espírito de festa. Suas casas, construídas mais afastadas umas das outras, permite-lhes cultivar legumes, tubérculos, frutas e verduras e também a criação de pequenos animais. Nos espaços mais distanciados plantam mandioca, milho, feijão, e também constroem as casas “retiro” (i.e. onde produzem a farinha).

O Tuxaua, como maior figura de liderança de uma comunidade indígena é eleito por sua comunidade quebrando a tradição da hereditariedade porém, traz as prerrogativas de saber se comunicar bem com seu povo, ter certo prestígio na comunidade e também ter um número expressivo de parentela.

Ao longo dos últimos cinquenta anos e em função dos embates travados em âmbito das políticas nacionais e internacionais, a noção de direitos humanos vem se universalizando e adquirindo maior especificidade no sentido de reconhecer a própria diversidade do conceito de humanidade. Nas últimas décadas do século XX, importantes redes e coligações na esfera dos movimentos sociais trouxeram para o centro das discussões questões sobre desigualdades sociais no campo do sexo, raça, faixa etária, etnia e demais questões que afligem os grupos minoritários.

Alarga-se o campo dos direitos humanos com as vozes que não se deixam intimidar diante de violações e discriminações, e assim, novas identidades coletivas se constituem enquanto sujeitos de direitos. Em documento datado de 1964, feito por uma comissão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo teor voltava-se para a preocupação com a defesa dos indígenas do Brasil, foi dada evidência aos valores da sociedade indígena quanto a educação dos filhos, o respeito pela natureza, a iniciação da educação sexual e sobre a produção do necessário para sobreviver. Entendeu-se o trabalho em caráter coletivo e para a sobrevivência, prevalecendo em sua ação a união da comunidade em detrimento do individualismo. Dessa forma, o trabalho passa a ser concebido como construtor da paz e harmonia entre os povos indígenas (Mongiano, 2011).

Os indígenas têm-se engajado ostensivamente na política partidária pleiteando cargo de vereador, prefeito e vice-prefeito. Nas eleições de 2012, um Tuxaua foi eleito Vice-prefeito do município de Pacaraima (RR), como também a primeira índia do país

conquistou o registro na Organização dos Advogados do Brasil-OAB e senda a primeira a falar na tribuna da Corte Suprema em defesa da homologação das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol. Estes fatos denotam as conquistas na luta por espaços socializados entre índios e não índios.

Os indígenas prestam serviços às Secretarias de Saúde, Educação e de Agricultura do Governo; desenvolvem trabalhos de catequese, como agentes de saúde, quando formados pela Fundação Nacional de Saúde Indígena do Estado (FUNASA-RR) e ainda, representados pelo CIR, mantêm visibilidade estendendo suas ações à implantação e desenvolvimento de projetos dentre eles, na área da saúde, com a implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

A luta dos povos indígenas permanece pela constante busca sobre seus direitos e nesse sentido estão atentos à legislação indígena no que procuram participar de cursos que lhes propiciem capacitação à construção de seus interesses frente às demandas de trabalho. Os trabalhos das lideranças indígenas estendem-se para a ação reflexiva na perspectiva do presente e do futuro, em que focam suas atividades cotidianas para uma ação conjunta, com dedicação e cuidado com seu povo, dirigindo, orientando e educando suas crianças segundo os seus costumes. Os indígenas firmam o compromisso de unir mais a comunidade com o trabalho de roça e comprometem-se em deixar de lado as bebidas alcoólicas que são a ruína das comunidades (CIDR, 1989). Assim, com o trabalho, reafirmam diariamente seus propósitos à consolidação de suas identidades étnicas.

### **3.7. Gênero e trabalho na cultura Macuxi**

As atividades de trabalho têm sido percebidas como agregadoras de valores, ao que circunscrevem papéis sociais para homens e mulheres considerando especificidades físicas, intelectuais e emocionais como elementos determinantes no desempenho das atividades. De fato, a análise dos discursos sobre as construções históricas e culturais em torno do papel de trabalhador permite evidenciar como as relações interpessoais que aí se desenvolvem produzem e reproduzem a masculinidade e a feminilidade.

Tendo em conta o papel do gênero no acesso ao trabalho, a sociedade do século XVIII corroborou com a concepção da divisão do trabalho em grupos sociais distintos que tendem a perpetuar representações de papel social (Foucault, 1976). Neste sentido, estudos contemporâneos sobre o desenvolvimento de carreira de homens e mulheres

evidenciam barreiras específicas ao desenvolvimento de carreira das mulheres (e.g. estereótipos de papel sexual, estereótipos de papel profissional, discriminação sexual, ausência de modelo de papel sexual e profissional, o conflito entre o papel familiar e o de trabalhador) as quais se têm mantido desde os anos 70 do século XX, até à primeira década do XXI (Butler & Skattebo, 2004, Cardoso, 2006; Swanson & Woitke, 1997). Este tipo de resultados vai ao encontro da teorização de modelos da carreira de cariz sociopsicológico (Astin, 1984; Gottfredson, 1981) e diferencial (Farmer, 1985; Fassinger, 1985; Fitzgerald & Betz, 1992), apontando para os processos de socialização, como os responsáveis pela estruturação de representações sobre o lugar de cada um no trabalho em função do gênero.

Nos Macuxi também é evidente a relação da cultura com as diferenças de gênero no papel de trabalhador. É o caso da educação religiosa incutida nos Macuxi que privilegiou às meninas a aprendizagem dos bons modos, o que incluiu o preparo de comidas e atividades de corte-costura, enquanto para os meninos o ensino ficou no ofício de carpintaria e jardinagem (CIDR, 1989).

Para as mulheres índias o trabalho na cidade voltava-se para a limpeza da casa e trabalhos de cozinha além de cuidar de crianças. À mulher, coube o espaço doméstico e o da essencialidade em ser mãe (Saffioti, 1987). Já os homens trabalhavam na estiva com o carregamento de sacas de açúcar, sal e demais produtos comercializados entre Boa Vista e Manaus, além de desenvolverem trabalhos de auxiliar na construção de casas e qualquer outro serviço que lhes garantia levar para casa mantimentos para o sustento da família, pois, geralmente era numerosa (Santilli, 1994).

Avanços e recuos ocorrem com a representação das práticas, sem serem percebidos com a polaridade fixa de poder de um sobre o outro; a considerar a mulher indígena Macuxi que passou por manobras de poder por parte de uma hegemônica masculinidade, porém não se deixou abater e resiste a manobras, evitando anular-se como sujeito nas relações de gênero. É como foi percebida a atividade de corte-costura das mulheres Macuxi, que nas reuniões para a execução da atividade discutiam seus papéis na família e na comunidade. Posteriormente unidas, concretizaram seus objetivos com a oficialização da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR). O discurso proporciona alianças e negociações a novas relações que delimitam lugares sociais, “mas para o lugar se tornar praticado, requer ação e esta para ser produzida pede tempo na sua execução” (Santos, 2003).

Ainda que lutando por sua emancipação, permanecem ao lado dos homens apoiando-os no trabalho, tanto no familiar como em frentes de trabalho coletivo. Aguerriada, a mulher Macuxi luta por seus direitos reafirmando as relações de gênero em consonância com o coletivo e adquirir respeito com sua voz e voto. Saem de seus espaços privados (e.g. familiar) e socializam conhecimentos na coletividade (Gomes, 2010).

A divisão sexual do trabalho ganha outra dimensão com as relações de gênero, demarcadas com as vicissitudes do lugar e com os processos sociais ressignificados com o contato e, deixam de seguir o rigor que antes era caracterizado pelo sexo. Os fatores psicofisiológicos de ambos os sexos são insuficientes à definição das diferenças projetadas a seus papéis de trabalho (Bourdieu, 1999; Hakim, 2000). Ambos constroem suas trajetórias de vida e de trabalho em percepção de oportunidades econômicas, socioculturais, históricas e por via de estruturas psicológicas presentes nas construções das diferenças e desigualdades, principalmente no que refere a oportunidades de acesso a recursos e bens simbólicos (Betz, 2004; Betz & Fitzgerald, 1987; Crompton & Harris, 1998; Louro, 1997; Scott, 1990, 1992) relacionados à raça e classe (Richardson, 1993; Wharton, 2005)

A história de homens e mulheres é um campo inevitavelmente político em que a posse e poder convencionais são quebrados com as estratégias, resistência ou violência em correlação tanto a um ambiente natural particular quanto a uma ordem cultural e social específica (Berger & Luckman, 1976; Foucault, 2001; Louro, 1996; 1997; Meyer, 1996, 1998). É como identificamos o caso das mulheres do grupo étnico indígena Kadiwéu (MS) que passam a ser provedoras do sustento familiar com a confecção de objetos e utensílios em cerâmica, ao mesmo tempo que se engajam nas lutas por seus direitos e simultaneamente assumem o papel de interlocutoras entre seus grupos e a sociedade não indígena (Grubits, Harris, & Pedroso, 2005). Nesse sentido, as mulheres na regulação das relações de gênero no mundo do trabalho, tem efetivado conquistas com o rompimento do círculo do reforço generalizado da dominação masculina em diversas áreas sociais. Vivenciam cotidianamente o trabalho tanto na dimensão familiar e fora dela, simultaneamente (Rocha-Coutinho, 2003), como também, os homens ameaçados simbolicamente em relação a sua imagem histórica de dominação, experienciam essa relação dialógica entre os gêneros (Bourdieu, 1999).

As técnicas que se constituem em estratégias de poder nas relações de gênero, extrapolam o campo doméstico e tendem a objetivar a organização e controle do tempo

e espaço, com intuito de vigilância e disciplina permanente sobre as práticas sociais extensivamente disseminadas em grupos gregários, principalmente os homogêneos, como é o caso das escolas e espaços em que ocorrem a elaboração e a imposição dos princípios monopolizados do saber.

### **3.8. Escolarização e cultura Macuxi**

Espaços sociais são construídos e neles se estabelecem permutas entre conhecimentos e informações. Entretanto, o caminho das práticas escolares é construído ora passivamente (i.e. regras e valores inquestionáveis) ora transversalmente pela cultura, com integralização e exclusão (Dubet & Martuccelli, 1996; Lave, 1991; Perrenoud, 1995;

Com os Macuxi não foi diferente. Os missionários implantaram escolas na cidade e nas regiões indígenas conduzindo a educação para a catequese e aos valores sociais e morais. As malocas passaram a ser denominadas de “comunidades”, onde devem conviver entre a paz e a harmonia do “Senhor”. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) também fundara escolas nas fazendas nacionais e por fim, seria a vez da Secretaria de Educação do Estado de Roraima expandir o acultramento dos indígenas com suas cartilhas doutrinárias.

A educação escolar homogeneizadora se habilitou em construir uma educação escolar “para” o índio, e não uma educação escolar “do” índio e assim, o ensino nas escolas veio reforçar a política social da cultura dominante. Os Macuxi apropriaram-se oficialmente da língua portuguesa e deixaram de falar a língua nativa, concebida no contato como “gíria”.

No entanto, o que se tem visto é paulatinamente ocorrerem quebras na hegemonia das políticas educativas de massificação da escolaridade, a considerar que seus atores sociais cada vez mais inserem-se em espaços plurais e exigem da instituição “escola”, atenção para a pluralidade em seus currículos, pela garantia às relações identitárias que nela se (re)constroem. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe o respeito aos grupos étnicos, confirmando em seu Art.231, os direitos reconhecidos aos índios de sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições.

A escola que viera viabilizando a degradação social no reforço da dominação de uma sociedade sobre a outra, passa a ser usada como instrumento de libertação pela

sociedade dominada. As reivindicações indígenas voltam-se para o ensino bilíngue. A língua nativa que era falada só pelos mais idosos, hoje está sendo repassada por professores indígenas que compõem o quadro de ensino escolar. Apesar dos ritos católicos já enraizados, os mais jovens buscam conhecer o que de suas crenças foi apagado. No entanto, sobrevive, em geral, uma forte consciência em ser Macuxi. Estando eles mais organizados, buscam hoje reverter a ideologia neles introjetada pelo etnocentrismo envolvente e assim, reconstruem suas identidades (Gomes, 2010).

Hoje, pela Divisão Escolar de Educação Indígena (DIEI), reivindicam por contratação de professores indígenas com o intuito de valorizar sua cultura. As escolas situadas nas comunidades indígenas têm em seu quadro efetivo professores indígenas formados no Curso Superior, tanto em Licenciatura Intercultural para professores indígenas e Curso de Gestão Territorial indígena ofertados pelo Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR), como também, professores formados em outras áreas de conhecimento e em outros estabelecimentos de ensino superior.

Vale ressaltar que tais conquistas devem-se às lutas dos povos indígenas por uma educação específica, de qualidade, respeitando suas identidades étnicas. No entanto, o Censo 2010 identificou a população indígena brasileira com o nível educacional mais baixo que o da população não indígena, nomeadamente na área rural e ainda, os grupos etários acima dos 50 anos apresentam taxa de analfabetismo superior à de alfabetização.

As relações que se estabelecem na escola são mediadas por um universo de interações quotidianas (in)formais, que se (re)produzem numa relação dialógica entre troca de experiências, afetos, favores e competências. Nesse sentido, percebe-se a (re)estruturação de redes sociais e culturais. No entanto, a cultura manifestada de forma objetiva e institucional é incorporada, internalizada e passa a ser confundida com o HABITUS (Bourdieu, 1999). Por esse prisma, verifica-se o processo de dominação perpetuado com a imposição e com a ocultação da ação arbitrária sobre a cultura.

Sabemos ainda que muitos aspetos do ambiente escolar (e.g. obediência, subordinação, organização do espaço em sala de aula, divisões entre meninos e meninas) não fazem parte do currículo oficial mas nele estão implícitos e que portanto precisam ser desocultados (Dreeben, 1968). Nesse aspeto, convém tratar dos currículos escolares que atuam como mecanismo de exclusão. O currículo de qualidade é percebido como espaço de interseção, das diferenças, do diálogo, não de transmissão, mas de produção de culturas. O currículo como artefacto cultural é uma invenção e

construção social (Silva, 1999). Colocá-lo em prática, requer exercer a cidadania na garantia de que o caráter contínuo e formativo da educação seja contemplado na construção de conteúdos múltiplos, plurais e multiculturais.

Nesse sentido, é expressiva a pesquisa na área da etnobotânica, realizada com 15 indígenas agentes de saúde da terra indígena Araribóia (MA), identificou que todos os agentes indígenas entrevistados detinham conhecimentos sobre o poder curativo dos vegetais adquiridos na própria aldeia através de conversas com índios mais velhos e, demonstraram consciência quanto aos riscos, quando da má utilização fitoterápica de cascas para a obtenção do preparo caseiro do remédio (Coutinho, Travassos, & Amaral, 2002). Portanto, o conhecimento escolar e extraescolar estão envolvidos em uma complexa relação de poder e que dela pode germinar organização e viabilização de potências na produção de subjetividades e identidade social.

Por meio da educação e informação, as percepções sobre o trabalho também vão sendo revisadas em prol das atividades que geram rentabilidade econômica, nomeadamente com a agricultura familiar. Os pequenos produtores aproveitam a oferta ambiental e cultivam a produção básica para a dieta alimentar, especialmente constituída do arroz, milho, feijão, hortaliças, mandioca e pequenos animais. Segmento rural que impulsiona a pluriatividade para a diversificação da força de trabalho, intencionando a melhoria de renda de pequenos e médios agricultores, por meio da inserção dos produtos no mercado tanto no interior como na capital do Estado. Nesse sentido, a família passa a ocupar-se com mais de uma atividade (Fuller, 1990).

Assim, o apoio tecnológico tem sua essencialidade quando previamente são analisados os impactos ambientais, diretamente à produtividade da terra, como na produtividade do trabalho. No entanto a inserção tecnológica na agricultura familiar dos povos indígenas não implica em subordinação destes à superioridade do progresso tecnológico, visto que as comunidades indígenas buscam assessoria nesse setor sem deixar de entremear nelas suas formas tradicionais ao lidar com o trabalho. É como daqui em diante estaremos apresentando algumas comunidades indígenas brasileiras que têm suas pluriatividades voltadas para o sustento familiar.

### **3.9. Sustentabilidade e etnodesenvolvimento: entre tecnologias e conhecimentos tradicionais**

Entender o trabalho, seus sentidos, representações e as repercussões de suas práticas, requer colocar em discussão os processos de produção, experiência e conhecimentos produzidos de significados, e ao mesmo tempo confrontar os saberes contextualizando-os com os diversos campos científicos. O trabalho ganha evidência com os processos relativos à construção do sujeito, sua sociabilidade e relações sociais.

Ao tratar de “desenvolvimento sustentável” na obtenção de satisfação duradoura das necessidades humanas com melhorias da qualidade de vida (Allen, Long, Perdue, & Kieselbach, 1988) e do meio ambiente voltado para a sustentabilidade, prevê-se mudanças estruturais nas concepções de economia social, com a mobilização e motivação da sociedade para um novo sistema alternativo de vida, onde haja garantia da preservação das gerações presentes e futuras com essencialidade na preservação do meio ambiente (Barros, 1999; Sachs, 1993). Vale ressaltar a imprescindível parceria no âmbito político-institucional para o atingimento das metas ao processo do desenvolvimento sustentável, nomeadamente a política indígena, na promoção interrelacional com os aspetos interculturais, históricos e culturais (Gallois, 2001).

Ao “etnodesenvolvimento”, está a premissa de autonomia dos povos indígenas à autossustentação de forma participativa. Considera-se o diferencial sociocultural salientando a visão endógena à resolução de problemas com independência de recursos e com a valorização dos conhecimentos tradicionais locais, equilibrados com o meio ambiente e articulados com novos recursos técnicos e científicos (Grünewald, 2003; Stavenhagen, 1984).

Sobre as sociedades indígenas pesa o papel de guardiãs da biodiversidade e, com responsabilidade à sua manutenção com o uso sustentável dos recursos naturais (Cunha, 1999). Os indígenas brasileiros tem enfrentado sucessivas mudanças que afetam suas condições de vida e expectativas de futuro. Há evidências de grupos étnicos que efetivamente respondem a demandas sociais e econômicas colocando em prática seus conhecimentos tradicionais, naturalmente voltados para a sustentabilidade e para o etnodesenvolvimento.

O povo indígena Baniwa (AM) é reconhecido por suas habilidades artesanais na confecção de utensílios de madeira com pontas de quartzo e cestarias. Trabalho que surge como parte das ações de “alternativas econômicas sustentáveis”, com a capacitação na

administração de recurso, legislação, liderança e treinamento técnico para o desenvolvimento de atividade específica, possibilitando um retorno não só financeiro e organizacional como também no aspecto de valorização dos próprios índios Baniwa, (Bruno, 2003; Calil, 2002; Michi, 2007).

Outra referência de trabalho indígena com enfoque para as questões ambientais ligadas à noção de autonomia e emancipação, é o caso dos povos indígenas Timbira (MA), que em 1996 desenvolveram parceria com a empresa FrutaSã, uma das primeiras empresas indígenas do país na produção de polpas de frutas do Cerrado a partir do extrativismo. Além de alternativa de renda aos agricultores da região, o trabalho garantiu-lhes permanência em suas terras, bem como a presença de pequenos agricultores no entorno das terras indígenas. Este tipo de iniciativa também serve de barreira a produções que não se enquadram ao etnodesenvolvimento (Azana, 2002; Fonseca & Chianca, 2011, Noleto 2009). Nesse sentido, percebe-se que as pequenas empresas na Amazônia estruturam-se sob processos produtivos locais de forma singular, como estratégias de sobrevivência, como economia solidária ou como forma de integração no mercado (Becker & Léna, 2002).

No Estado de Roraima, as comunidades do Milho, Ouro e Guariba, situadas na região Terra Indígena São Marcos, fazem o aproveitamento máximo do fruto, vinho, doces, geleias, gelados além do caule, do óleo e a palha utilizada no artesanato com a confecção de cestos. A comercialização dos produtos, geralmente ocorre de maneira informal e visa a sobrevivência das populações sem a degradação do meio ambiente (Filho, 2012). Além do burití, há também a produção de tomates por parte das comunidades indígenas Truaru e Serra da Moça, que realizam a venda do produto de forma direta, sem atravessadores, atendendo a Feira do Produtor na capital Boa Vista (RR), (ISA, 2011).

O mundo rural torna-se um espaço sobre o qual se desenvolve um conjunto de atividades agropecuárias. Não há mais isolamento e a direção está para a complementaridade do urbano e do rural. O território indígena, considerado no âmbito rural, assume novos papéis para atender as demandas na oferta e consumo de alimentos e matérias-primas, nomeadamente aqueles relacionados à sustentação da vida comunitária.

A diversidade se faz presente entre produtos, tecnologia empregada e principalmente entre os atores sociais, sem que haja a mercantilização das paisagens. É o caso dos índios Waimiri-Atroari (RR) que tem suas práticas de trabalho voltadas para

a reprodução em cativeiro de animais (e.g. tartarugas, mutuns, cutias, pacas, tatus e antas) e posteriormente a libertação dos mesmos a fim de repovoação dos rios e lagos do território (ISA, 2011). São essas ações de trabalho baseadas no desenvolvimento sustentável dos recursos naturais que caracterizam as estratégias de reconstrução ambiental e que revelam a expressiva contribuição dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

No Estado do Amazonas, os índios Matis que ainda hoje têm sua alimentação sustentada essencialmente da caça, pesca e roça. Por iniciativa própria buscaram o controle básico de manejo de galinha caipira (ISA, 2011). Neste caso, se percebe uma atitude de autenticidade cultural pela forma com que buscam novos conhecimentos, sem deixar de conservar e proteger suas práticas de trabalho, mesmo que agregadas a novas técnicas.

Tanto os índios Rikbaktsa, Zoró e Arara (MT) como os Kayapó (PA) (i.e. comunidades A'ukre, Moicarakôe e Kikretum) trabalham com a coleta de castanha. Tal atividade permite enriquecimento alimentar e fortalecimento cultural além de contribuir diretamente para a proteção territorial transformando o local em nicho ecológico, espaço de aprendizagem da diversidade cultural. Os Mebengokre-Kaypó trabalham no sistema de redes de trocas e transmissão de plantas, sementes, raízes e mudas utilizando o manejo tradicional, no que garantem a diversidade agrícola e demonstram seus conhecimentos associados à agrobiodiversidade (Robert, Garcês, Laques, & Coelho-Ferreira, 2012).

O trabalho indígena no Brasil vai se caracterizando com o uso sustentável da biodiversidade em parceria com instituições federais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), FUNAI e Organizações Não Governamentais (ONGs.) que desenvolvem pesquisas e programas de assessoria, manutenção e recuperação de hortas e sementes. O objetivo é tornar as comunidades autossuficientes na agricultura e em outras frentes relativas ao equilíbrio do ecossistema (Silva, 2001). Nesse sentido, vê-se que na apropriação de conhecimentos científicos e de sua integralização de forma sustentável, suscita novas metodologias de trabalho com o empreendimento voltado para a autonomia de gestão participativa dos grupos etnossociais envolvidos.

Quanto a demanda pelo turismo em terras indígenas, não se tem uma política indígena em discussão ao desenvolvimento e regulamentação da atividade de modo a torná-la sustentável às comunidades da região. No entanto, as comunidades indígenas

Bananal, Boca da Mata e Nova Esperança (i.e. em TISM) veem no turismo uma possibilidade de economia sustentável (Brandão, 2012). Porém, convêm entender que as relações que se estabelecem com o turismo sustentável devem atender as necessidades dos turistas e das comunidades receptoras a fim de garantir o desenvolvimento sustentável (Hunter & Green 1995).

Aos projetos ecológicos e socioambientais cabe-lhes referendar a ressignificação das práticas sociais e de trabalho que os povos indígenas ultimamente vivenciam. Portanto, sua funcionalidade deve estender à uma política de contrato que evite a fragmentação do social “isolando os problemas sociais, fazendo competir entre si os atores que precisam de atendimento e ajuda coletiva para debater questões de interesse social, que precisam de uma ação conjunta, ampla, articulada e permanente” (Repetto, 2012, p. 299).

Nesse sentido, urge a ampliação de discussões no âmbito da política indígena sobre as questões historicamente adquiridas como é o caso do êxodo das terras indígenas. No entanto, faltam políticas públicas que garantam aos índios o respeito aos seus direitos, a fim de gozarem suas vidas normalmente como qualquer cidadão brasileiro.

Na cidade de Boa Vista (RR), os trabalhos de indígenas da construção civil se estabelecem pela exploração da mão-de-obra não qualificada com longas jornadas de trabalho. É quando deixam-se desprover dos direitos e de seus costumes tradicionais (Santos, 2014). De modo que, os indígenas na cidade mesmo sem qualificação para o trabalho buscam desenvolver atividades para manter o seu próprio sustento e de familiares, mesmo que isso demande mudanças de paradigmas culturais.

Entender o trabalho indígena requer perceber as idiossincrasias do lugar, preceitos de individuação e ritos sobre os quais são (re)construídos interesses e necessidades em que se estabelecem as relações laborais. Antes de qualquer conhecimento capitalizado, está o sujeito humano que apreende do cotidiano o respeito em lidar com os recursos naturais no favorecimento de sua sustentabilidade econômica, psicológica e étnica.

Assim, o conhecimento do significado do trabalho na vida das pessoas estende-se à uma população com grandes especificidades culturais, na medida em que sua relevância se faz face a carência de estudos efetivos na área do trabalho indígena.

## **PARTE II**

---

## **ESTUDO EMPÍRICO**



# Capítulo 4

## Metodologia

### 4.1. Propósito de estudo

Na pesquisa, propusemos estudar o significado do trabalho e satisfação com a vida dos indígenas de etnia Macuxi.

Este objetivo geral operacionalizou em três objetivos específicos:

- 1) Estudar diferenças de gênero no significado do trabalho e satisfação com a vida;
- 2) Estudar diferenças em função da idade relativamente ao significado do trabalho e satisfação com a vida;
- 3) Estudar diferenças em função da escolaridade no significado do trabalho e satisfação com a vida.

Para concretizar estes objetivos foram elaboradas quatro questões de investigação em torno das quais se estruturou todo o trabalho empírico:

1. *Qual o significado do trabalho para os indígenas de etnia Macuxi?*
2. *Existem diferenças no significado atribuído ao trabalho em função do gênero, da idade e do nível de escolaridade dos participantes?*
3. *Que percepção têm os indígenas Macuxi da sua satisfação com a vida?*
4. *Existem diferenças na percepção que os indígenas Macuxi têm da sua satisfação com a vida em função do gênero, idade e escolaridade?*

Estes questionamentos surgem com a compreensão de que o significado atribuído ao trabalho é um processo subjetivo, onde cada indivíduo traz a marca de sua inserção ao mundo, apresentada com intencionalidade e habilidades cognitivas ricas em sentido individual e social (Blustein, 2006; Richardson, 1993).

Como meio de construção da vida, o trabalho está ligado a todas as dimensões da vida (Savickas, 1995) pelo que é fonte de significações múltiplas que se alteram em função das condições históricas e culturais de cada sociedade. Para os indígenas Macuxi, por mais que tenham introjetado práticas de trabalho por meio do processo de aculturação, o sentido e significado por eles atribuídos ao trabalho também pode estar marcado por um conjunto de crenças, valores e sentimentos construídos ao longo da sua história.

As questões de investigação que acima se colocaram partem desta concepção holística do trabalho e procuram captar o significado do trabalho e a satisfação com a vida nos indígenas Macuxi, considerando o contexto social e cultural dos participantes. A introdução das variáveis gênero, idade e escolaridade visa contribuir para esse objetivo pois, tal como sugerido pela revisão de literatura, podem clarificar dinâmicas subjacentes a tais significações.

Relativamente ao gênero, a revisão de literatura evidenciou que mulheres e homens de cultura ocidental vivem diferente tipo de barreiras da carreira, as quais refletem especificidades de gênero no desenvolvimento da sua carreira (Betz, 1994, 2005; Fassinger, 2005; Forster, 2001; O'Leary, 1974; Phillips & Imhoff, 1997; Russell, 1994; Wiersma, 1990; Young & Friesen, 1992). Também foi possível constatar que entre os Macuxi, o gênero era uma variável diferenciadora de experiências de trabalho.

A revisão de literatura revelou que a divisão no trabalho em função do gênero se construía desde a infância na educação familiar e religiosa através de práticas em que às meninas cabia a aprendizagem dos bons modos, o preparo de comidas e atividades de corte-costura e aos meninos a aprendizagem de um ofício de carpintaria ou de jardinagem (CIDR, 1989). Estas aprendizagens expressavam-se, mais tarde, em práticas onde as mulheres índias se ocupavam da limpeza da casa e trabalhos de cozinha além de cuidar de crianças e aos homens qualquer outro serviço que lhes garantia levar para casa mantimentos para o sustento da família, pois, geralmente era numerosa (Santilli, 1994).

Por sua vez, os estudos sobre a relação do gênero com a satisfação com a vida em culturas ocidentalizadas apresentam resultados mistos (Baltes & Mayer, 1999; Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999) e colocam questões quanto à adoção de conceitos de uma cultura para, a partir dos mesmos, analisarmos outra cultura.

Este conjunto de dados sobre a relação do gênero com o trabalho e a satisfação com a vida justificam considerar esta variável demográfica na pesquisa pois, tal análise, com participantes de uma cultura onde esta abordagem ainda não foi realizada,

acrescenta novos dados aos estudos já efetuados ao mesmo tempo que alarga o entendimento sobre o trabalho e a satisfação com a vida nos Macuxi.

A introdução das variáveis idade e escolaridade também se justifica pelo fato de a literatura evidenciar que a cultura Macuxi tem estado sujeita a pressões de ordem econômica, política e social que tendem a transformar valores, crenças e comportamentos ancestrais. Estas pressões levam que hoje, cada vez mais organizados, os indígenas brasileiros lutam pela garantia de seus direitos. Reúnem-se em busca de alternativas políticas e econômicas frente a situações vivenciadas quotidianamente. Assim, a análise de diferenças no significado do trabalho e na satisfação com a vida em função da idade e da escolaridade contribuirá para entender como tais significações ocorrem em pessoas de diferentes gerações e níveis de escolaridade. Tal entendimento poderá clarificar as transformações ocorridas na cultura Macuxi e, ao mesmo tempo, dar indicadores para iniciativas que a preservem, no geral, e o bem-estar e a satisfação com a vida dos Macuxi, em particular.

Para responder a estas questões, foi usada a metodologia Consensual Qualitative Research (CQR; Hill et al., 1997) para a análise das entrevistas aos participantes. A CQR é uma abordagem construtivista pois parte de uma perspectiva ontológica segundo a qual a realidade é socialmente construída. Assim, a verdade é plural, dependendo da perspectiva em que determinado fenômeno é abordado e do contexto em que se situa. Esta perspectiva ontológica reflete-se numa matriz epistemológica caracterizada pela não separação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Deste modo, entende-se que o papel do cientista é o de buscar comunalidades/regularidades experienciais entre os participantes da investigação (Hill et al., 2005). Finalmente, a marca construtivista também está presente nos métodos de recolha e de análise dos dados. Habitualmente, a recolha dos dados faz-se recorrendo a abordagens naturalistas, isto é, pela utilização de observação ou entrevistas, as quais implicam forte interação com os participantes. Por sua vez, os métodos de análise dos dados assentam na procura de significados subjacentes ao texto construído a partir do guião de entrevista semiestruturada.

Este conjunto de características da abordagem construtivista à investigação tem como consequência um conjunto de procedimentos visando maximizar a credibilidade e validade do conhecimento construído. Na investigação que realizamos, esses procedimentos estiveram presentes. Passam por aceitar a possibilidade de enviesamento no processo investigativo e, por isso, assumir procedimentos que maximizem a

credibilidade dos resultados obtidos. Por exemplo, quando os juizes refletem sobre as suas expectativas ou estão atentos a possíveis enviesamentos dos procedimentos de entrevista e análise da mesma. Também ocorrem quando usamos procedimentos de triangulação como o recurso a diferentes juizes na análise dos dados, comparação dos resultados obtidos com os obtidos em outras investigações. Os cuidados visando maximizar a credibilidade dos resultados está ainda presente na descrição detalhada do contexto de recolha dos dados bem como na discussão das limitações dos estudos realizados.

A CQR também integra componentes das perspetivas fenomenológicas (Giorgi, 1985), da grounded theory (Strauss & Corbin, 1998) e das abordagens exploratórias tais como as metodologias de descoberta orientada (i.e. a ênfase na consistência de recolha dos dados com todos os participantes, a utilização de múltiplos juizes e a procura de consenso entre os mesmos). Esta abordagem ainda considera elementos pós-positivistas pois a análise dos dados usa abordagens quasi-estatísticas (e.g. frequências ou classificações numéricas dos resultados). Uma característica marcante desta abordagem consiste na análise consensual entre vários investigadores e a utilização de um auditor externo para maximizar a objetividade da análise dos resultados.

## **4.2. Método**

### **4.2.1. Participantes**

No universo de 1595 indivíduos, a pesquisa teve como amostra 60 participantes residentes em cinco comunidades indígenas: Darôra, Vista Alegre, Campo Alegre e Ilha (i.e. localizadas em região do baixo São Marcos-município de Boa Vista/RR/Brasil) e a comunidade do Barro (i.e. localizada na região da Raposa Serra do Sol, município de Pacaraima/RR/Brasil). Em cada comunidade foram entrevistados 12 participantes. O total de 60 participantes foi definido tendo em conta a recomendação de Hill e colaboradores (1997) para a utilização da CQR exigir amostras entre 10 a 15 participantes. Deste modo foi possível obter subamostras em função do gênero e idade que consideram o critério de amostragem referido. Estes grupos homogêneos em função do gênero e idade permitiram ainda definir subamostras em função da escolaridade. Assim, as unidades de análise foram o gênero, idade e nível de escolaridade.

Relativamente ao gênero, participaram 30 homens e 30 mulheres. Esta amostra foi conseguida com a participação de seis homens e seis mulheres de cada comunidade. Relativamente à idade dos participantes, organizaram-se duas subamostras, uma dos 18-25 anos ( $M = 20.50$ ;  $SD = 2.47$ ) e a outra de 50-65 anos ( $M = 58.43$ ;  $SD = 4,46$ ). Na organização da amostra ainda se considerou o nível de escolaridade (Tabelas 4.1 e 4.2).

A tabela 4.1 evidencia o nível de escolaridade para homens e mulheres. Especifica-se para o nível fundamental e para o nível médio o grau acadêmico concluído por cada um dos participantes. Assim, no ensino fundamental, os participantes homens do total de quinze, três participantes tem ensino fundamental completo, oito tem o ensino fundamental incompleto e quatro participantes não tem escolaridade. Quanto às mulheres que frequentaram o ensino fundamental, do total de quinze, três participantes tem o ensino fundamental completo, onze tem o ensino fundamental incompleto e apenas uma participante não tem escolaridade. Nesse sentido, entre os trinta participantes homens e mulheres que frequentaram o ensino fundamental seis completaram esse nível de escolaridade, dezenove participantes não o completaram e, cinco participantes não têm escolaridade.

Ainda na tabela 4.1 podemos verificar que no nível de ensino médio, para os quinze participantes homens, cinco completaram este nível de escolaridade e dez não completaram. Relativamente às mulheres, das quinze mulheres, dez completaram o ensino médio e cinco não o completaram. Nesse sentido constata-se que do total de trinta participantes, homens e mulheres, quinze tem o ensino médio completo e quinze participantes não completaram este nível de ensino.

Tabela 4.1  
*Nível de escolaridade de participantes indígenas de etina Macuxi*

Escolaridade	Homens	Mulheres	Total
<b>Ensino fundamental</b>			
Sem escolaridade	4	1	5
1ª Série	1	3	4
2ª Série	1	2	3
3ª Série	1	1	2
4ª Série	3	1	4
5ª Série	2	3	5
6ª Série	0	0	0
7ª Série	0	1	1
8ª Série/Completo	3	3	6
<b>Ensino médio</b>			
Sem escolaridade	0	0	0
1º Ano	1	1	2
2º Ano	4	2	6
3º Ano	5	2	7
Completo	5	10	15

Na tabela 4.2 é possível constatar um padrão evidenciando que todos os participantes de 18-25 anos têm escolaridade no ensino médio e todos os participantes de 50-65 anos têm escolaridade no ensino fundamental ou não tem escolaridade. Nesse sentido, os resultados apresentam a faixa-etária de 18-25 anos, do total de trinta participantes, quinze têm o ensino médio completo, e quinze têm o ensino médio incompleto. Para a faixa-etária de 50-65 anos, do total de trinta participantes, os resultados apresentam seis participantes com o ensino fundamental completo, dezenove participantes com o ensino fundamental incompleto e cinco participantes sem escolaridade.

Tabela 4.2

*Nível etário e escolaridade de participantes indígenas de etnia Macuxi*

Escolaridade	18-25	50-65	Total
<b>Ensino fundamental</b>			
Sem escolaridade	0	5	5
1ª Série	0	4	4
2ª Série	0	3	3
3ª Série	0	2	2
4ª Série	0	4	4
5ª Série	0	5	5
6ª Série	0	0	0
7ª Série	0	1	1
Completo	0	6	6
<b>Ensino médio</b>			
Sem escolaridade	0	0	0
1º Ano	2	0	2
2º Ano	6	0	6
3º Ano	7	0	7
Completo	15	0	15

Em síntese, a amostra demonstra que quase a totalidade dos participantes da pesquisa apresentam nível de escolaridade representados no percentual com mais de 90%, enquanto os não escolarizados são apenas cinco e representam 8,3%.

**4.2.2. Recrutamento de participantes**

O recrutamento de participantes aconteceu no período de espera referente aos trâmites burocráticos para o aval da pesquisa. Momento em que decidimos realizar o curso de confecção de livros infantis dirigido a professores de etnia Macuxi, como curso de extensão da Universidade Federal de Roraima, UFRR/Brasil. Deste modo, a cada ida às cinco comunidades indígenas, solicitava apoio dos professores indígenas para que

relacionassem nomes e fizessem contatos com pessoas, no perfil pretendido, para que me concedessem a entrevista. Ao longo do curso foi possível esclarecer as finalidades e os objetivos da pesquisa. Como consequência do trabalho com coerência aos interesses coletivos da comunidade indígena, conquistamos confiança e respeito profissional. Passo que nos permitiu o estabelecimento de relações de aceite à participação na pesquisa.

Considerou-se o caráter ético-deontológico com o pedido de consentimento informado a cada um dos participantes.

#### **4.2.3. Sobre as comunidades indígenas**

Através de entrevistas com tuxauas e alguns moradores das comunidades, obtivemos uma breve informação sobre algumas variáveis sociais referente as cinco comunidades indígenas, Darôra, Vista Alegre, Campo Alegre, Ilha e Barro (ver Anexo VIII, Mapa das terras indígenas de Roraima). A Região Baixo São Marcos localizada dentro do município de Boa Vista (RR), é composta por 10 comunidades indígenas, dentre elas está a comunidade Darôra, Vista Alegre, Campo Alegre e Ilha, em região do lavrado, enquanto a comunidade do Barro está na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em região de serra.

As regiões apresentam recursos hídricos como, poços artesianos, igarapés, cacimbas e possuem geradores de água e energia. Porém estão desprovidas de saneamento básico (i.e. sem rede de esgotos). As comunidades sempre têm 01 agente de saúde local, porém os exames são periódicos com os serviços da SESAI. Na sua maioria, as comunidades têm uma escola municipal e uma estadual com associação de pais e mestres. Na comunidade de Vista Alegre está implantado o curso de Ciências da Natureza pela Universidade Estadual de Roraima atendendo a demanda no âmbito da formação no ensino superior de toda a região.

A comunicação interna nas comunidades é feita por meio de panfletos e pessoalmente no sistema boca-a-boca. São poucas as comunidades que têm acesso à comunicação por via telefônica, radiofonia, rádio e internet. Na região de São Marcos foi criado o SIAT, o próprio policiamento da região de São Marcos. Quanto a promoção de ação social, as comunidades recebem apoio do Sistema S (i.e. do SENAC, SENAI, SESC e a parceria do Estado). Mensalmente é arrecadado nas comunidades uma quantia da economia dos moradores para cobrir despesas das próprias comunidades. As

atividades culturais da região são marcadas com suas danças tradicionais, comidas típicas, artesanatos, festas comemorativas.

Os benefícios sociais: salário maternidade, bolsa família, aposentadoria, crédito social, transporte escolar terceirizado, funcionários públicos (federal, estadual e municipal) ativos e inativos, representam cerca de 70% da renda da comunidade da região do Baixo São Marcos. Na agricultura existem benefícios na esfera federal, estadual e municipal. A organização política se dá na esfera federal (e.g. FUNAI, EMBRAPA), estadual e municipal (e.g. OPIRR, APIRR, OMIRR, APITSM, Clube de Mães, APM, SESAI, SEI).

A liderança e responsabilidade do tuxaua é compartilhada com o 2º tuxaua e os demais agentes sociais que trabalham em conjunto para o benefício coletivo da comunidade. Processo que acontece a partir de reuniões locais e regionais, no intuito de conseguir soluções coletivas. O acesso às comunidades se dá por via de estradas e balsa.

#### **4.3. Diário de Campo**

Durante o período em que decorreu o curso para professores de etnia Macuxi, elaborei um diário de campo. Deste modo, foi possível fazer anotações que organizavam a população alvo em subagrupamentos de acordo com o gênero, faixa-etária, profissão, domicílio e demais aspetos que poderiam ser relevantes no momento da entrevista. O diário de campo também foi uma importante ferramenta para perceber o contexto em que se iria realizar a investigação: se as entrevistas seriam feitas reservadamente ou em espaços acessíveis a outras pessoas; a disposição com que cada um expressava suas ideias sobre o trabalho e a satisfação com a vida. Este caderno utilizado diariamente no campo possibilitou-me reflexões essenciais para proceder com a recolha e análise de dados, no que diz respeito a verificação sociodemográfica.

#### **4.4. Investigadores e juízes**

Três investigadores formaram a equipa de juízes nesta investigação. Uma mulher caucasiana, a doutoranda neste estudo. Um homem caucasiano, professor auxiliar e orientador da tese. Este é investigador em psicologia vocacional com experiência na utilização da metodologia Consensual Qualitative Research (CQR). A terceira investigadora é mulher caucasiana, professora auxiliar e investigadora em psicologia. É

coorientadora desta investigação e experiente na utilização da CQR. O primeiro investigador foi o entrevistador e juiz na análise dos dados. O segundo investigador assumiu o papel de juiz. O terceiro investigador agiu como auditor externo da equipa principal de juízes.

A utilização de vários investigadores na realização da análise das entrevistas é uma forma de triangulação que visa reduzir os enviesamentos nessa análise (Patton, 2002). Outro procedimento usado para reduzir enviesamentos na análise das entrevistas, refere-se ao diálogo que os investigadores mantêm sobre as suas expectativas relativamente aos resultados esperados. A primeira investigadora esperava que os participantes na idade de 18-25 anos percebessem o trabalho como profissionalizante; que vissem a importância do trabalho vinculado a crenças da cultura Macuxi; que entendessem o trabalho como gerador de recursos (e.g. pessoal, financeiro, status), de consciência e de dignidade humana; que descrevessem fatos que representassem o estado de satisfação com a vida a partir do empenho com o trabalho coletivo; que demonstrassem insatisfação por seus objetivos não corresponderem à procura de trabalho na comunidade e que apresentassem variações de satisfação e insatisfação devido ao trabalho sazonal ali desenvolvido.

Quanto aos participantes na idade de 50-65 anos, a mesma investigadora esperava que apresentassem sentimentos de nostalgia no que diz respeito a atividades que aprenderam com seus pais e antepassados; que comparassem do trabalho nas demais fases de suas vidas com tempos atuais; que demonstrassem insatisfação com as mudanças com que as atividades de trabalho sofreram no período de quatro gerações; que manifestassem satisfação com a rotina das atividades, bem como conformismo por compreenderem que estão com idade avançada para seguir trabalhando e mesmo assim, perceberem-se como exemplo às gerações mais novas.

O segundo investigador esperava que o significado do trabalho, na subamostra dos mais idosos, estivesse muito relacionado como a importância do trabalho comunitário pois as dificuldades do contexto iriam exigir a valorização do esforço coletivo. Neste subgrupo também esperava grande satisfação com a vida, resultante de uma vida menos stressada e em contato com a natureza. Por sua vez, entre os mais jovens esperava uma recusa da cultura Macuxi, resultante do “fascínio” provocado pelo contato, através da educação e dos media com o mundo ocidentalizado. Daqui também emergiriam experiências ambivalentes de satisfação e insatisfação com a vida.

A terceira investigadora, auditora no processo de análise dos dados, esperava que relativamente ao significado do trabalho, a subamostra do gênero feminino referisse aspetos relacionados com a atividade doméstica e o cuidar dos filhos. Nesta subamostra, também esperava que a satisfação com a vida se relacionasse, principalmente nas pessoas mais idosas, com dimensões de saúde e de contacto com a família. Por seu turno, esperava que relativamente ao contributo do trabalho para a satisfação com a vida fossem referidos na subamostra dos mais novos aspetos relativos à realização no trabalho e desenvolvimento pessoal.

#### **4.5. Protocolo de entrevista**

A entrevista semiestruturada foi construída a partir da revisão de literatura (Blustein, 2006; Morin, 1996, 2001; MOW, 1987; Ruiz-Quintanilla & Claes, 2000) com o cuidado na elaboração das questões para que fossem concisas e que atendessem à compreensão conceitual dos participantes. Neste sentido, procurou-se que as questões fossem neutras, abertas, singulares e claras. Com a neutralidade das questões procuramos que não induzissem determinadas respostas valores. Neste caso, estando a entrevistar pessoas de uma cultura muito diferente da nossa, seria importante evitar que os nossos valores sobre o trabalho e a satisfação com a vida fossem transmitidos ou impostos ao longo da entrevista de forma implícita ou explícita. Por sua vez, com questões abertas procuramos que as questões abrissem múltiplas possibilidades de resposta e assim, maior riqueza de informação. A singularidade das questões implicou que não se fizesse mais do que uma questão de cada vez, a fim de garantir a sua clareza. A clareza da resposta também se procurou através da adequação do vocabulário à linguagem dos participantes.

Outro dos cuidados na elaboração das questões foi o de evitar perguntar “porquê?”. Deste modo, procuramos minimizar o risco de o entrevistado interpretar o porquê como crítica à resposta que havia dado. Patton (2002) também alerta para a possibilidade de, com participantes de outra cultura, o porquê ser entendido como incompreensão do entrevistador sobre uma resposta que, para o entrevistado, era mais do que evidente.

A fim de averiguar se as questões avaliavam aquilo que de fato se pretendia que avaliassem (i. e. validade facial), foram realizadas entrevistas piloto em dois momentos. Primeiro, a oito indígenas de etnia Macuxi e posteriormente a oito pessoas não-

indígenas. A escolha dos dois grupos possibilitou verificar se as perguntas estavam elaboradas de forma clara e concisa e, por isso, suscetíveis de compreensão por indivíduos de diferentes culturas. Foram retiradas algumas perguntas por se considerarem redundantes com outras que estavam no guião (e.g. O que você aprendeu com sua família acerca do trabalho? Foram traçados planos para a sua vida? Suas experiências de trabalho são discutidas com outras pessoas?) e por não permitirem informação relevante (e.g. Conte três histórias que marcaram sua vida).

O protocolo de entrevista semiestruturada iniciou com perguntas de caráter demográfico referente a idade, gênero, etnia e comunidade de residência. Posteriormente, foram feitas perguntas em dois domínios temáticos: significado do trabalho e satisfação com a vida. No domínio relativo ao significado do trabalho as seguintes questões guiaram a entrevista:

- 1) O que é o trabalho para si?
- 2) O que não é trabalhar?
- 3) É importante trabalhar? O que o leva a considerar que o trabalho é (ou não é) importante?
- 4) O seu trabalho recebe alguma influência da cultura Macuxi?

Para o domínio satisfação com a vida e com o trabalho elaboraram-se as seguintes questões:

- 5) Você se sente satisfeito com sua vida ou não? Em que aspectos?
- 6) O trabalho contribui para a sua satisfação ou insatisfação com a vida?

As questões funcionavam como tópicos a explorar no decorrer da entrevista. No entanto, estas questões foram colocadas de forma flexível de modo a garantir a fluência do diálogo e a fidelidade da informação recolhida. Neste sentido, nem sempre a sequência das questões foi a mesma, tendo sido introduzidas à medida que a conversa ia decorrendo.

As vantagens do guia de entrevista semiestruturada são as de estabelecer uma estrutura de informação a recolher, passível de usar com flexibilidade e num reduzido espaço de tempo mas, ao mesmo tempo, permitindo a comparabilidade de resultados entre os participantes (Patton, 2002).

#### 4.6. Procedimentos

A pesquisa, realizada em terras indígenas do Estado de Roraima/Brasil, em sua primeira etapa atendeu aos Termos da Resolução brasileira CNS/MS nº 196/96, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma, que trata a pesquisa que envolve seres humanos, sob a ótica do indivíduo e das coletividades e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

Nesse sentido, foi encaminhado aos órgãos fiscalizadores: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS), Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Roraima (CEP/UFRR), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPQ) e Fundação nacional do Índio- Distrito Federal (FUNAI/DF) via Plataforma Brasil, os seguintes documentos: currículo Lattes do pesquisador e do Orientador, projeto de pesquisa, modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), termo de Anuência dos Tuxauas; Declaração ou Carta de Apresentação do Orientador, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRR, do Coordenador do Curso, do Instituto de Investigação e Formação Avançada/Universidade de Évora (IIFA/UÉvora/Portugal); ofícios à FUNAI, ao Coordenador geral da região indígena. Ainda como exigência: a apresentação da Carteira de Saúde com as vacinas em dia para o acesso às regiões indígenas, atestado médico de não portador de moléstia infecto-contágio. Finalizando o protocolo; folha de rosto da Plataforma Brasil, documentos de identidade pessoal (RG, CPF) e demais documentos comprobatórios de vínculo institucional. Recebemos por parte destas Entidades, o consentimento para a realização da pesquisa in loco, o que aconteceu via correio eletrônico.

A próxima etapa foi estabelecer contato com os tuxauas, representantes das cinco comunidades indígenas localizadas no Estado de Roraima/Brasil, a fim de apresentar os objetivos e finalidade da pesquisa e receber autorização daqueles, para o desenvolvimento da mesma. Elencamos as etapas de contato referente a idas às comunidades indígenas. A primeira etapa foi com tuxauas e comunidades indígenas na apresentação de objetivos e importância da pesquisa científica. Na segunda etapa efetivou-se a coleta de assinaturas das lideranças indígenas ao Termo de Anuência para a realização da pesquisa e apresentação da proposta do curso-oficina “ Confeção do livro infantil” via Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Roraima/Brasil,

a professores indígenas Macuxi. A terceira etapa foi para explicar a proposta do curso de Confeção do Livro Infantil. Na quarta e quinta etapa ocorreu o desenvolvimento do referido curso e sua finalização. A partir dessas etapas ocorreu a realização da pesquisa com as entrevistas.

Entendendo que no primeiro contato com as comunidades, os indígenas solicitaram cursos voltados para a formação de professores (dentre outros temas), sugerimos a proposta de oficina a professores indígenas. Assim, evitou-se o espaçamento de tempo entre a anuência dos tuxauas à pesquisa e a conclusão do processo ao acesso às comunidades. De outra forma, sem essa aproximação no período de espera, a execução da pesquisa poderia ser prejudicada. Essa intervenção nos deu maior credibilidade junto aos indígenas.

As entrevistas realizaram-se nos meses de setembro e outubro de 2013. Foram necessários três dias de permanência em cada comunidade para a realização das entrevistas que foram concedidas de forma individual. Antes do início de cada entrevista foi entregue uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I), explicando a importância da pesquisa. Aos participantes foi ainda solicitada autorização para poder registrar a entrevista via gravação áudio, para posterior transcrição, sob garantia de manutenção do anonimato e da confidencialidade. Depois, as entrevistas iniciaram-se com a recolha de dados sociodemográficos referentes à etnia, idade, escolaridade, sexo e profissão dos participantes da pesquisa. As perguntas foram lidas a fim de esclarecimento e elucidação de dúvidas. Quase todas as entrevistas decorreram sequencialmente.

A pesquisadora dirigiu-se à residência de cada participante, primeiramente situando-os quanto ao trabalho que anteriormente fizera com os professores na comunidade e, posteriormente apresentou a pesquisa e solicitou consentimento para entrevistá-los. Imediatamente ao consentimento, as entrevistas foram realizadas e, geralmente, nos mesmos locais em que foram abordados (i.e. lugares abertos, fora do espaço interno da casa). No momento das entrevistas, além dos entrevistados sempre havia a presença de outras pessoas, o que não provocou nenhuma intimidação ou limitação dos entrevistados em responderem à entrevista. Em dois casos houve interferência de familiares no sentido de lembrar o participante de que havia algum aspecto que seria importante falar. Em outros dois casos houve ligeira interrupção devido as entrevistas terem sido realizadas em espaço público (e.g. escola, local de trabalho).

Quanto a compreensão das perguntas, alguns participantes com idade de 50 a 65 anos apresentaram dificuldades em entender a palavra “satisfação”, essencialmente expressa na pergunta “Você se sente satisfeito com a sua vida ou não?”, e nesse sentido foi-lhes esclarecido que a satisfação seria “sentir-se bem”. Logo em seguida a entrevista fluía sem objeções. Cada entrevista decorreu em média no tempo de 15 a 20 minutos. As mulheres com idade de 50 a 65 anos em média foram mais falantes durante a entrevista, e os jovens foram mais sucintos em suas falas.

Houve a preocupação da pesquisadora em respeitar tanto o depoimento oral de cada entrevistado sem fazer interrupções, bem como o silêncio, considerado também como fonte de informações. As entrevistas foram transcritas na íntegra. Posteriormente foram excluídos vícios de linguagem, redundâncias, expressões confirmativas (e.g. “né?”) e gagueira. Cada entrevista foi nomeada com um código para manter confidência e para organizar o procedimento de análise.

#### **4.7. Análise de dados**

A análise de dados fez-se usando o CQR (Hill et al., 1997) por se considerar uma metodologia qualitativa adequada para explorar em profundidade as experiências dos participantes relativas ao trabalho e satisfação com a vida. Os dados foram analisados pelos três investigadores, primeiro individualmente e depois procurando consensos relativamente às análises realizadas.

O processo de análise envolveu três momentos. No primeiro, os juízes, individualmente, desenvolveram os domínios tendo como referência as questões da entrevista, a revisão de literatura e a análise independente das respostas a 50 casos. Depois, por análise consensual, chegaram em acordo sobre o conjunto de domínios a considerar. Posteriormente, o auditor fez a revisão dos domínios e deu o seu feedback. Este procedimento permitiu definir doze domínios que foram alvo de refinamentos ao longo de todo o processo de codificação.

No segundo momento definiram-se as ideias principais contidas nas respostas dos participantes. Nesse sentido, cada juiz identificou as ideias principais nas respostas dos participantes (i.e. unidades de análise). De modo a evitar interpretações das respostas e, conseqüentemente, enviesamentos nas definições das ideias principais, procurou-se que estas fossem elaborações próximas da linguagem usada pelos

participantes. Por exemplo, a partir da verbalização “Cuidar de criança eu acho que não é trabalho não, ele é muito leve demais” elaborou-se a definição a ser “Cuidar de criança é leve não é trabalho”. Depois as ideias principais foram associadas aos domínios que lhes correspondiam. Posteriormente os juízes da equipa reuniram para chegar a consenso quanto à definição das ideias principais e seu lugar nos domínios. A formulação a que chegaram foi enviada ao editor que fez sugestões de reformulação as quais, depois de elaboradas, foram reenviadas. Este processo interativo aconteceu para um grupo inicial de 15 casos analisados. A partir daqui a repetição de ideias principais levou a uma ligeira alteração no processo de análise com a doutoranda a elaborar ideias principais que eram revistas pelo segundo juiz. Sempre que havia desacordo reuniam a fim de estabelecer um consenso.

Por vezes, respostas a questões relativas a certo domínio foram integradas em outros domínios que não esse. Por exemplo: “tomada de consciência pelo trabalho coletivo” é uma *ideia principal* que faz parte do *domínio* “importância do trabalho”, porém, resultou da questão “O que é o trabalho”. Depois de definidas, as ideias principais e sua colocação em domínios foi sucessivamente revista pelo auditor até se chegar à formulação final. Neste processo de revisão as sugestões do auditor tiveram a ver com reagrupamentos de domínios e ideias principais a fim de evitar a sobreposição de domínios. A análise das expectativas do investigador permitiu a consciência do seu posicionamento, das suas crenças face à investigação, (e.g. tendência em perceber o trabalho indígena vinculado sempre a uma atitude comunitária; considerar que trançar palha e fibra não era atividade profissional).

Num terceiro momento fez-se a análise cruzada que consiste em elaborar as categorias a partir das ideias principais definidas. Nesta fase, as categorias foram estabelecidas pela primeira juíza da equipa de investigadores. Estas categorias eram internamente auditadas pelo segundo juiz da equipa. Depois de ambos chegarem a um consenso sobre as categorias houve a revisão pelo auditor. Após a formulação final destes 50 participantes fez-se a análise dos restantes 10 participantes a fim de avaliar a saturação de domínios, categorias e ideias principais.

Finalmente, o último momento da análise de dados envolveu a definição das frequências de resposta em cada categoria. Nesse sentido, seguimos as recomendações de Hill e colaboradores (1997). Assim, considerou-se que determinada categoria era geral se referida por todos os participantes; típica, se a frequência se aplicasse a metade dos casos mais um; variante se a frequência se aplicasse a menos que um da metade e

em até três dos casos; e rara, a um ou dois casos.

## Capítulo 5

### O significado do trabalho na vida dos Macuxi

#### 5.1. O significado do trabalho na vida dos Macuxi

Neste capítulo serão apresentados resultados que descrevem os dados obtidos a partir da análise de categorias (Hill et al., 1997) e que evidenciam o entendimento que o indígena Macuxi tem sobre o significado do trabalho na sua vida, sua importância, a influência da cultura e fontes de apoio ao trabalho, assim como a perda da cultura no trabalho, a falta de apoio e a concepção sobre o que não é trabalho.

A análise de dados conduziu à definição de sete domínios referentes ao significado do trabalho na vida dos Macuxi (Tabela 5.1): (1) o que é o trabalho, (2) o que não é trabalho, (3) importância do trabalho, (4) influência da cultura Macuxi no trabalho, (5) perda da cultura, (6) fontes de apoio o trabalho e, (7) falta de apoio do Estado.

Tabela 5.1

*Domínios, categorias, frequências e ideias principais sobre o trabalho de indígenas de etnia Macuxi (N=60)*

Domínio/ Categoria	Frequência	Exemplos de ideias principais
O que é o trabalho		
Atividade rural	Típico	“Trabalho pra mim é trabalhar na agricultura”
Atividade comunitária	Variante	“Trabalho pra mim é trabalhar em união”
Atividade profissional	Típico	“Já trabalhei de jardineiro, de lavoureiro, de pedreiro”
Atividade no espaço privado	Variante	“Lavar roupa, cuidar, limpar casa, passar, cozinhar”
O que não é trabalho		
Ócio	Típico	“São aquelas pessoas que ficam ai sem fazer nada”
Depender dos outros	Variante	“Viver na custa dos outros”
Atividade no espaço privado	Variante	“Eu não me sinto trabalhando como: lavra louça e varrer casa”
Atividade de tempos livres	Típico	“Quando eu tenho hora vaga, só ouvindo música, lendo bíblia”
Não exercer profissão	Raro	“Quando ele é um profissional e não exerce aquela profissão, ele não trabalha”
Estudar	Raro	“Estudar pra mim não é um trabalho”
Atividade de cidadania	Raro	“Eu estou celebrando o culto e preparando as crianças”
Importância do trabalho		
Autonomia		
Permite sustento	Típico	“É uma atividade que a gente pratica pra ganhar o sustento”
Ganhar dinheiro	Variante	“Uma renda familiar que eu contribuo pra minha família”
Vida pessoal		
Ter sentido de vida	Variante	“O trabalho faz com que a gente, muitas vezes, até se renova”
Desenvolvimento pessoal	Variante	“Agente pode adquirir mais conhecimento dentro do trabalho que a gente tá exercendo”

Tabela 5.1 (continuação)

*Domínios, categorias, frequências e ideias principais sobre o trabalho de indígenas de etnia Macuxi (N=60)*

Domínio/ Categoria	Frequência	Exemplos de ideias principais
É saudável	Variante	“É difícil a gente adoecer quando tá trabalhando”
Vida comunitária		
Ajudar a comunidade	Variante	“Trabalhar junto com as pessoas pra ajudar as pessoas a trabalhar”
Preservar costumes	Raro	“É isso que me ensinaram a fazer, eu nunca deixei”
Produção agrícola	Variante	“Plantava bastante milho pra poder ter o caxiri da manhã, o caxiri do meio dia, o caxiri da tarde”
Influência da cultura Macuxi no trabalho		
Produção		
Utensílios	Variante	“Na caça eu uso muito a flexa; quando eu vou pescar é o arpão”
Alimento	Variante	“Nós temos a nossa tradição: nosso caxiri, nossa damorida”
Remédios	Raro	“Medicação caseira que a gente aprendeu muito com as nossas mães”
Ensino	Raro	“Trabalhos do caderno para fazer sobre um pouco a cultura, as danças, as comidas típicas”
Arte	Variante	“Tem dança, tem a cultura de dança”
Desporto	Raro	“Íssso era tipo uma olimpíada, o pessoal corria, corrida de tora”
Processo de produção	Variante	“Eu vou plantar uma abóbora, um jerimum, então, nós temos que esperar o tempo da lua”
Trabalho cooperativo	Variante	“Eu acho que é o nosso costume daqui, assim de ajudar o próximo”
Estilo de vida	Variante	“A gente sendo macuxi, de preferência ele vive mais no mato, da pesca, da trança, da capoeira”
Perda da cultura		
Na alimentação tradicional	Variante	“Ninguém quer fazer damorida, ninguém faz mais damorida, ninguém planta”
Na produção de utensílios	Raro	“Deixamos do lado a nossa cultura de fazer a damorida o panacu”
Na língua materna	Variante	“Nem mesmo a nossa língua a gente tá valorizando”
Nos processos de produção	Variante	“Antigamente a gente plantava mas não era com química, hoje nós tamo já trabalhando com química”
Na valorização do trabalho rural	Raro	“Nós temos terra, mas ninguém quer mais trabalhar”
Nos hábitos comportamentais	Variante	“Tinha que ir ter na lua escura ir pra tirar madeira, eu sei que cada coisa tinha o seu ritual”
Na identidade	Raro	“Eu não quero mais tirar a minha calça, eu não quero mais porque eu não sou mais índio”
Na solidariedade no trabalho	Variante	“Hoje já só querem saber do dinheiro, não trabalham mais de graça”
Fontes de apoio ao trabalho		
Apoio ao trabalho	Variante	“Agora nós tamo é com ajuda agora do técnico e agora nós tamo produzindo”
Falta de apoio do Estado		
Apoio não sistemático do governo	Variante	“Hoje quando chega a semente, ela chega fora da época do plantio”

No domínio *O que é o trabalho*, as categorias “atividade rural” e “atividade profissional” evidenciam frequência típica. Para os indígenas, a saliência da atividade rural aponta para o valor dado ao cultivo da terra, na roça e na lavoura com o plantio de grãos, raízes e hortaliças. Relativo a este caso, uma participante mencionou:

*O trabalho é as coisas que a gente faz, o movimento que a gente faz. É agricultura na roça. Plantar maniva, essas coisas é um trabalho que a gente faz e principalmente assim, quem mora nos interiores tem a terra pra trabalhar, tendo lavoura, plantar melancia, e tudo mais”. (participante #2m, D)*

O relato seguinte evidencia a atividade agrícola enquanto trabalho rotineiro no dia-a-dia do Macuxi:

*Pra mim é muito bom. Pra mim é plantar macaxeira, é a mandioca braba que chamam. Pra mim é muito bom viu? É muito mesmo. Pra mim eu perdi, mas isso num para, meu serviço continua na roça, capinar e roçar. Esse é o meu serviço. Eu trabalho todo santo dia aqui em casa.* (participante #3H, I)

O trabalho também surge relacionado com as funções de agricultor, jardineiro, pedreiro. Nesse sentido, os indígenas Macuxi referem-se de forma típica ao exercício de atividade profissional remunerada (e.g. ser funcionário público, pecuarista, pescador), que os faz serem trabalhadores. Portanto, consideram a “atividade profissional” como atividade de trabalho. É ilustrativo neste segundo caso, o comentário de um participante:

*O trabalho pra mim é muito importante, é uma atividade que se a pessoa não tiver esse trabalho, não vive. Na nossa região, na nossa atividade indígena, aqui ele não vive sem o trabalho, qual seja o trabalho, ele não vive. Porque se ele é um funcionário público ele é um trabalhador, se ele é um agricultor ele é um trabalhador; se ele é um pecuarista é trabalhador e se ele for um pescador é um trabalhador também.* (participante #1H, CA)

Nesse sentido, é expressivo o seguinte relato ao confirmar o trabalho agrícola enquanto carreira profissional:

*O significado do trabalho pra mim é que a gente, hoje eu sinto que o trabalho, que ele foi, me levou durante essa vida minha, apesar de eu não ter um estudo melhor, eu nunca, eu não teve. O meu pai, minha mãe nunca teve a condição de hoje chegar a fazer uma faculdade, esse nível superior ela nunca teve; e hoje eu tô na carreira de trabalho, de trabalho de agricultor e que eu me sinto bem com esse trabalho porque é que a gente percutiu durante essa vida.* (participante #3H, D)

No domínio *O que não é trabalho*, as categorias “ócio” e “atividades de tempos livres” obtiveram frequência típica. Relativamente ao ócio, sua representação corresponde a ficar sedentário, sem trabalhar, não ter nada para fazer, não procurar o que fazer, como ilustra a fala de uma das participantes, “*Quando eu não estou*

*trabalhando eu tô sentada, pensando, imaginando o que eu vou fazer. Eu vou deitar um pouquinho, o que é. Eu deito ali mas não acho sono*". (participante #1M, I)

O "ócio" também está associado à ausência de uma ocupação não produtiva, como evidencia o discurso que se segue, "*O que não é trabalhar é aquela pessoa que fica sem procurar uma atividade pra realizar durante o dia ou durante o ano. A pessoa que não corre atrás das coisas pra se conseguir durante o ano*". (participante #2h, B)

As "atividades de tempos livres" são concebidas quando há a entrega voluntária ao desenvolvimento de uma atividade mas sem exigência de produtividade. Correspondem às atividades desenvolvidas de forma livre, com prazer e sem compromisso de trabalho como ir à igreja, ir a festas, conversar com amigos, jogar bola, caçar, pescar ou não sair para trabalhar e ficar em casa tecendo malhador de pesca. É como declara um participante:

*É, é o que eu tô dizendo: quando eu não tô trabalhando no serviço que, como eu trabalho em motosserra e roça, eu tô trançando malhador, é um trabalho que eu acho que eu não tô. Eu tô parado em casa eu tô trançando malhador.* (participante #2H, VA)

No domínio relativo à *importância do trabalho*, a subcategoria "permite sustento" ocorre com frequência típica. O trabalho é configurado enquanto necessidade básica na garantia de sobrevivência, do autossustento e sustento familiar no dia-a-dia. É ilustrativa a seguinte declaração, "*É importante, é importante a gente trabalhar pra gente ter o nosso alimento, ajudar nossos pais. Assim, pra ver como a gente tá usando a nossa terra, se trabalhando*". (participante #2m, D)

Nesse sentido, os resultados demonstram a autonomia com que os indígenas administram suas vidas efetuando suas próprias escolhas na forma de trabalhar.

## **5.2. Diferenças de gênero no significado atribuído ao trabalho**

O estudo das diferenças de gênero sobre o significado do trabalho na população Macuxi evidencia um padrão que se caracteriza por as mulheres considerarem como atividades de trabalho as que se realizam nos papéis de trabalho e familiar. Por sua vez, os homens tendem a não considerar como de trabalho as atividades realizadas no papel

familiar. Uma análise domínio a domínio permite clarificar as especificidades deste padrão.

Tabela 5.2  
*Domínios, categorias, frequências sobre o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo o gênero*

Domínio/ Categoria	Participantes	
	Homens N=30	Mulheres N =30
	Frequência	Frequência
O que é o trabalho		
Atividade rural	Típico	Típico
Atividade comunitária	Variante	Variante
Atividade profissional	Típico	Raro
Atividade no espaço privado	Variante	Típico
O que não é trabalho		
Ócio	Típico	Típico
Depender dos outros	Variante	Variante
Atividade no espaço privado	Variante	Raro
Atividade de tempos livres	Típico	Variante
Não exercer profissão	Raro	-
Estudar	-	Raro
Atividade de cidadania	-	Raro
Importância do trabalho		
Autonomia		
Permite sustento	Típico	Típico
Ganhar dinheiro	Variante	Variante
Vida pessoal		
Ter sentido de vida	Variante	Variante
Desenvolvimento pessoal	Variante	Variante
É saudável	Variante	Variante
Vida comunitária		
Ajudar a comunidade	Típico	Variante
Preservar costumes	-	Raro
Produção agrícola	Raro	Variante
Influência da cultura Macuxi no trabalho		
Produção		
Utensílios	Variante	Raro
Alimento	Variante	Variante
Remédios	-	Raro
Ensino	-	Raro
Arte	Variante	Variante
Desporto	Raro	-
Processo de produção	Variante	Variante
Trabalho cooperativo	Variante	Variante
Estilo de vida	Raro	Raro
Perda da cultura		
Na alimentação tradicional	Raro	Raro
Na produção de utensílios	Raro	-
Na língua materna	Raro	Variante
Nos processos de produção	Raro	Variante
Na valorização do trabalho rural	-	Raro
Nos hábitos comportamentais	Raro	Variante
Na identidade	Raro	Raro
Na solidariedade no trabalho	Raro	Raro
Fontes de apoio ao trabalho		
Apoio ao trabalho	Variante	Variante
Falta de apoio do Estado		
Apoio não sistemático do governo	Raro	Raro

Como se pode verificar na tabela 5.2, no domínio *o que é o trabalho*, para os homens o trabalho surge tipicamente associado à “atividade profissional”. Tal fato evidencia uma diferença face às mulheres que consideram a atividade profissional como

de trabalho com frequência variante. As mulheres entendem que as atividades desenvolvidas no “espaço privado” são tipicamente consideradas como atividades de trabalho e estão associadas ao papel familiar. Esta afirmativa é evidente nas palavras de uma das participantes: *“O trabalho pra mim, significa o que eu faço em casa, é cuidar dos meu filho, dois. É, lavar louça, fazer almoço, cuidar da casa”*. (participante #3m, D)

Já os homens consideram as atividades desenvolvidas no espaço privado como sendo atividades de trabalho porém respondem com frequência variante.

No domínio *o que não é o trabalho* este padrão também se evidencia quando raramente as mulheres consideram que as atividades desenvolvidas no “espaço privado” não são de trabalho. Já os homens referem com frequência variante a atividade doméstica como não sendo de trabalho e, por isso, demonstram ambivalência quanto as atividades desenvolvidas no âmbito privado serem consideradas como trabalho e ora como não sendo trabalho. Ainda, para o que não é trabalho, as mulheres respondem com frequência variante para as “atividades de tempos livres”, o que as diferencia dos homens que respondem com frequência típica para as atividades que não lhes exigem obrigatoriedade produtiva. Observa-se que para os homens o espaço privado está associado a atividades de tempos livres. É o que expressa um participante: *“Quando eu tô assim parado sem nenhuma atividade eu fico só ali em casa, sentado, procurando fazer alguma coisa só que sem ter o que fazer, aí fico lá cantando”*. (participante #2h, B)

Nesse sentido, a fala de outro participante é explicativa:

*O que não é trabalhar pra mim por exemplo aqui: eu tô em casa, se eu estiver ou assistindo, conversando assim com alguém, assim na minha casa, eu acho que se eu tiver fazendo alguma coisa, eu acho que eu não tô trabalhando, entendeu? É desse jeito. Eu acho que também não trabalhar é a pessoa, porque existe vários serviços lá em casa pra mim. E eu faço muitas coisas e eu não me sinto trabalhando como: lavar louça, varrer casa. Isso eu faço dentro da minha casa e eu acho que eu não tô trabalhando.* (participante # 1h, VA)

Se os resultados anteriores evidenciam claramente diferenças entre os participantes relativamente ao significado do trabalho nos papéis de trabalhador e familiar, a partir do domínio *importância do trabalho* os resultados apontam para especificidades relativas ao gênero, no entendimento da relação entre o trabalho e a herança cultural.

No domínio *importância do trabalho*, homens e mulheres também evidenciam diferenças nas referências que fazem à importância do trabalho na vida comunitária. As mulheres respondem com frequência variante à importância do trabalho para apoiar a comunidade enquanto que os homens respondem com frequência típica que o trabalho é importante para ajudar a comunidade. Trabalhar em união, é como ilustra a fala de um participante, “*Aqui é o trabalho da comunidade, vamo abater uma rês aqui pra comunidade fazer um trabalho de rodízio dentro dessa comunidade, ela vai nos atender*”. (participante #3H, D)

E é com luta e arregaçando as mangas que uma participante explica o envolvimento com o trabalho coletivo:

*É, meu trabalho é assim: quando eu vou ajudar a comunidade, às vezes o tuxaua precisa de nós. Nós tamo lá. Levo farinha, levo peixe, levo damorida feito. Eu vou ajudar quando eles chamam. Nós tamo lá pra ajudar. Quando eu era tuxaua, nós trazemos muito projeto. Ela melhorou muito, a comunidade. No caso a água, eu lutei. Fui atrás, não tinha água encanada, encanemo tudo. Não tinha motor; fui atrás do motor. Ai foi bom pra comunidade. Trabalhei na casa da UERR, foi eu que levantei, arregacei a manga. Tô lá. Chamei os homem: bora fazer porque eu não quero perder essa faculdade, eu não quero perder porque é muito importante pra mim (. . . ) Eu trabalhei, passei duas semana lá. Levando tudo que eu tinha daqui: feijão, arroz, tudo. Fazia comida pros homem. Buscava galinha, coisa lá no meu sítio, porco. Então: foi importante.*  
(participante #3M, VA)

Na categoria “produção agrícola”, as mulheres respondem com frequência variante para a atividade que gera produção, isto é, o trabalho enquanto fonte de bens e serviços e, os homens raramente se referem a esta categoria.

Quanto à relação da cultura macuxi com o trabalho verificam-se diferenças de gênero que passamos a assinalar. No domínio *influência da cultura macuxi no trabalho*, a única diferença de gênero é que os homens respondem com frequência variante que a influência cultural está presente na produção de utensílios enquanto que as mulheres raramente referem esta categoria. Isso pode dever-se ao fato de que os homens trançam palha, fazem davana, jamanxi e panacu (i.e. cestos de palha) com maior frequência que as mulheres. Um participante fala dos cestos de palha que aprendeu a fazer com seu pai:

*Eu trabalhava, carregava mandioca no jamaxin, eu tenho ele, nós temos dois nomes aqui: jamanxi e panacu. Eu tenho panacu também. Panacu ele é de palha. Foi o que eu trabalhava com o meu pai. Meu pai nunca foi estudado também. Criou nós assim.* (participante #2H, CA)

Relativamente ao domínio *perda cultural*, surge um novo padrão em que as mulheres, mais do que os homens, evidenciam as perdas sofridas na cultura indígena nomeadamente na “língua materna”, nos “processos de produção” e nos “hábitos comportamentais”. Assim, as mulheres respondem com frequência variante a perda e desvalorização do idioma nativo do grupo étnico Macuxi. Essa perda evidencia-se por não falarem mais a língua materna, por não aprenderem ou mesmo saberem muito pouco. É como relata uma participante:

*A cultura pelo menos é muito valiosa, mas assim eu quase não sei bem como esses primeiro, eu ainda tô, sou Macuxi mas eu ainda não sei muito ainda, nem falar, nem dizer como meus tios. Como hoje em dia, não tá mais existindo essa cultura aqui na nossa comunidade, nem mesmo a nossa língua a gente tá valorizando.* (participante #2m, VA)

Outra participante fala dos motivos de não ter aprendido a língua Macuxi:

*A minha língua mesmo de Macuxi, que a minha mãe era Macuxi verdadeira, mas eu não consegui falar Macuxi assim como minha mãe, que também ela escondeu essa língua pra mim. Eu falo algumas coisas assim que eu aprendi, eu falo assim, mas muito pouco. Hoje eu tô perdido com essa língua porque ela não me ensinou a falar essa língua Macuxi. Mas eu sou Macuxi, sou filha de Macuxi, meu pai, minha mãe, tudo era Macuxi. Só que eu não aprendi. Ai eu fico muito*

*triste por causa disso. Eu me sinto assim muito triste porque eu não aprendi a falar essa língua Macuxi. Ai perdi essa língua de Macuxi.* (participante #1M, VA)

Raramente os homens referiram a perda da língua-mãe como perda cultural.

Por sua vez, as mulheres referem com frequência variante e os homens raramente referem a perda cultural “nos processos de produção”. As mulheres referem essa perda ao nível dos processos de produção agrícola, “*Antigamente a gente plantava mas não era com química. Hoje nós tamo já trabalhando com química*”. (participante #3M, VA)

A fala de uma das participantes evidencia uma explicação para as razões desta perda cultural: “*Hoje, a gente não tem mais nada porque os que trabalhavam já foram, já morreram e tá ficando outras gerações já nova e já acompanhando a tecnologia do branco*”. (participante #1m, D)

Quanto à “perda de hábitos comportamentais”, são raras as referências dos homens, enquanto as mulheres respondem com frequência variante. Elas expressam que as perdas têm a ver com o deixar de aprender e de integrar comportamentos tradicionais em suas ações diárias, tais como carregar nas costas o jamanxi. É como uma participante relata, “*Ninguém carrega mais na costa; esse aqui cansou de carregar jamanxi na cabeça, na costa e, hoje não. Hoje não! Ai eu fico assim, eu fico muito sentida porque deixaram, tão deixando essa nossa cultura*” (participante #3M, VA). Ou mesmo cortar o cabelo quando a lua está cheia, refere outra participante:

*Tinha que ir ter na lua escura ir pra tirar madeira. Eu sei que cada coisa tinha o seu ritual, antigamente, pra plantar; até cortar o cabelo, antigamente, os pais, ninguém podia cortar nada, tinha que ser na lua cheia; então é assim, mas hoje em dia a gente não tá mais quase tendo esse ritual.* (participante #2M, D)

Em síntese, os resultados revelam que as mulheres apresentam-se mais atentas às perdas sofridas no âmbito cultural da vida cotidiana, como também veem-se na responsabilidade de apoiar suas famílias afetivamente ou através do trabalho.

### **5.3. Diferenças segundo a idade relativamente ao significado atribuído ao trabalho**

Os resultados que referem os domínios, categorias e frequências sobre o significado atribuído ao trabalho por indígenas de etnia Macuxi de diferentes idades (Tabela 5.3).

Estes resultados sugerem um padrão que identifica a faixa-etária de 18-25 anos como a que mais considera que no espaço privado se desenvolve atividades de trabalho. Porém, a mesma faixa-etária entende que atividades desenvolvidas no espaço privado não são consideradas de trabalho. Já a faixa-etária de 50-65 anos está mais atenta a importância que tem o trabalho na vida pessoal e coletiva, como também é a que mais percebe as perdas que o povo Macuxi vem sofrendo com relação a sua cultura.

Como se pode verificar na tabela 5.3, no domínio *o que é o trabalho*, as atividades desempenhadas no “espaço privado”, nomeadamente cuidar dos filhos e os cuidados com a casa são atividade consideradas como de trabalho pelos participantes jovens. É como relata uma participante:

*Trabalho é aquele que a gente faz em casa, quer dizer, é um trabalho que eu digo é o trabalho de casa mesmo, que eu ainda não trabalho assim, não sou funcionária, mas o trabalho que eu faço em casa ajudando a minha mãe a arrumar a casa; isso sim é o trabalho do dia-a-dia. Isso eu considero um trabalho do dia-a-dia. (participante #1m, VA)*

Outra participante ratifica que trabalhar é “*cuidar da casa, também das crianças que a gente tem*” (participante #2m,VA). Essas são atividades concebidas como trabalho por participantes jovens que respondem com frequência típica. Os participantes de maior idade respondem com frequência variante.

Tabela 5.3

*Domínios, categorias, frequências sobre o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo a faixa-etária*

Domínio/ Categoria	Participantes	
	N=30	N=30
	Idade 18-25 Frequência	Idade 50-65 frequência
O que é o trabalho		
Atividade rural	Típico	Típico
Atividade comunitária	Variante	Variante
Atividade profissional	Típico	Típico
Atividade no espaço privado	Típico	Variante
O que não é trabalho		
Ócio	Típico	Variante
Depender dos outros	Raro	Variante
Atividade no espaço privado	Variante	Raro
Atividade de tempos livres	Típico	Típico
Não exercer profissão	-	Raro
Estudar	Raro	-
Atividade de cidadania	-	Raro
Importância do trabalho		
Autonomia		
Permite sustento	Típico	Típico
Ganhar dinheiro	Variante	Variante
Vida pessoal		
Ter sentido de vida	Variante	Típico
Desenvolvimento pessoal	Variante	Variante
É saudável	Raro	Variante
Vida comunitária		
Ajudar a comunidade	Variante	Típico
Preservar costumes	-	Raro
Produção agrícola	Raro	Variante
Influência da cultura Macuxi no trabalho		
Produção		
Utensílios	Raro	Variante
Alimento	Variante	Variante
Remédios	-	Raro
Ensino	Raro	-
Arte	Variante	Variante
Desporto	Raro	-
Processo de produção	Variante	Variante
Trabalho cooperativo	Variante	Variante
Estilo de vida	Raro	Raro
Perda da cultura		
Na alimentação tradicional	Raro	Variante
Na produção de utensílios	-	Raro
Na língua materna	Raro	Raro
Nos processos de produção	Raro	Variante
Na valorização do trabalho rural	-	Raro
Nos hábitos comportamentais	Raro	Variante
Na identidade	-	Raro
Na solidariedade no trabalho	Raro	Raro
Fontes de apoio ao trabalho		
Apoio ao trabalho	Raro	Variante
Falta de apoio do Estado		
Apoio não sistemático do governo	Raro	Raro

No domínio *o que não é o trabalho* o padrão de respostas dos participantes jovens contradiz as respostas dadas no domínio *o que é o trabalho*. Isto é, os jovens consideram que as atividades desenvolvidas no espaço privado não são de trabalho. Respondem com frequência típica que nada fazer é não trabalhar e portanto consideram o “ócio” como um tempo sem atividade produtiva, “*Eu posso dormir, posso assistir*

*televisão, posso ficar em casa lavando as louças... Isso é um modo de não trabalho”* (participante #3h, CA). Por sua vez, os participantes de maior idade respondem com frequência variante nesta categoria.

Já os participantes de maior idade sugerem que ao adoecerem ficam na dependência de terceiros e deixam de trabalhar, *“eu não tô trabalhando quando eu tô doente, porque eu sou desse quebrado aqui, tem essa costela aqui”* (participante #1H, B), e respondem com frequência variante na categoria depender dos outros, enquanto os participantes jovens raramente fazem essa referência.

No domínio *importância do trabalho*, um outro padrão surge e evidencia os participantes de maior idade como os que mais sinalizam o trabalho com sua importância para a vida pessoal e à vida comunitária, como também estão mais focados na produção agrícola. Os participantes de maior idade respondem tipicamente que o trabalho *“dá sentido à vida”* pois, *“É importante porque sem trabalho não tem a vitória, nem tem a produção que possa chegar sem o trabalho”*. (participante #2H, D)

Enquanto os participantes jovens respondem com frequência variante.

Os participantes de maior idade também respondem com frequência variante que o trabalho *“é saudável”*, *“É, pelo menos pra saúde é muito importante. A pessoa que não trabalha não tem saúde. Então quem tem saúde trabalha. O trabalho pra mim é saúde. É vontade de trabalhar”*. (participante #1M, CA)

Já os participantes jovens raramente atentam para a natureza saudável do trabalho.

Ainda no domínio *Importância do trabalho*, *“ajudar a comunidade”* é uma ação típica dos participantes de maior idade. E assim confirma um deles, *“eu acho que a nossa comunidade ela deve agradecer porque pra mim é uma satisfação trabalhar, ajudar a comunidade no trabalho que ela pede pra gente fazer”*. (participante #1H, CA)

Os participantes jovens respondem à essa categoria com frequência variante.

Por sua vez os participantes de maior idade também consideram com mais frequência (variante) do que os mais jovens (rara) que o trabalho é importante para *“ter produção agrícola”* e ser fonte de bens e serviços.

Quanto ao domínio *influência da cultura macuxi no trabalho*, verificam-se diferenças nas respostas em função da faixa-etária. Neste caso, os participantes de maior idade respondem com frequência variante à influência cultural presente na “produção de utensílios”. Um participante fala da cultura de trançar palha, “*É uma tradição bem profundo, bem organizado, ela tem sentido. Trançar tem uma crença, tem muita história, vem da cultura do Macuxi*”. (participante #3H, CA)

Os participantes jovens raramente referem esta categoria.

No domínio *perda da cultura*, surge um novo padrão sugerindo que os participantes de maior idade estão mais sensíveis às perdas culturais do que os participantes jovens. Assim, os participantes jovens raramente referem as perdas culturais enquanto os participantes de maior idade referem com frequência variante as perdas sofridas na cultura indígena nomeadamente na “alimentação tradicional”, nos “processos de produção” e nos “hábitos comportamentais”. É expressivo o relato de uma participante sobre as perdas sofridas quanto aos hábitos comportamentais, “*Hoje não tão dando valor ao trabalho. Já tão tudo, já estudaram, já deixaram de aquela coisa de trabalho, pra eles é diferente, não é como o nosso deixando esse nossa cultura*”. (participante #3M, VA)

#### **5.4. Diferenças segundo a escolaridade relativamente ao significado atribuído ao trabalho**

Os resultados que referem os domínios, categorias e frequências sobre o significado atribuído ao trabalho por indígenas de etnia Macuxi de diferentes níveis de escolaridade (Tabela 5.4) considera duas subamostras; uma relativa aos participantes que só frequentaram o ensino fundamental, independentemente de terem ou não concluído esse nível de escolaridade e a outra relativa aos participantes que frequentaram o ensino médio, independentemente de terem ou não concluído este nível de escolaridade.

A tabela 5.4 evidencia que os participantes com escolaridade no ensino médio têm resultados ambivalentes quanto ao que consideram ser trabalho e ao que não consideram trabalho.

Tabela 5.4

*Domínios, categorias, frequências sobre o significado do trabalho de indígenas de etnia Macuxi, em função da escolaridade*

Domínio/ Categoria	Participantes	
	Escolaridade Ensino fundamental N=30	Escolaridade Ensino médio N=30
	Frequência	Frequência
O que é o trabalho		
Atividade rural	Típico	Típico
Atividade comunitária	Variante	Variante
Atividade profissional	Típico	Típico
Atividade no espaço privado	Variante	Típico
O que não é trabalho		
Ócio	Variante	Típico
Depender dos outros	Variante	Raro
Atividade no espaço privado	Raro	Variante
Atividade de tempos livres	Típico	Típico
Não exercer profissão	Raro	-
Estudar	-	Raro
Atividade de cidadania	Raro	-
Importância do trabalho		
Autonomia		
Permite sustento	Típico	Típico
Ganhar dinheiro	Variante	Variante
Vida pessoal		
Ter sentido de vida	Típico	Variante
Desenvolvimento pessoal	Variante	Variante
É saudável	Variante	Raro
Vida comunitária		
Ajudar a comunidade	Típico	Variante
Preservar costumes	Raro	-
Produção agrícola	Variante	Raro
Influência da cultura Macuxi no trabalho		
Produção		
Utensílios	Variante	Raro
Alimento	Variante	Variante
Remédios	Raro	-
Ensino	-	Raro
Arte	Variante	Variante
Desporto	-	Raro
Processo de produção	Variante	Variante
Trabalho cooperativo	Variante	Variante
Estilo de vida	Raro	Raro
Perda da cultura		
Na alimentação tradicional	Variante	Raro
Na produção de utensílios	Raro	-
Na língua materna	Raro	Raro
Nos processos de produção	Variante	Raro
Na valorização do trabalho rural	Raro	-
Nos hábitos comportamentais	Variante	Raro
Na identidade	Raro	-
Na solidariedade no trabalho	Raro	Raro
Fontes de apoio ao trabalho		
Apoio ao trabalho	Variante	Raro
Falta de apoio do Estado		
Apoio não sistemático do governo	Raro	Raro

No domínio *o que é o trabalho*, os participantes com escolaridade no ensino médio, além de outras atividades, consideram as “atividades desenvolvidas no espaço privado” como sendo atividades de trabalho e respondem com frequência típica:

*Aqui, eu também não fico sem fazer nada, não. É, eu vou pra roça, eu vou pra li. Chega e vou varrer casa, essas coisas assim de casa mesmo, lavar louça, essas coisas. Eu acho que é trabalho, essas coisas*". (participante #1h, D)

Enquanto os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência variante.

Por sua vez, no domínio *o que não é o trabalho*, os participantes com escolaridade no ensino médio consideram as "atividades desenvolvidas no espaço privado" com sendo atividades de não trabalho e respondem com frequência variante, enquanto os participantes com escolaridade no fundamental raramente entendem que as atividades desenvolvidas no espaço privado não sejam de trabalho. Verifica-se nessa categoria uma expressiva ambivalência por ser considerada atividade de trabalho e de não trabalho por participantes de escolaridade no ensino médio. Um participante expressa sua percepção sobre a atividade que desenvolve no espaço privado mas que não a considera como de trabalho, "*Existe vários serviços lá em casa pra mim. E eu faço muitas coisas e eu não me sinto trabalhando como: lavar louça, varrer casa. Isso eu faço dentro da minha casa e eu acho que eu não tô trabalhando*". (participante #1h, VA)

O "ócio" é compreendido como atividade de não trabalho pelos participantes de escolaridade no ensino médio que respondem com frequência típica indicando que *não trabalhar* "*É passar o dia em casa sem fazer nada. Não tem nada pra fazer mesmo*" (participante #1m, I), ao passo que os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência variante para essa mesma categoria.

No domínio *importância do trabalho*, evidencia-se um padrão que se traduz por a diferença na frequência de resposta ser sempre favorável aos participantes do grupo ensino fundamental relativamente aos do ensino médio. Assim, os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência típica que o trabalho é importante para se "ter sentido de vida". A propósito refere um dos participantes: "*O trabalho é a nossa vida, nossa cultura que já nascemo pra isso mesmo, é muito bom a gente trabalhar*". (participante #2M, CA)

Por sua vez, os participantes de escolaridade no ensino médio respondem com frequência variante.

Os participantes com escolaridade no ensino fundamental também entendem que trabalhar é saudável e respondem com frequência variante e confirmam que, “*É muito importante. Pra mim, mais trabalho tem muito mais saúde*” (participante #3M, B)

Já os participantes com escolaridade no ensino médio raramente percebem o trabalho com essa característica.

Ainda no domínio *Importância do trabalho*, ajudar a comunidade é uma ação típica dos participantes com escolaridade no ensino fundamental. É ilustrativo o relato de uma participante:

*A gente considera assim o trabalho, que desenvolver é ajudar assim um ao outro pra plantação de outras coisas; por causa que aqui a gente sai assim pra trabalhar, a gente ajuda um, vai ajudando outro ai pra dá continuação. Eu tenho assim esse desenvolvimento pra ajudar assim aqui as pessoas da comunidade. Então nós temos que todos os dia a nossa, gente tem que é, contribuir assim com as pessoa daqui.* (participante #2M, D)

Os participantes com escolaridade no ensino médio respondem com frequência variante para a mesma categoria, ajudar a comunidade.

O trabalho ainda tem sua importância para se ter produção e nesse sentido, os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência variante para a categoria “produção agrícola”, enquanto os participantes com escolaridade no ensino médio respondem com frequência rara.

Quanto ao domínio *influência da cultura macuxi no trabalho*, verifica-se diferenças nas respostas em função da escolaridade só para a categoria “produção de utensílios”. Neste caso, os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência variante à influência cultural presente na produção de utensílios, “*A cultura que eu tenho é trançar laço, que eu tô dizendo. É pra laçar boi, é pra peiar esse negócio ai. Eu trançei quatro ainda agora dessa daí, de madrugada. Tô trançando lá, tão tudo encapado lá*”. (participante #2H, VA)

Os participantes com escolaridade no ensino médio raramente referem esta categoria.

No domínio *perda da cultura*, surge de novo um padrão de resultados em que sempre que há diferenças nas frequências de resposta são favoráveis aos participantes com nível de escolaridade no ensino fundamental. Nesse sentido, os participantes com escolaridade no ensino fundamental são os que mais frequentemente referem as perdas culturais sofridas nomeadamente na “alimentação tradicional”, nos “processos de produção” e nos “hábitos comportamentais” e respondem com frequência variante. O relato de uma participante evidencia a perda nos hábitos comportamentais:

*É, porque sempre gente vê ai no livro que o índio vevi de pesca e caça e o trabalho da roça. Então, eu acho que é diferença porque a gente vevi só nisso ai mermo; e muitos agora, não; que agora tá tendo emprego pros indígena. Muitos indígena trabalhando. Mas antigamente quando meus pais, meus avô, bizavô sempre falavam que isso daí era, fazia parte da etnia, da raça maior dos índio Macuxi. (participante #1M, D)*

Os participantes com escolaridade no ensino médio raramente percebem as perdas sofridas na cultura indígena e respondem com frequência rara.

## **5.5. Discussão sobre o significado do trabalho**

O objetivo desta pesquisa foi analisar o significado do trabalho na vida dos indígenas Macuxi. A análise de dados conduziu à definição de sete domínios referentes ao significado do trabalho na vida dos Macuxi (Tabela 5.1): o que é o trabalho, o que não é trabalho, importância do trabalho, influência da cultura Macuxi no trabalho, perda da cultura, fontes de apoio ao trabalho e, falta de apoio do Estado. Estes resultados passam a ser discutidos na amostra total e tendo em conta as variáveis demográficas consideradas: gênero, idade e escolaridade.

### **5.5.1. O significado do trabalho na amostra total**

Os resultados obtidos na pesquisa salientam tipicamente a “atividade rural” como atividade que identifica *o que é o trabalho* para os Macuxi. A atividade rural é entendida como exploração de atividades agrícola, pecuária, cinegética, extração e exploração vegetal e animal. Por exemplo, envolve a criação de pequenos animais, atividade de cultivo da terra, da roça e da lavoura com o plantio de grãos, raízes e hortaliças que são peculiares a quem mora em área rural e, também são consideradas atividades agrícolas rotineiras. Este resultado é explicado na perspectiva integrativa e

contextual em que Blustein (2006) considera o trabalho assumir significados resultantes do patrimônio de significações individuais e socioculturais que o indivíduo experiencia.

No caso dos Macuxi, como pequenos produtores indígenas, aproveitam a oferta ambiental e cultivam a produção básica para a dieta alimentar e, nessa perspectiva, o segmento rural torna-se impulsionador da pluriatividade familiar dentro da atividade rural (Fuller, 1990). Com a diversificação da força de trabalho e com a melhoria de renda dos indígenas agricultores, o trabalho rural tornou-se cada vez mais, uma atividade central. Isto é, reflete ainda as mudanças ocorridas no meio rural ocasionadas pelas transformações econômicas e políticas (i.e. vividas nos dois últimos Séculos), quanto a valorização, funcionamento e regulação da produção agrícola. Tais transformações são evidenciadas quando as comunidades indígenas agrícolas deixam de ser percebidas como resíduo da sociedade tradicional, na medida que desconstroem o caráter antagônico com o meio urbano e estabelecem novas formas de regulação e diversificação do trabalho. É o caso das comunidades indígenas Truaru e Serra da Moça (RR) (ISA, 2011), que desenvolvem atividades de cultivo agrícola com escoamento para a capital do Estado. A resignificação de suas funções sociais e de trabalho tornam não só as atividades rurais como atividades econômicas, mas também como atividades centrais na vida do Macuxi. Nesse sentido, os Macuxi percebem a atividade rural como sendo trabalho e, na pluridimensionalidade da natureza encontram suporte para a atividade agrícola (Mathieu, 1990).

Ainda no domínio *O que é o trabalho*, os participantes referem com frequência típica que trabalho é “atividade profissional”. As funções desempenhadas no papel de agricultor(a), jardineiro, pedreiro, funcionário público, pecuarista, pescador(a), parteira, babá, zelador(a), agente de saúde, costureira, lavadeira, artesão(ã), professor(a), etc., são consideradas como atividades profissionais e, conseqüentemente nestes papéis, os Macuxi se compreendem como trabalhadores. Este resultado sugere o trabalho associado ao exercício de atividade profissional remunerada e por isso, uma expressão de representação dicotômica sobre o lugar do trabalho na vida dos indivíduos. Isto é, coloca o trabalho só no domínio do profissional separado do trabalho no domínio do privado (Richardson, 1993).

Na linha deste resultado, o obtido no domínio *O que não é trabalho* evidencia o “ócio” e as “atividades de tempos livres” como tipicamente de não trabalho. O ócio é aqui entendido como não ter nada para fazer, não procurar o que fazer, ficar sedentário. Trata-se do ócio, que muitas vezes tem seu significado negativo, depreciativo em

função da valorização do trabalho pelo discurso ideológico hegemônico. É ilustrativa a fala da participante que evidencia o ócio contrapondo-se à realização produtiva que o trabalho pode permitir, “*Não trabalhar é não estar trazendo benefício. Eu acho assim, tanto pra comunidade, pros outros, não fazer nada, não é trabalhar*” (participante #2m, I), portanto, esta experiência de nada fazer, foge a perspectiva do ócio enquanto experiência subjetiva que integra o sujeito na vivência com os valores pautados no pensar e agir significativos ao mundo e a si mesmo (Neulinger, 1981).

Também, no domínio *O que não é o trabalho*, a “atividade de tempos livres” é referida com frequência típica. Para os Macuxi, tempos livres envolvem atividades como ir à igreja, ir a festas, conversar com amigos, jogar bola, caçar, pescar ou não sair para trabalhar e ficar em casa tecendo malhador de pesca. Uma vez mais é evidenciada a visão dicotômica do trabalho em que o tempo livre surge como uma dimensão do tempo que se opõe à atividade profissional, pois, implica práticas não obrigatórias, desejadas e queridas. Porém há a liberdade de escolha que sugere uma relação com o exercício humano de identidade, reconhecimento, autorreconhecimento e vontade para aquilo que deseja ocupar-se ou não ocupar-se sem obrigatoriedade ou imposição de qualquer espécie (Aquino & Martins, 2007). É nesta perspectiva que as atividades de tempos livres podem ser entendidas como dimensão complementar às realizadas no papel profissional, pois, por serem livremente escolhidas são importantes fontes de realização de valores que não são realizados no papel profissional (Sverko & Super, 1995).

Quanto a *importância dada ao trabalho*, o resultado revela que os Macuxi atribuem, tipicamente, ao trabalho a função de “permitir sustento”. Este resultado está em consonância com o obtido em outros estudos com as mais variadas populações onde o trabalho surge muito associado à resolução de necessidades de subsistência, como é o caso da pesquisa do MOW (1987) que revelou os participantes entenderem o trabalho como fonte de sustento, bem como a pesquisa com participantes italianos com e sem déficit intelectual (Ferrari, Nota, & Soresi, 2008) que revelou o trabalho permitir sustento próprio e da família. No entanto, neste estudo os participantes com déficit intelectual referiram menor frequência ao trabalho como fonte de satisfação de necessidades.

Em síntese, o resultado obtido vem evidenciar que o trabalho cumpre com sua função econômica atendendo as demandas por satisfação de necessidades de sobrevivência (Blustein, 2006; Herr, Cramer, & Niles, 2004; Neff, 1985). No entanto,

a questão que se coloca é porque foi o *sustento* a função do trabalho mais referida? Uma possível resposta a esta questão pode encontrar-se nas condições em que o trabalho dos Macuxi é realizado.

De fato, os Macuxi vivem numa região onde o aproveitamento de recursos naturais e a manutenção dos conhecimentos tradicionais é fundamental para produzirem de forma sustentada e capazes de garantir sua subsistência. Principalmente por terem vivenciado e enfrentado muitos desafios relativamente ao direito à terra, ao fortalecimento de sua identidade étnica e o desafio de obter da terra os recursos para a sua vida, leva-os a valorizarem o trabalho como importante na garantia do sustento. O trabalho rural é uma tradição que não só contribui para a sua identidade étnica, como os torna reconhecidos enquanto parte integrante do universo ambiental em que estão inseridos e que portanto, com o trabalho cumprem com suas necessidades de subsistência.

### **5.5.2. Gênero e significado do trabalho**

Os resultados também se apresentam quanto a diferença de gênero sobre o significado do trabalho na população Macuxi (Tabela 5.2). No domínio *o que é o trabalho*, encontramos um padrão que diferencia a percepção de homens e mulheres sobre a atividade de trabalho e o espaço em que este é realizado. Num primeiro resultado, os homens respondem tipicamente à “atividade profissional” como sendo de trabalho, enquanto as mulheres respondem para a mesma categoria com frequência variante. Num segundo resultado, as mulheres entendem que a “atividade desenvolvida no espaço privado” é tipicamente considerada como atividade de trabalho e associada aos afazeres domésticos. Já os homens, mesmo que considerem as atividades desenvolvidas no espaço privado como sendo atividades de trabalho, respondem com frequência variante. Este resultado é corroborado com a concepção de trabalho perpetrada ao longo do tempo, onde esteve associada a atividades e a espaços físicos que caracterizavam os papéis de trabalho diferenciados.

Em tempos passados, para os homens indígenas cabia as atividades e ofícios que lhes possibilitassem condições de levar para casa o sustento alimentar. Já para as mulheres índias era peculiar desenvolver atividades dentro do espaço doméstico com a limpeza da casa, trabalhos de cozinha e cuidados com os filhos (Santilli, 1994). No

entanto, percebe-se que na relação de gênero, a divisão sexual do trabalho foi tomando novos significados e ganhou outra dimensão descaracterizando o rigor dado pelo gênero aos papéis de trabalho.

É também o caso das indígenas Kadiwéu (MS) e as Tikuna (AM) que passam a ser provedoras do sustento familiar e vivenciam cotidianamente o trabalho, tanto na dimensão familiar como fora dela. Relações de gênero que se constituíram em estratégias, resistências e táticas e fez também que homens indígenas vivenciassem o espaço privado na relação dialógica entre gêneros (Bourdieu, 1999; Foucault, 2001; Scott, 1990, 1996).

Ainda ao tratar de diferença entre gêneros, para os dois domínios *o que é o trabalho* e domínio *o que não é o trabalho*, os homens referem frequência variante à “atividade desenvolvida no espaço privado”. Por tanto, o resultado revela ambivalência quando as atividades no âmbito privado ora são consideradas como trabalho, “*Eu acho que pra mim, trabalho é esse de cuidar da casa e dos meus avós*” (participante #1h, I) e ora como não sendo trabalho, “*quando eu não vou trabalhar eu fico aqui mesmo, eu vou buscar uma lenha, uma coisa, servicinho de casa mesmo* (participante #3H, I). Já as mulheres, raramente respondem que as atividades desenvolvidas no espaço privado não sejam de trabalho, pois, no espaço doméstico, as mulheres Macuxi tendem ver as atividades que desenvolvem como sendo de trabalho. Este resultado pode ser explicado pela divisão do trabalho em função do gênero, perpassado por gerações que leva as tarefas domésticas a serem entendidas como responsabilidade das mulheres que, o quanto mais cedo aprenderem a realizar estes papéis, mais estarão aptas a se assumirem como donas de casa.

Nesse sentido percebe-se a influência do contexto socio-histórico, onde o homem no espaço público (i.e. fora do privado) detém o papel à sustentação econômica da família, enquanto os aspetos afetivo e emocional se confluem no espaço privado destinado ao papel social desempenhado pela mulher, mãe e dona-de-casa. Este resultado ainda pode ser confirmado com a base de dados brasileiros obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008) que revela as mulheres serem as maiores responsáveis pela realização de tarefas domésticas e familiares, com atividades que ainda não são socialmente reconhecidas como economicamente produtivas mas que têm sua importância na organização e funcionamento familiar e à viabilização da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Já os homens, com referência ao espaço privado, eventualmente voltam-se para as atividades interativas,

na atividade de compra de mantimentos, na condução dos filhos à escola e nas atividades esporádicas de reparos e consertos domésticos (Guimarães, 2012).

Ainda, para *o que não é trabalho*, são as mulheres que respondem com frequência variante às “atividades de tempos livres”, no que diferenciam-se dos homens que respondem com frequência típica para as atividades de tempos livres que não lhes exigem obrigatoriedade, mas que têm sua execução no âmbito do espaço doméstico. Nessa perspectiva, este resultado revela que o espaço privado relaciona-se com as atividades de tempos livres como lugar específico para as atividades de lazer que, desagregado do trabalho torna-se um antídoto para o trabalho (Rybcznski, 2000).

No domínio *importância do trabalho* os resultados apresentam especificidades relativas ao gênero no entendimento da relação entre o trabalho e a herança cultural. No domínio *importância do trabalho*, são os homens que respondem com frequência típica que o trabalho é importante para “ajudar a comunidade”, enquanto as mulheres respondem com frequência variante à importância do trabalho para apoiar a comunidade.

Este primeiro resultado traz a reflexão sobre a limitação social com que as mulheres viviam o espaço externo à sua casa, onde por muito tempo estiveram às margens das decisões comunitárias. No entanto, com as vicissitudes do lugar, com a luta dos povos indígenas Macuxi, o trabalho comunitário foi se consubstanciando também com a presença das mulheres que, com dedicação e esforço coletivo (i.e. em mutirão) tais iniciativas vão confirmando o compromisso assumido de unir mais a comunidade com atividades de trabalho comunitário (CIDR, 1989).

Ainda no domínio *importância do trabalho*, mesmo com as diferenças em variante e raro, vale ressaltar que as mulheres respondem com frequência variante para a atividade que gera produção, nomeadamente na categoria “produção agrícola”, isto é, o trabalho enquanto fonte de bens e serviços. Enquanto os homens raramente se referem a esta categoria. Este segundo resultado se confirma com a relevância dada aos papéis de trabalho que as mulheres indígenas têm conquistado, visto que, a saída do espaço doméstico e a exploração do espaço externo, nomeadamente com a atividade agrícola, as faz tornarem-se também provedoras na satisfação com a produção agrícola. Nesse sentido é quebrada a invisibilidade do trabalho das mulheres indígenas Macuxi dentro da unidade de produção familiar, onde somente refletia a valorização do trabalho aos papéis desempenhados por homens, enquanto o trabalho das mulheres era visto apenas como “ajuda”.

Quanto a diferença de gênero perspectivada sobre a *influência da cultura macuxi no trabalho*, mesmo que as respostas sinalizem variante e raro, vale ressaltar que, só num único resultado houve diferenças de gênero. Com frequência variante, os homens respondem que a influência cultural está presente na “produção de utensílios”, enquanto as mulheres raramente referem esta categoria. Este resultado pode dever-se ao fato de que antigamente, eram os homens Macuxi os que mantinham o trabalho em contato direto com a natureza, portanto, a estes cabia a extração da matéria-prima e consequentemente a produção de objetos utilizados no espaço doméstico. Enquanto as mulheres, como foi dito anteriormente, cabia-lhes cuidar dos filhos e da limpeza do espaço peculiar à família (Farage, 1991).

Relativamente ao domínio *perda da cultura*, os resultados apontam um outro padrão em que evidencia as mulheres mais que os homens, a expressarem perdas na cultura indígena, nomeadamente na “língua materna”, nos “processos de produção” e nos “hábitos comportamentais”. As mulheres respondem com frequência variante a essas três categorias, enquanto os homens raramente referiram essas perdas. Uma participante fala da desvalorização da língua materna e dos hábitos comportamentais, “*Como hoje em dia não tá mais existindo essa cultura aqui na nossa comunidade, nem mesmo a nossa língua a gente tá valorizando. Por isso, nem costurar, essas coisas. Como é muito importante pra nossa cultura*”. (participante #2m, VA)

Quanto aos “processos de produção”, as mulheres referem a perda cultural por deixarem de fazer o plantio natural como de costume, “*Toda horta tem diferença porque quando nós indígena começou trabalhar, a gente só mermo usava adubo, esse adubo orgânico; era só mermo natural*” (participante #1M, D). Em síntese, os resultados revelam que as mulheres apresentam-se mais atentas às perdas sofridas no âmbito cultural da vida cotidiana. Perdas que vieram com o processo de acultramento ocorrido desde o contato com as missões religiosas e posteriormente com o estabelecimento do Diretório em 1757. Esta medida legislativa inseriu o índio nos costumes ocidentais, no modo de vida civilizada (Reis, 1993; Diretório, 1988) e se encarregou de ir apagando os hábitos comportamentais e costumes culturais dos povos indígenas Macuxi, isto é, deixam de falar a língua materna por ser considerada “gíria”, deixam de costurar com sementes, deixam de cultivar a terra com adubo natural.

### 5.5.3. Idade e significado do trabalho

As diferenças segundo a idade, relativamente ao significado atribuído ao trabalho também são aqui referidas (Tabela 5.3). Os resultados sugerem um padrão que identifica a faixa-etária de 18-25 anos como a que mais considera que no espaço privado se desenvolve atividades de trabalho e respondem com frequência típica enquanto os participantes entre os 50-60 anos respondem com frequência rara. Portanto, no domínio *o que é o trabalho*, as atividades desenvolvidas no “espaço privado” são consideradas pelos jovens como sendo atividades de trabalho. Como primeiro resultado, configura-se uma prática sequenciada de um discurso onde a identidade do feminino e do masculino parecem se descodificar dos elementos simbólicos perpetrados nas relações de gênero (Bradley, 2000; Evans, 1997; Scott, 1990, 1996; Walby, 1990). Uma possível explicação para este resultado pode estar relacionada com o fato do tempo livre dos jovens, durante o qual estariam dando suas contribuições com a divisão de tarefas, no horário que se antepõe ao horário escolar. Outra explicação pode ter a ver com tratar-se de uma geração mais nova e, por isso, mais aculturada aos valores atuais que tendem a atenuar as diferenças de gênero no trabalho.

Aparentemente contraditório com o resultado anterior, também são os jovens que no domínio *o que não é trabalho* apontam para a “atividade no espaço privado” como não sendo de trabalho, enquanto os participantes com idades entre os 50 e 65 anos respondem com frequência rara. Este resultado reflete como os jovens ainda têm muito presente diferenças de gênero, fundadas em representações simbólicas sobre as concepções de masculino e feminino (Carvalho, 2001), transitadas na cultura dos Macuxi. Este resultado, segundo a faixa-etária, pode também ser corroborado com os dados do IBGE (2006), onde os jovens (i.e. ocupados) de 18 a 24 anos, pouco se dedicam aos afazeres domésticos e portanto assumem o papel de filho na família, tendo suas mães a responsabilidade com as tarefas domésticas a fim de verem seus filhos na dedicação aos estudos (Soares & Saboia, 2007).

Ainda no domínio *o que não é trabalho* os participantes jovens respondem com frequência típica que nada fazer é não trabalhar e portanto, consideram o “ócio” como um tempo sem atividade produtiva. Este resultado pode explicar-se pelo fato dos jovens, por serem mais ativos, tendem a atribuir mais frequentemente uma conotação negativa ao ócio do que os participantes entre os 50 e 65 anos de idade, os quais

responderam de forma variante que o ócio não era trabalho.

Já para o domínio *importância do trabalho*, os resultados revelam outro padrão que evidencia os participantes de maior idade como os que mais sinalizam o trabalho com sua importância para a vida pessoal e à vida comunitária, como também, os mais focados na produção agrícola. Os participantes de maior idade respondem tipicamente que o trabalho “dá sentido à vida” enquanto os participantes jovens respondem com frequência variante. Uma possível explicação para este resultado decorre dos participantes mais idosos estarem numa fase do seu desenvolvimento que alguns designam por generatividade e que, entre outras características, é marcada por balanços de vida (McAdams, de St. Aubin, & Logan, 1993).

Considerando o trabalho como importante instrumento para dar sentido e intencionalidade à vida dos indivíduos (Savickas, 2011), então, este conjunto de fatores pode explicar porque os participantes mais idosos tendem a perceber, mais frequentemente do que os jovens, o trabalho como conferindo sentido a suas vidas.

Na mesma linha de raciocínio os participantes de maior idade respondem com frequência variante que o trabalho “é saudável”, enquanto os participantes jovens raramente atentam para a natureza saudável do trabalho. Isto é, as pessoas de maior idade, possivelmente, por estarem numa fase do seu desenvolvimento em que as preocupações com a saúde são mais frequentes, também tendem a salientar o valor da saúde bem como o papel do trabalho para uma vida saudável. É ilustrativa a narrativa de um dos participantes: “*O trabalho também é como se fosse uma diversão. Até nessa idade, pra mim é assim. Pra mim é porque eu faço os movimento nos nervos. Graças a Deus até hoje eu não tô intrevado não*”. (participante #3H, CA)

Ainda no domínio *Importância do trabalho*, “ajudar a comunidade” é uma ação típica dos participantes de maior idade. Já os participantes jovens respondem à essa categoria com frequência variante. Esta diferença de gerações pode dever-se a uma menor expressão do trabalho no sentido psicológico de comunidade (Orford, 1992; Sarason, 1974). Neste caso, os jovens percebem os laços comunitários não como fator essencial à qualidade das relações interpessoais. Ainda, o fato da influência do valor comunitário estar mais presente nos participantes entre os 50-65 nos de idade do que entre os mais jovens, pode também dever-se aos jovens serem mais permeáveis às influências da cultura individualista, veiculada no processo de escolarização e através dos media. Estando mais tempo envolvidos na internet e vendo televisão, isso facilita a interiorização de valores mais característicos de culturas individualistas. Por sua vez, o

fato dos mais idosos referirem com mais frequência do que os mais jovens a importância do trabalho para o apoio à comunidade, sugere que os Macuxi desconstruam o paradigma que julga a velhice como um fardo social, pois, os participantes de maior idade integram-se socialmente e permanecem ativos e beneficiários do seu desenvolvimento dentro da comunidade.

Se bem que no domínio *perda da cultura*, as diferenças de resultados entre os participantes sejam entre respostas de frequência variante e de frequência rara, tais resultados merecem ser discutidos pois evidenciam um padrão consistente sugerindo os participantes de maior idade mais sensíveis às perdas culturais do que os participantes jovens. Assim, os participantes jovens raramente referem as perdas culturais e, os participantes de maior idade referem com frequência variante às perdas sofridas na cultura indígena, nomeadamente na “alimentação tradicional”, nos “processos de produção” e nos “hábitos comportamentais”. Este resultado revela a maior sensibilidade dos participantes mais idosos às mudanças socioculturais.

No convívio com as gerações mais jovens, os idosos tendem a vislumbrar uma realidade que se contrapõe à suas experiências de vida, sobretudo por serem introjetados novos modelos culturais alternativos em suas comunidades, nomeadamente a forma de produzir e consumir os alimentos deixa de ser num processo ao natural, bem como os hábitos comportamentais que se alteram em função das inovações com que o mercado consumista se apresenta. O que se inventa toma maior importância em detrimento da transmissão de conhecimentos ancestrais, portanto, as experiências dos adultos revela-se de pouca valia (Mead, 1974). Nesse sentido, este resultado revela que os Macuxi de maior idade, são os que mais sentem as rupturas com um passado cultural. Principalmente quando a geração mais jovem constitui-se de singularidades ao compartilhar de novos grupos sociais e culturais.

#### **5.5.4. Escolaridade e significado do trabalho**

Tendo como base as diferenças segundo a escolaridade relativamente ao significado atribuído ao trabalho (Tabela 5.4) apresentaremos os resultados que referem duas subamostras, uma relativa aos participantes que só frequentaram o ensino fundamental, independente de terem ou não concluído esse nível de escolaridade e, a outra relativa aos participantes que frequentaram o ensino médio, independente de

terem ou não concluído esse nível de escolaridade. Os participantes da subamostra que só frequentou o ensino fundamental coincidem com os da subamostra de idade entre os 50-65 anos. Por sua vez, a subamostra que frequentou o ensino médio corresponde aos participantes com idades entre os 18 e os 25 anos. Esta sobreposição das subamostras levou que os resultados em função da idade fossem semelhantes aos resultados sobre diferenças entre grupos em função do nível de escolaridade. O resultado revela ambivalência dos participantes com escolaridade no ensino médio quanto ao que consideram ser trabalho e ao que não consideram trabalho.

No domínio *o que é o trabalho*, os participantes com escolaridade no ensino médio, respondem com frequência típica para as “atividades desenvolvidas no espaço privado” como sendo atividades de trabalho. Por sua vez, os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência variante. Este resultado sinaliza o efeito da escolaridade atenuando a dicotomia, anteriormente referida, entre público e privado. Isto é, o currículo como artefacto cultural (Silva, 1999) propicia o envolvimento com outras realidades que contrastam com as do contexto cultural de pertença. Além desta explicação focada no efeito dos currículos nas significações atribuídas ao trabalho, também é possível, como referido anteriormente, que os jovens, por passarem mais tempo em casa envolvidos com os trabalhos escolares, acabem por apoiar a realização de afazeres domésticos, o que os leva a considerar as atividades no domínio privado como sendo de trabalho. Por sua vez, os participantes com escolaridade no ensino fundamental, portanto os mais velhos, estão no espaço público com a responsabilidade de manter o sustento familiar e por isso, esse fator pode contribuir para que não considerem com tanta frequência que as atividades no espaço privado sejam de trabalho.

No domínio *o que não é o trabalho*, os participantes com escolaridade no ensino médio respondem com frequência típica para o “ócio” como atividade de não trabalho. Por sua vez, os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência variante para essa mesma categoria. Este resultado reforça a ideia de que o tempo sem fazer nada é percebido na sua realização dentro do espaço doméstico como lugar de descompromissos com o trabalho. Este resultado pode explicar-se com recurso à anterior explicação de que os mais escolarizados, também mais jovens, tendem com mais frequência a atribuir conotação negativa ao ócio, relativamente aos participantes entre os 50 e 65 anos de idade.

Já no domínio *importância do trabalho*, os resultados evidenciam um padrão

que se traduz na diferença de respostas dos participantes do ensino fundamental relativo aos participantes do ensino médio. Assim, os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência típica que o trabalho é importante para se “ter sentido de vida”. Por sua vez, os participantes de escolaridade no ensino médio respondem com frequência variante. Este resultado evidencia a essencialidade do trabalho à vida, para participantes com a escolaridade no ensino fundamental.

Compreender o que é essencial “na” e “para” a vida, não necessariamente requer grau de escolaridade avançada. Neste caso, o que se supõe estar em questão, são as experiências e atitudes tomadas por esses participantes, perante os acontecimentos. Isto é, atitudes balizadoras dos valores atribuídos ao trabalho que conseqüentemente ocupam um lugar central em suas vidas (Blustein, 2006). Outra possibilidade explicativa pode resultar destes participantes, na sua maioria estarem numa fase de generatividade (McAdams, 1993) e como foi referido, mais sensíveis ao significado do trabalho para a sua vida.

No domínio *Importância do trabalho*, a categoria “ajudar a comunidade” é típica nos participantes com escolaridade no ensino fundamental e, variante para os participantes com ensino médio. Este resultado evidencia como o trabalho conecta as pessoas a um amplo contexto social e cultural de suas vidas e gera um sentido de comunidade, proporcionando o sustento emocional necessário à jornada de vida satisfatória e significativa (Blustein, 2006). Por outro lado, o resultado pode ser expressão do efeito geracional, isto é, os participantes com menor escolaridade, mas também os de maior idade, estiveram menos expostos ao efeito da cultura individualista veiculada nos currículos e media do que os mais escolarizados.

No domínio *perda da cultura*, as diferenças entre as respostas referem frequências variante e rara, no entanto, surge um novo padrão que vale ser ressaltado pois, revela a tendência para as diferenças nas frequências de respostas serem favoráveis aos participantes com nível de escolaridade no ensino fundamental. Isto é, raramente os participantes de ensino médio referem perdas culturais na “alimentação tradicional”, nos “processos de produção” e nos “hábitos comportamentais”, enquanto os menos escolarizados referem com frequência variante. Este padrão, na linha do resultado em que os menos escolarizados referem com mais frequência do que os participantes mais escolarizados, a importância do trabalho para apoiar a comunidade, pode explicar-se com a possibilidade da escolaridade tender a impor os valores da cultura individualista, ao mesmo tempo que também pode resultar do efeito idade. Isto

é, são os participantes menos escolarizados e que também são os mais idosos os que sinalizam com pesar pelas mudanças geradoras de algumas perdas referidas à cultural, nisso, demonstram atenção para os fatores que outrora lhes concebiam o fortalecimento de sua identidade social étnica (Barth, 1998; Poutignat & Streiff-Fenart, 1998).



## Capítulo 6

# Satisfação de indígenas Macuxi com a vida e com o trabalho

### 6.1. Satisfação de indígenas Macuxi com a vida e com o trabalho

Neste capítulo serão apresentados resultados que descrevem os dados obtidos sobre a in/satisfação de indígenas Macuxi com a sua vida e com o trabalho.

A análise de dados conduziu à definição de cinco domínios referentes a satisfação com a vida dos Macuxi (Tabela 6.1): (1) satisfação com a vida, (2) insatisfação com a vida, (3) contribuição do trabalho para a satisfação com a vida, (4) insatisfação com o trabalho e, (5) planos de vida.

Conforme os resultados expostos na tabela 6.1, com exceção das categorias realizar-se no trabalho e expectativas frustradas, todas as categorias configuram homogeneidade nas respostas uma vez que, genericamente, a frequência das respostas foi variante. Assim, para evitar redundância de linguagem na apresentação dos resultados, daremos ênfase nas frequências de respostas quando estas referirem variante.

O domínio *satisfação com a vida* dá indicadores sobre as categorias relativas a satisfação com a vida e com o trabalho dos índios Macuxi. Neste domínio, a categoria “apoio divino” vem indicar que os indígenas de etnia Macuxi relacionam a crença em Deus com a satisfação com a vida. A propósito, uma participante refere:

*Hoje a gente vê coisas mais diferente, mas eu vi. Eu, pra mim, na minha vida, eu sinto muito satisfeito, muito feliz com minha vida que hoje Deus me deu. Hoje eu conheço a Deus porque como indígena, eu já conheço a palavra de Deus, eu tô mais alegre ainda com minha vida, como indígena. (participante #1M, D)*

Tabela 6.1

*Domínios, categorias, frequências e ideias principais sobre a satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi (N=60)*

Domínio/ Categoria	Frequência	Exemplos de ideias principais
Satisfação com a vida		
Apoio divino	Variante	“Eu já conheço a palavra de Deus, eu tô mais alegre ainda com minha vida”
Estar com a família	Variante	“Viver a minha vida com meu esposo, com minha mãe”
Estilo de vida	Variante	“Amanhã ele não come, mas mais tarde ele vai pescar, vai caçar, ele pesca, mata, come. É assim que é nossa cultura de viver”
Realizar aspirações	Variante	“Eu alcancei e cheguei aqui vivo”
Ter saúde	Variante	“Pra mim primeiramente é a saúde, minha saúde”
Ser Macuxi	Variante	“Eu me sinto satisfeita que eu sou macuxi”
Insatisfação com a vida		
Não realizar aspirações	Variante	“Eu não estudei e casei logo e tô insatisfeita com isso”
Mal-estar físico e/ou psicológico	Variante	“Hoje eu me sinto muito doente porque eu não posso fazer mais o que eu fazia de primeiro”
Condição familiar	Variante	“Eu tô com dois filho agora e tá um pouco difícil isso ai
Contribuição do trabalho para a satisfação com a vida		
Realizar-se no trabalho	Típico	“A minha vida é capinar, é pescar, é andar por ai. Eu gosto da minha atividade”
Ter produção agrícola	Variante	“A gente ficava assim, todo alegre quando via a mandioca bonita quando tirava e escolhia”
Ter condições de trabalho	Variante	“Eu trabalhava só lá dentro da sala com ar condicionado e eu to lutando pra que eu volte a trabalhar desse jeito assim”
Ajudar a família	Variante	“O que marcou mais a minha vida foi de ajudar eles a criar nossos irmãos que eram tudo pequenininho
Aspirações de carreira	Variante	“Um dia fazer uma comida pra alguma pessoa que vem de fora”
Ter remuneração	Variante	“Um dinheiro a mais ajuda a melhorar a vida”
Ajudar a comunidade	Variante	“Eu vou ajudando minha comunidade. Incentivo outras mulheres pra poderem trabalhar também”
Insatisfação com o trabalho		
Problemas de produção	Variante.	“Os animais: os papagaios, periquitos, devoraram quase tudo”
Expectativas frustradas	Raro	“Eu não aproveitei, eu não continuei o que o meu pai iniciou”
Condição de trabalho	Variante	“É ruim trabalhar porque a agricultura é só ficar no sol”
Desvalorização do trabalho	Variante	“A comunidade não convêm com a gente pra gente ajudar a comunidade”
Desajustamento vocacional	Variante	“Não gostei de trabalhar que até sai, pedi pra sair”
Planos de vida		
Seguir carreira	Variante	“Eu quero estudar, terminar meu curso”

Para os participantes, “estar com a família” é a categoria que evidencia a transmissão de valores familiares, dentre eles, o sentimento de comunhão, bem-estar e entrelaçada pois, a satisfação com a vida vem “*com a minha vida por ter os meus avós, por eles está sempre me ensinando coisa assim que eles já adquiriram*”. (participante #1h, I)

A categoria “estilo de vida” refere-se aos hábitos e modos de viver o cotidiano (e.g. o lugar onde vive ou o ritmo da vida) e surge relacionado com a satisfação com a vida. Assim, o estilo de vida também surge relacionado com a satisfação com a vida, como ilustram as palavras de um dos participantes: “*Graças a Deus nós estamos aqui na área Raposa Serra do Sol, que nós vivemos tranquilo, nós trabalha, nós temo muito... não como o “branco”. O branco os olho dele é grande*” (participante #1H, B). Outro

participante comenta: *“Eu me sinto satisfeito porque eu moro num lugar onde respiro o ar puro, o espaço é grande”*. (participante #1h, CA)

Ainda no domínio *satisfação com a vida*, surge a categoria “realizar aspirações”. Uma das aspirações que se associa à satisfação com a vida tem a ver com a possibilidade de educar os filhos: *“A gente vem lutando, trabalhando, suando e aconselhando os filho da gente. Botando pra estudar. A minha caçula estuda lá em Boa Vista. Ela tá, como dizem, nesse estudo de universidade”*. (participante #1M, B)

Outra expressão da realização das aspirações tem a ver com traçar objetivos e procurar concretizá-los nos papéis de estudante e de trabalhador. A realização deste tipo de aspirações é motivo de satisfação com a vida: *“Tem vez que eu me sinto satisfeito quando eu procuro alguma coisa pra fazer, procurar trabalho; assim por exemplo fazer curso, qualquer curso que vem eu pretendo fazer explorando”*. (participante #2h, B)

Assim como a conquista do valor pessoal e do aprender a viver: *“Eu no momento eu me sinto satisfeita, e se houver satisfação, eu tô aprendendo ainda, eu tenho 21 ano, ainda tô aprendendo um pouquinho da vida”*. (participante #1m,CA)

A realização de aspirações ainda se refere a vencer barreiras para alcançar uma vida de qualidade. A fala de uma participante ilustra sua satisfação por ter recursos para viver:

*Satisfeita porque eu vejo assim, tem muitas pessoas que tão piores do que a gente. A gente aqui tem onde pegar peixe, tem onde buscar seu alimento, tem onde plantar. Então, eu me sinto satisfeita. Eu não vou dizer que não é satisfatório estar aqui, porque muitas outras pessoas, até mesmo em cidade grande que tão passando por necessidades maiores, morando debaixo da ponte, às vezes não tem nem o que comer, não tem nem onde buscar. Então aqui eu me sinto satisfeita, sim.* (participante #2m, I)

“Ter saúde” é a categoria que indica o estado de bem-estar físico: *“Eu me sinto satisfeita. Eu não tenho o que reclamar, tenho uma boa saúde”* (participante #1m, VA). Estar com saúde e ver que nada é difícil, é como outro participante expressa sua

satisfação com a vida: *“Eu me sinto satisfeito porque eu tô vivo. Até graças à Deus, eu tando com saúde, pra mim não tem nada de difícil”*. (participante #2H,VA)

“Ser Macuxi” é outra categoria que se relaciona com a satisfação com a vida. A fala de uma participante demonstra a satisfação que tem em ser Macuxi: *“Eu me sinto satisfeita. Eu não tenho o que reclamar, tenho uma boa saúde. Com a família então, eu não tenho o que reclamar de Macuxi, com a minha etnia ou não”*. (participante #1m, VA)

No domínio *insatisfação com a vida*, as “aspirações não realizadas” é a categoria que sinaliza descontentamento com a vida. Uma das participantes demonstra sua insatisfação por não poder dar continuidade aos seus estudos na comunidade:

*Insatisfeita por não tá estudando, ainda não tendo curso. Porque eu queria me aprofundar mais, estudar e ter um futuro mais além do meu pai, que meu pai, ele não teve um estudo. Então, pra gente não seguir o mesmo caminho a gente tem que tá estudando. Então, insatisfeita por isso. Não tem curso aqui na comunidade pra gente tá fazendo. É isso. Se tivesse curso a gente tava mais profundo.* (participante #3m,VA)

O “mal-estar físico e/ou psicológico” também surge relacionado com a insatisfação com a vida. Neste caso, a categoria refere problemas com doença, problemas familiares e solidão. É como expressa outra participante:

*É, minha vida nunca me deixou satisfeita não. Nunca. Sempre deixando triste. Nunca. Porque minhas família me deixa aqui. Eu teve filho rapaz de vinte, vinte e poucos ano, mais velho de que ela. Tirou a vida dele por ele mesmo através dessa bebida, essa bebida que sempre tá acontecendo. Tirou a vida dele.* (participante #2M, B)

A categoria “condição familiar” também no domínio *insatisfação com a vida* delineia situações desfavoráveis ao equilíbrio familiar, nomeadamente, as dificuldades em conciliar o papel familiar com o trabalho. É ilustrativa a fala de uma participante:

*Porque aqui não é a minha casa, é da minha mãe porque se fosse minha tava mais limpa, mais valorizada; porque eu tenho as criança pra cuidar, tenho as coisa pra cuidar e eu não tenho tempo pra ficar cuidando da minha casa ainda.*

*Agora o meu marido não me leva pra pescar, não. Só ele que sai pra pescar. Eu não. Eu fico em casa cuidando da casa. Por causa do meu filho eu não posso mais sair. Ele vai só.* (participante #2m, VA)

No domínio *contribuição do trabalho para a satisfação com a vida*, a categoria “realizar-se no trabalho” evidencia a exploração de conhecimentos, capacidades e talento profissional como dimensões do contributo do trabalho para a satisfação com a vida. A categoria difere dos demais resultados, pois, os participantes respondem com a frequência típica. Um participante relata a realização de seu sonho de trabalho:

*Esse outro curso aqui, passei no curso, e ai quando foi um dia, um dos tuxaua me chamou pra eu ir trabalhar; se eu podia ser responsável por essa máquina. E desde lá, a gente ficou por aqui lutando por essa comunidade e trabalhando. Então, eu fiquei pensando como é que é...um sonho se realiza, se a gente... dum sonho se tornou real.* (participante #1H, VA)

Ainda realizar-se no trabalho também está relacionado com o desenvolvimento pessoal através do conhecimento, da experiência pessoal e do aperfeiçoamento no trabalho. Nesse sentido um participante confirma o trabalho enquanto contributo para a satisfação com a vida:

*Um dia eu trabalhava na minha área que é montagem de manutenção de computadores e era uma coisa que eu gostava muito de fazer. Eu trabalhei aprendi a mexer, fazer quase tudo porque a aula de computação vai sempre evoluindo ou então, vai ficando pra traz. Ai como não deu mais certo, eu sai; viajei, fui fazer vários cursos fora. É uma coisa boa na minha vida.* (participante #2h,VA)

A categoria “ter produção agrícola” sinaliza para o desenvolvimento satisfatório do trabalho, pois, com o crescimento e colheita da produção “*ela vai coisando, ela vai crescendo, a gente vai contando já pra produzir*”. (participante #1H, D)

Quanto a categoria “ter condições de trabalho”, o mesmo participante relata sua satisfação ao trabalhar em ambiente físico favorável a realização do mesmo:

*Eu fiquei alegre que eu to vendo minha maniva; tá ficando grande. Eu fiquei satisfeito porque quando eu cheguei, plantei. Olha: tá tudo aqui. Agora eu tô*

*alegre com ela. A gente ficava assim, todo alegre quando via a mandioca bonita quando tirava e escolhia. E ai não abandono! Deixa ela de mão pra lá e trabalha na terra firme; onde mandar ela dá. Então, eu fico satisfeito com isso. Tá tudo bem pra nós, isso daí. Larguei a beira do rio.* (participante #1H, D)

Na categoria “ajudar a família”, verifica-se que o trabalho também se relaciona com a satisfação com a vida quando permite o apoio familiar. Este apoio pode ser ao nível afetivo ou através de incentivos às atividades agrícolas.

Por sua vez, a categoria “ajudar a comunidade”, evidencia que a participação no trabalho comunitário também é uma forma concreta de entender o trabalho em seu contributo para a satisfação com a vida. É como declara uma participante:

*É, contribui para a satisfação com a vida porque é a partir do trabalho é que a gente desenvolve mais. Porque eu tô vendo o desenvolvimento na comunidade por causa desse incentivo ao trabalho, ao plantio da lavoura. Então é, os meus tios, eles tão investindo, tendo mais, então dá pra se sustentar e viver melhor com o trabalho, com esse trabalho.* (participante #2m, I)

A concretização das “aspirações de carreira”, nomeadamente, através do reconhecimento profissional é outro contributo do trabalho para a satisfação com a vida. É ilustrativa a fala de um participante: “*O primeiro plantio que a gente trabalhou, ai deu bem. Trabalhou e ficou tirando a fartura no primeiro plantio. Ele ficou conhecido aqui como o primeiro plantio aqui da Ilha, o primeiro plantio ficou muito bom*”. (participante #2h, I)

“Ter remuneração” é a categoria que visa recompensa monetária com o trabalho. Ser remunerado com o trabalho possibilita atender as necessidades básicas relacionadas à organização doméstica e ao trabalho e, desse modo, a satisfação com a vida. É como um participante declara: “*Aquele dinheirinho que a gente recebe serve pra gente comprar alguma coisa, pagar alguma conta e vai vivendo assim. E por outro lado, a gente mexe com a agricultura e mesmo que tudo caro, tem que enfrentar a vida*” (participante #1H, VA).

No domínio *insatisfação com o trabalho*, a categoria “problemas de produção” refere à falta de apoio técnico-agrícola: “*Nós tivemos um trabalho numa lavoura de arroz. Nós pensava que ia produzir muito arroz. Mas pela falta de técnico pra orientar nos ajudar a adubar..., ai nós mesmo adubemo ele. Só que deu errado*”. (participante #2H, D)

Além da falta de apoio técnico, a destruição de plantações também é um problema causador de insatisfação com o trabalho. Isto é detetável na fala de outro participante:

*Uma vez que nós plantemo aqui ano passado, tava tudo bem feito, tava verdinho a maniva, ai veio o porco do senhor que morava aqui próximo, derrubou, balançou, acabou com tudo. E ai nós fiquemo sem produto pra nós poder se alimentar.* (participante #1h, B)

A categoria “expectativas frustradas” é a categoria que também difere dos demais resultados, pois, os participantes respondem com a frequência rara para o trabalho não concretizado.

A categoria “condições de trabalho” aponta para a insatisfação com o trabalho quando a condição humana e ambiental é desfavorável ao desenvolvimento do mesmo:

*Eu comecei a trabalhar com cinco ano, carregar mandioca, na costa. Eu apanhei muito pra mim poder dominar o pescoço. Quando botava jamanxin, jamanxin caia. Ai eu colocava. Ai eu apanhei demais. E ralava mandioca até duas horas, doze hora da noite.* (participante #3M, VA)

A categoria “desvalorização do trabalho” indica insatisfação com o trabalho. A desvalorização do trabalho sinaliza para questões pecuniárias, negligência à responsabilidade com o papel do trabalhador ou mesmo por juízo de valor sobre o trabalho que se realiza: “*Se eu não estudo, ai vou trabalhar na roça; ai se você estuda passa a ser uma coisa empregada ai você não quer voltar pro trabalho na roça, porque você já sabe o que que você passa lá*”. (participante #2h, I)

Por sua vez, na categoria “desajustamento vocacional”, a insatisfação ocorre quando não há ajustamento ao papel que se desempenha no trabalho: “*trabalham*

*porque é o jeito, ele não gosta daquilo que faz, faz por obrigação e sem querer*". (participante #2h, CA)

“Seguir carreira” é a categoria do domínio *planos de vida*, em que os participantes referem os seus planos nos diferentes papéis da carreira. Focado no papel de trabalhador, um dos participantes refere: “*Eu pretendo ser um médico veterinário, estudando, batalhando. Quem luta consegue, então eu sei que eu vou chegar lá onde eu quero*” (participante #2h, CA). Outra participante liga os planos no papel estudante aos planos no papel de trabalhador: “*Assim, eu quero estudar, terminar meu curso, eu quero trabalhar. Eu quero ter meu emprego e não é só aquilo. Não é só interior, é você ter seu salário, você ter seu dinheiro, seguir carreira*”. (participante #3m, CA)

## **6.2. Diferenças de gênero na satisfação com a vida e com o trabalho**

A tabela 6.2, relativas a diferenças de gênero na satisfação com a vida e com o trabalho, identificamos nas mulheres um padrão evidenciando o papel da família para a satisfação com a vida e com o trabalho. Assim, no domínio *insatisfação com a vida*, as participantes mulheres respondem com frequência variante para a categoria “condição familiar”. Neste caso, a condição familiar impede a continuidade dos estudos: “*é porque é trabalhoso você ficar em casa, você continuar aquela... a sua vidinha mesmo. Então, por enquanto eu não tô satisfeita com a minha vida, eu quero terminar meus estudos*” (participante #3m, CA). Já os participantes homens respondem com frequência rara à mesma categoria.

Outra expressão do padrão referido é o facto de, no domínio *contribuição do trabalho para a satisfação com a vida*, as mulheres referirem com frequência variante a categoria “ajudar a família”, enquanto os homens respondem a essa mesma categoria com frequência rara. Ilustrando a importância nas mulheres do trabalho para o apoio à família e, conseqüentemente, para a satisfação com a vida, uma participante refere:

*É a partir do trabalho é que a gente desenvolve mais. Porque eu tô vendo o desenvolvimento na comunidade por causa desse incentivo ao trabalho, ao plantio da lavoura. Então, os meus tios, eles tão investindo, tendo mais, então*

*dá pra se sustentar e viver melhor com o trabalho, com esse trabalho.*  
(participante #2m, I)

Tabela 6.2

*Domínios, categorias, frequências sobre satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo o gênero*

Domínio/ Categoria	Participantes	
	Homens N=30	Mulheres N =30
	Frequência	Frequência
Satisfação com a vida		
Apoio divino	Variante	Variante
Estar com a família	Variante	Variante
Estilo de vida	Variante	Variante
Realizar aspirações	Variante	Variante
Ter saúde	Variante	Variante
Ser Macuxi	Variante	Variante
Insatisfação com a vida		
Não realizar aspirações	Variante	Variante
Mal-estar físico e/ou psicológico	Variante	Variante
Condição familiar	Raro	Variante
Contribuição do trabalho para a satisfação com a vida		
Realizar-se no trabalho	Típico	Típico
Ter produção agrícola	Variante	Variante
Ter condições de trabalho	Variante	-
Ajudar a família	Raro	Variante
Aspirações de carreira	Raro	Variante
Ter remuneração	Variante	Variante
Ajudar a comunidade	Variante	Variante
Insatisfação com o trabalho		
Problemas de produção	Variante	Raro
Expectativas frustradas	Raro	-
Condição de trabalho	Raro	Raro
Desvalorização do trabalho	Variante	Variante
Desajustamento vocacional	Raro	Variante
Planos de vida		
Seguir carreira	Raro	Raro

Um segundo padrão tem a ver com o facto de as mulheres referirem com maior frequência do que os homens o contributo do trabalho para o desenvolvimento de suas carreiras de trabalho. Nesse sentido, para a categoria “aspirações de carreira”, as participantes mulheres respondem com frequência variante. Os participantes homens raramente respondem a essa categoria. É ilustrativo o relato de uma participante:

*Bom agora eu acho que vai entrar na comunidade esse meu trabalho, porque eu vou participar da associação que é da mulher indígena, ai a gente vai tá desenvolvendo as arte indígena. Assim como eu vou tá ensinando eu vou tá aprendendo com outras. Ai a gente tá formando agora uma associação. Então quando tiver alguma coisa, que vai ter agora o aniversário da comunidade, vai vir gente, vai querer conhecer as arte, alguma coisa do desenvolvimento da*

*comunidade. Então, eu acho que eu vou tá contribuindo com isso.* (participante #3m, I)

Em estreita relação com estes dois padrões de resultados, no domínio *insatisfação com o trabalho*, são as mulheres que apresentam maior apreensão aos desajustes vocacionais, respondendo com frequência variante para a categoria “desajustamento vocacional”, enquanto os participantes homens respondem com frequência rara. A propósito refere uma das participantes: “*eu não era tranquila com aquilo ali que eu fazia, porque era muito apertado pra gente. Entrava as seis, às vezes saia oito e meia da noite. Então pra mim aquilo dali era um aperreio que eu passava*” (participante #2M, CA).

Quanto aos resultados que não se situam num padrão específico temos no domínio *contribuição do trabalho para a satisfação com a vida*, só os homens respondendo com frequência variante na categoria “ter condições de trabalho” e as mulheres não fazem qualquer referência às condições de trabalho. Para os homens o desenvolvimento de trabalho em ambiente físico favorável à realização do mesmo relaciona-se com satisfação com a vida. Um participante relembra um fato ocorrido e relata:

*De satisfação, foi um dia que nós fomos trabalhar numa roça com os meus irmão. Ai tava muito quente, ai fiquei assim pensando: se eu trabalhar muito no sol, ai fica. Aqui tá mais moreninho. Pensei mesmo ficar só na cozinha. Ai tô tendo satisfação.* (participante #3h, D)

No domínio *insatisfação com o trabalho*, os participantes homens demonstram insatisfação com os problemas surgidos com a produção do trabalho rural, nomeadamente com o trabalho agrícola. De fato, respondem com frequência variante para a categoria “problemas de produção” enquanto as mulheres respondem à mesma categoria com frequência rara. Vejamos o que responde um dos participantes: “*nós botemos uns seis linha de milho, ai quando adquiriu num deu, porque os animais: os papagaio, periquito, devoraram quase tudo essas seis linha e tivemos prejuízo*”. (participante #2H, D)

### 6.3. Diferenças segundo a idade relativamente à satisfação com a vida e com o trabalho

Os resultados que se apresentam referem os domínios e categorias sobre satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas Macuxi em função da faixa etária (tabela 6.3). Para a faixa-etária de 18-25 anos, estaremos referindo como “participantes jovens”. Para a faixa-etária de 50-65 anos, referiremos como “participantes de maior idade”.

Tabela 6.3

*Domínios, categorias, frequências sobre satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo a faixa-etária e escolaridade*

Domínio/ Categoria	Participantes	
	N=30	N=30
	Idade 18-25 frequência	Idade 50-65 frequência
Satisfação com a vida		
Apoio divino	Variante	Variante
Estar com a família	Variante	Variante
Estilo de vida	Variante	Variante
Realizar aspirações	Variante	Variante
Ter saúde	Variante	Variante
Ser Macuxi	Variante	Variante
Insatisfação com a vida		
Não realizar aspirações	Variante	Variante
Mal-estar físico e/ou psicológico	Raro	Variante
Condição familiar	Variante	-
Contribuição do trabalho para a satisfação com a vida		
Realizar-se no trabalho	Típico	Típico
Ter produção agrícola	Variante	Variante
Ter condições de trabalho	Raro	Raro
Ajudar a família	Raro	Variante
Aspirações de carreira	Variante	Variante
Ter remuneração	Variante	Variante
Ajudar a comunidade	Variante	Variante
Insatisfação com o trabalho		
Problemas de produção	Variante	Variante
Expectativas frustradas	Raro	Raro
Condição de trabalho	Variante	Variante
Desvalorização do trabalho	Variante	Variante
Desajustamento vocacional	Variante	Raro
Planos de vida		
Seguir carreira	Variante	-

Uma vez que em função da idade não se evidenciam padrões de resultados bem definidos, estes são apresentados domínio a domínio. Assim, no domínio *insatisfação com a vida*, os participantes de maior idade percebem o desconforto físico ou psicológico como fator de insatisfação e respondem com frequência variante para a

categoria “mal-estar físico ou psicológico”. O relato de um dos participantes ilustra a insatisfação causada por problemas com sua saúde:

*Eu tive um problema de saúde em 2008 que é essa diabete, ela é coisa demais assim, sabe que eu nunca tive essa doença não, mas quando ela me pegou, quase me mata. E ai eu passei dois ano direto no hospital tomando remédio aqui, acolá, ai depois eu passei mais um ano tomando remédio caseiro. E eu tô um ano que eu não vou pro hospital, por causa que eu tô tomando remédio caseiro. (participante #3H, VA)*

Os participantes jovens raramente demonstram insatisfação nesse aspeto.

Ainda no domínio *insatisfação com a vida*, são somente os mais jovens que respondem com frequência variante para a categoria “condição familiar”, enquanto os participantes de maior idade não referem esta categoria. A categoria sinaliza para a percepção desfavorável ao desenvolvimento de atividades relativas ao âmbito familiar. Uma participante relata sua insatisfação: “*é porque é trabalhoso você ficar em casa, você continuar aquela... a sua vidinha mesmo. Então, por enquanto eu não tô satisfeita com a minha vida, eu quero terminar meus estudo*”. (participante #3m, CA)

No domínio *contribuição do trabalho para a satisfação com a vida*, os resultados sugerem os participantes de maior idade como os mais atentos aos contributos do trabalho no apoio à família. Nesse sentido, os participantes de maior idade respondem com frequência variante para a categoria ajudar a família, enquanto os participantes jovens respondem com frequência rara. A relação do trabalho ao apoio à família ocorre com envolvimento afetivo. Uma participante relembra como apoiou sua família: “*eu acho que única coisa que marcou mais a minha vida foi isso ai, de ajudar eles a criar nossos irmão que eram tudo pequinininho, assim miúdo demais, e era tudo aquela filinha*”. (participante #1M, I)

No domínio *insatisfação com o trabalho*, os participantes jovens sinalizam descontentamento quando fazem um trabalho que não gostam. Assim, respondem com frequência variante para a categoria desajustamento vocacional enquanto os participantes

de maior idade respondem com frequência rara. Eis o que refere um dos participantes: *“Aqui eu não tô fazendo nada assim. Eu trabalho em casa todos os dias. Pra mim ter alguma coisa de valor...aqui eu não consigo nada”*. (participante #3m, VA)

No domínio *planos de vida*, são só os participantes jovens que referem a categoria “seguir carreira”, isto é, com frequência variante dão respostas que evidenciam as suas aspirações no papel de trabalhador e noutros domínios da sua vida. A participante anteriormente citada declara: *“Agora pra mim satisfazer tem que ter, pra mim tá no meu ganho, pra mim tá estudando. Pra mim ter alguma coisa de valor”* (participante #3m, VA).

#### **6.4. Diferenças segundo a escolaridade relativamente à satisfação com a vida e com o trabalho**

Na tabela 6.4 apresentam-se os resultados sobre diferenças na satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi, em função dos níveis de escolaridade. A tabela 6.4 considera duas subamostras; uma relativa aos participantes que só frequentaram o ensino fundamental, independentemente de terem ou não concluído esse nível de escolaridade e a outra relativa aos participantes que frequentaram o ensino médio, independentemente de terem ou não concluído esse nível de escolaridade.

Os participantes da subamostra que só frequentou o ensino fundamental coincidem com os da subamostra de idade entre os 50-65 anos. Por sua vez, a subamostra que frequentou o ensino médio corresponde aos participantes com idades entre os 18 e os 25 anos. Esta sobreposição das subamostras levou que os resultados em função da idade fossem semelhantes aos resultados sobre diferenças entre grupos em função do nível de escolaridade.

Tabela 6.4

*Domínios, categorias, frequências sobre satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas de etnia Macuxi segundo a escolaridade*

Domínio/ Categoria	Participantes	
	Escolaridade	Escolaridade
	Ensino fundamental	Ensino médio
	frequência	frequência
Satisfação com a vida		
Apoio divino	Variante	Variante
Estar com a família	Variante	Variante
Estilo de vida	Variante	Variante
Realizar aspirações	Variante	Variante
Ter saúde	Variante	Variante
Ser Macuxi	Variante	Variante
Insatisfação com a vida		
Não realizar aspirações	Variante	Variante
Mal-estar físico e/ou psicológico	Variante	Raro
Condição familiar	-	Variante
Contribuição do trabalho para a satisfação com a vida		
Realizar-se no trabalho	Típico	Típico
Ter produção agrícola	Variante	Variante
Ter condições de trabalho	Raro	Raro
Ajudar a família	Variante	Raro
Aspirações de carreira	Variante	Variante
Ter remuneração	Variante	Variante
Ajudar a comunidade	Variante	Variante
Insatisfação com o trabalho		
Problemas de produção	Variante	Variante
Expectativas frustradas	Raro	Raro
Condição de trabalho	Variante	Variante
Desvalorização do trabalho	Variante	Variante
Desajustamento vocacional	Raro	Variante
Planos de vida		
Seguir carreira	-	Variante

No domínio *insatisfação com a vida*, os participantes com escolaridade no ensino fundamental indicam com frequência variante a categoria “mal-estar físico e/ou psicológico” como fator de insatisfação. Ilustrando o tipo de resposta uma das participantes refere: *Então, eu fico triste assim quando eu vejo os outro que não tem nada mesmo. Ai eu fico triste*” (participante #3M, B).

Por sua vez, os participantes com escolaridade no ensino médio respondem com frequência rara para esta insatisfação com a vida.

Ainda no mesmo domínio, são os participantes com escolaridade no ensino médio que respondem com frequência variante para a categoria “condição familiar”. A categoria sugere condições desfavoráveis na família relativas a dificuldades em conciliar atividades de trabalho ou mesmo dificuldade financeira. É como um participante revela seu descontentamento com sua condição de vida: *“Eu me sinto insatisfeito sim, um pouco, não totalmente, mas me sinto insatisfeito. É, nas condições*

*de vida, vida financeira, nas condições de vida que não é tão boa pra mim*". (participante #2h, CA)

Relativamente ao domínio *contribuição do trabalho para a satisfação com a vida* surge um padrão que evidencia os participantes com escolaridade no ensino fundamental com maior frequência referirem que o trabalho permite o apoio afetivo à família (e.g. ajudar a criar os irmãos) o através aos familiares na realização do trabalho agrícola. São eles que referem com maior frequência (variante) do que os participantes com o ensino médio (rara) para a categoria "ajudar a família". Um participante relata a satisfação que sente com o trabalho no apoio à família:

*Hoje nós tamo com o trabalho, a gente tamo desenvolvendo o trabalho que ela chega a fortalecer a cada um da família que hoje vive aqui dentro da comunidade. Então, é por isso que eu fico alegre com cada família hoje tá se fortalecendo com quem tá trabalhando no trabalho de hoje*". (participante #3H, D)

No domínio *insatisfação com o trabalho*, os participantes com escolaridade no ensino médio demonstram descontentamento quando fazem um trabalho que não gostam. Dessa forma, respondem com frequência variante para a categoria "desajustamento profissional". É ilustrativo a seguinte fala:

*Quando eu tava trabalhando em Santa Helena, eu trabalhava assim pra outra pessoa, pra mim foi ruim porque tinha muita exigência, muita exigência do patrão, ai tinha que chegar no horário e tal. Era tudo no rendimento dele, assim organizado as coisa dele assim. Então, tudo tinha que tá na lei dele; ele quando chegava assim: ah porque rasgou isso, isso e isso. Então, pra mim foi muito ruim*. (participante #3m, I)

Os participantes com escolaridade no ensino fundamental respondem com frequência rara para a categoria desajustamento profissional.

No domínio *planos de vida*, os participantes com escolaridade no ensino médio respondem com frequência variante para a categoria "seguir carreira". Nesse sentido, um participante perspectiva os estudos e o trabalho para si: "*Daqui a um tempo eu tenho dinheiro pra mim fazer meus curso. Ai eu queria ter um pouquinho de tempo assim pra mim trabalhar mas eu hoje não tenho tempo não*" (participante #3h, I).

## **6.5. Discussão sobre a Satisfação com a vida**

Como parte integrante da pesquisa serão apresentados resultados que descrevem os dados obtidos sobre a satisfação de indígenas Macuxi com a sua vida e com o trabalho. A análise de dados conduziu à definição de cinco domínios referentes a satisfação com a vida dos Macuxi (Tabela 6.1) referidos como, satisfação com a vida, insatisfação com a vida, contribuição do trabalho para a satisfação com a vida, insatisfação com o trabalho e, planos de vida. Estes resultados passam a ser discutidos na amostra total e tendo em conta as variáveis demográficas consideradas: gênero, idade e escolaridade.

### **6.5.1. A satisfação com a vida e com o trabalho na amostra total**

Conforme os resultados expostos na tabela 6.1, com exceção das categorias “realizar-se no trabalho” e “expectativas frustradas”, todas as categorias configuram homogeneidade nas respostas uma vez que, genericamente, a frequência das respostas foi variante. Fundamentado na revisão da literatura, é possível que a baixa frequência de respostas ao nível da satisfação com a vida (i.e. variante) não expresse insatisfação dos participantes com a vida, mas que resulte do fato de valores como os de felicidade e de satisfação com a vida, salientes em culturas individualistas, não o serem em culturas mais coletivistas como a Macuxi. Neste tipo de cultura, valores interpessoais e relativos à harmonia e respeito pelo outro tendem a prevalecer, o que justifica que os valores de satisfação com a vida possam não estar tão presentes (Diener & Suh, 1999). Neste sentido, os resultados corroboram perspectivas que não consideram universais os constructos de bem-estar e da satisfação com a vida (Christopher, 1999; Lent, 2004). Assim, se dimensões como as emoções individuais ou ter um propósito na vida podem ser relevantes em culturas como a Macuxi, outras dimensões deverão ser consideradas na avaliação da satisfação com a vida neste tipo de culturas.

Outra possibilidade explicativa para a baixa frequência de respostas relativas à satisfação com a vida pode encontrar-se na discriminação e opressão a que este tipo de populações estiveram sujeitas ao longo da sua história. A investigação tem evidenciado o efeito negativo da discriminação na saúde mental (Williams & Williams-Morris, 2000) e na satisfação com a vida (Ojeda & Brandy, 2013), pelo que o passado de

discriminação e opressão dos Macuxi pode justificar a menor expressão de satisfação com a vida.

Só a categoria “realizar-se no trabalho” foi tipicamente respondida pelos participantes como dimensão do trabalho que contribui para a satisfação com a vida. Isto é, os participantes consideraram de forma típica que o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e talentos profissionais, bem como sentir-se respeitado, valorizado e/ou prestigiado no trabalho realizado, contribuem para a sua satisfação com a vida. Este resultado se confirma com a literatura estudada que perspectiva o trabalho como uma das dimensões centrais à vida dos indivíduos e por isso, contribui (ou não) para o bem-estar (Diener, 2000; Hartung & Taber, 2008).

Fundamentado na perspectiva psicológica de Blustein (2006) sobre o significado do trabalho na vida das pessoas, é possível inferir que o trabalho contribui para a satisfação com a vida, pois permite resolver necessidades psicológicas básicas como as de autonomia, competência e relação. De fato, as respostas dos participantes corroboram esta hipótese pois, neles, a satisfação com a vida relaciona-se com o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e talentos profissionais (resolução de necessidades de competência) bem como sentir-se respeitado, valorizado e/ou prestigiado no trabalho (i.e. resolução de necessidades de relação e autonomia).

### **6.5.2. Gênero e satisfação com a vida e com o trabalho**

Como se pode verificar a partir da tabela 6.2 não existem grandes diferenças entre homens e mulheres na satisfação com a vida e com o trabalho. Apesar das diferenças existentes referirem respostas com frequência em variante e raro, vale ressaltar um padrão que emerge, revelando a dicotomia entre o papel familiar e o de trabalhador sempre que as diferenças de resultados são favoráveis às mulheres. Por um lado, a saliência do papel familiar para as mulheres revela-se quando referem com maior frequência do que os homens a “condição familiar” associada à insatisfação com a vida e quando expressam o “apoio à família” como uma faceta do seu trabalho que contribui para a satisfação com a vida. Por outro lado, a saliência do papel de trabalhador também emerge quando as mulheres, mais do que os homens, referem que ter “aspirações de carreira” é um contributo do trabalho para a satisfação com a vida e, que o “desajustamento vocacional” é fonte de insatisfação com o trabalho.

Por sua vez, nos homens, as diferenças de gênero só lhes são favoráveis em categorias que sugerem a saliência do papel de trabalhador para a satisfação ou insatisfação com a vida. Isto é, os homens referem com frequência variante que “ter condições de trabalho” é um contributo do trabalho para a satisfação com a vida, enquanto as mulheres nunca referem tal questão. Os homens também referem com frequência variante que os “problemas de produção” são fonte de insatisfação com o trabalho enquanto as mulheres o referem com frequência rara.

Nas mulheres, esta dicotomia trabalho versus família está na linha dos resultados obtidos no estudo sobre o significado do trabalho na vida dos Macuxi, onde as mulheres mais do que os homens consideram as atividades realizadas em casa como sendo de trabalho. Assim, mais uma vez, os resultados revelam o lugar central da família na vida das mulheres Macuxi, marcando pela positiva e pela negativa a satisfação com a vida. Marcando pela positiva enquanto espaço de convivência, de relações sociais positivas. Marcando pela negativa e, por isso, fonte de insatisfação com a vida, quando não permite condições para conciliar o papel familiar com o de trabalhador. No entanto, para as mulheres o papel de trabalhador também se revela central pois referem, mais do que os homens, o desajuste vocacional como fonte de insatisfação com o trabalho e as aspirações de carreira uma fonte de satisfação com a vida.

A dicotomia pode evidenciar que tal como nas sociedades da era da informação, também na cultura Macuxi a satisfação com a vida nas mulheres passa muito por um equilíbrio entre a satisfação nos papéis de trabalhador e familiar, na medida em que são atribuídos significado e sentido aos papéis que realizam. Isto é, quando o trabalho permite resolver necessidades precocemente estruturadas e centrais a todas as dimensões da vida e, quando as pessoas constroem e implementam planos profissionais dando ordem à sua vida e a projetam no futuro (Cardoso, 2012). A construção de planos no papel de trabalhador e familiar e, nos restantes papéis da carreira também perspectivada nos Macuxi, é uma forma de apoio à construção da intencionalidade necessária para viverem a vida de forma mais completa e, assim, mais satisfatória (Hartung & Taber, 2008).

### **6.5.3. Idade, escolaridade, satisfação com a vida e com o trabalho**

Os resultados que referem diferenças etárias e de escolaridade na satisfação com a vida e com o trabalho de indígenas Macuxi são discutidos em conjunto por serem similares. O fato deve-se à subamostra dos jovens coincidir com a dos mais escolarizados enquanto a subamostra dos participantes na faixa-etária de 50-65 anos coincide com os menos escolarizados. Genericamente, os resultados evidenciam que em função da idade e da escolaridade não existem grandes diferenças na percepção que os participantes têm da sua satisfação com a vida e com o trabalho. Desse modo, o resultado sugere que, entre os participantes Macuxi, a idade e a escolaridade não se relacionam significativamente com as experiências subjetivas de bem-estar na vida e no trabalho. Este resultado pode explicar-se com o fato de, genericamente, não haver categorias de resposta com frequência típica ou geral. Assim, ao se constituírem subamostras, as frequências de resposta ainda se distribuíram mais pelas categorias, não possibilitando a expressão de diferenças entre os subgrupos considerados.

Só se verificam diferenças em função da idade e da escolaridade em quatro categorias e entre respostas de frequência variante e rara. Apesar de residuais, estas diferenças são merecedoras de comentário pois evidenciam o efeito da idade e da escolaridade. Assim, os mais idosos referem com mais frequência do que os jovens o “mal-estar físico e/ou psicológico” como fontes de insatisfação com a vida. Este resultado pode explicar-se por o aumento da idade levar a maior frequência de problemas de saúde e isso contribuir para os mais idosos considerarem o mal-estar físico e/ou psicológico como fonte de insatisfação com a vida.

Os mais idosos também referem com maior frequência o “apoio à família” como fator de satisfação com a vida. O resultado pode explicar-se por os participantes entre os 50 e os 65 anos estarem numa fase da sua vida em que há mais responsabilidade na garantia do apoio familiar, do que entre participantes de 18-25 anos onde o papel de estudante tende a ser mais saliente (i.e. note-se que são os mais escolarizados). O maior envolvimento dos participantes de 50-65 anos no apoio à família e o maior envolvimento dos mais jovens com o papel de estudante pode justificar que os primeiros considerem mais do que os segundos, o apoio à família como fonte de satisfação com a vida.

Os participantes mais jovens e mais escolarizados referem com mais frequência do que os mais idosos e menos escolarizados o “desajustamento vocacional” como fonte

de insatisfação com o trabalho e a importância de “ter uma carreira”. Os jovens Macuxi estão numa fase da sua vida em que precisam de se autonomizar relativamente à família e, ao mesmo tempo, sendo mais escolarizados também podem ser mais exigentes quanto à construção de uma carreira ajustada ao nível e tipo de habilitações conseguido. A própria escassez de emprego do lugar não atende a demanda de empregabilidade ao mercado, impulsionando o êxodo rural, atingindo principalmente os jovens que buscam melhorias de suas carreiras em cidades vizinhas ou na capital do Estado. Em sua maioria, os jovens que permanecem no espaço rural fazem suas escolhas vocacionais influenciados por representações positivas e negativas das profissões desempenhadas por seus pais (Celen, Cok, Bosma, & Djurre, 2006; Whiston & Keller, 2004).

A conjugação destes fatores pode justificar que os jovens sejam mais sensíveis, do que os participantes entre os 50 e 65 anos, ao desajustamento vocacional como fonte de insatisfação com o trabalho e à importância de ter uma carreira. Possivelmente, os participantes mais idosos por se perceberem mais engajados devido a própria experiência adquirida ao longo da carreira quando adotam transições ajustadas entre os recursos pessoais e o ambiente (Fry, 1992; Qualls, 1992), portanto tendem a sentir-se mais ajustados ao trabalho que fazem e, por isso não percebem grandes perdas e insatisfações com o trabalho realizado.

## Capítulo 7

### Conclusões

Constata-se que a expansão das pesquisas sobre o trabalho faz-se em múltiplas perspectivas teóricas (e.g. psicologia, sociologia, antropologia, história, economia, dentre outras) procurando entender o vínculo dos indivíduos com o mesmo (Blustein, 2006). A centralidade do trabalho na vida das pessoas leva que se abordem temas variados como a satisfação e comprometimento no trabalho, desenvolvimento de carreira, o significado do trabalho na sua vida ou a relação do trabalho com o bem-estar individual.

Na nossa pesquisa o foco foi no significado do trabalho entendido enquanto conjunto de crenças, valores e sentimentos construídos na relação com a atividade realizada. Tais significações, construídas num processo dinâmico e multidimensional que conjuga variáveis psicológicas e ambientais, dependem da importância do trabalho nas nossas vidas (Masdonati & Fournier, 2015; MOW, 1983). Ao consistir-se de sentido e por estar absorto em conteúdo de tarefas, de relações de poder no sistema hierárquico, de responsabilidades e ainda, por estar no patamar da recursividade e de constituição dialética, o trabalho influencia significativamente o processo de satisfação das necessidades e de autorrealização, à medida que são colocados aspetos de individualidade, personalidade, capacidades intelectuais, habilidades, sentimentos, paixões, ideias e ideologias humanas (Heller, 2000).

Ao longo dos tempos, foram os processos históricos concernentes a questões ideológicas, políticas, econômicas, culturais, ecológicas, sociais e conseqüentemente as relações de produção que estiveram circunscrevendo os significados atribuídos ao trabalho (Lapierre, 1973). Com os Macuxi não foi diferente, pois, ao longo dos fatos historicamente constituídos, a qual referimos no capítulo 3 desta tese, o trabalho veio sofrendo mudanças quanto a concepção, prática e estruturação de acordo com as culturas e políticas vivenciadas em cada momento e em cada lugar. Configurado pela mão-de-obra escrava, o trabalho Macuxi veio atender a demandas socioeconômicas vigentes no período da colonização do norte do Brasil, nomeadamente no Rio Branco, em

detrimento de suas atividades tradicionais, imbrincadas por crenças e valores culturalmente arraigados na ancestralidade portanto, sendo representado por uma rotina mediada pelo “fazer” para o autoconsumo. O rendimento às práticas exógenas levou os Macuxi a comportamentos de aculturação. À sua maneira, ritualizaram tais comportamentos pois, deles não podiam fugir e nem tão pouco agiam na total submissão. Processo que, ao longo do tempo foi dando significado a essas novas ações. Nessa perspectiva, os Macuxi desenvolvem suas atividades apreendidas num tempo subjetivo, com base na indissociabilidade entre individual e coletivo, e com ações imbuídas de significados por onde traçam suas trajetórias de vida.

Para estudar o significado do trabalho e a satisfação com a vida dos indígenas de etnia Macuxi adotamos um quadro teórico e metodológico que melhor servisse o nosso propósito. A perspectiva teórica foi a do construtivismo pois permitiu olhar o significado do trabalho como construção social (Savickas, 2013). Nesta perspectiva, enfatizou-se a análise das especificidades contextualizadas do comportamento humano e, deste modo, abriu-se espaço ao estudo do significado do trabalho em múltiplos contextos e populações. Na mesma matriz conceitual, usamos a metodologia Consensual Qualitative Research (CQR; Hill, Thompson, & Williams, 1997) a qual permitiu captar em profundidade a experiência interna dos participantes (Hill et al., 2005).

Este conjunto de razões justificaram a matriz teórica e metodológica adotada para atingir os objetivos propostos na nossa pesquisa. Propusemos estudar o significado do trabalho e a satisfação com a vida nos indígenas de etnia Macuxi. A este objetivo geral, adicionamos três objetivos específicos para conseguir um entendimento mais completo do fenômeno em estudo:

- 4) Estudar diferenças de gênero no significado do trabalho e satisfação com a vida;
- 5) Estudar diferenças em função da idade relativamente ao significado do trabalho e satisfação com a vida;
- 6) Estudar diferenças em função da escolaridade no significado do trabalho e satisfação com a vida.

Seguidamente apresentam-se as conclusões gerais dos estudos realizados, estruturadas como respostas às questões de investigação colocadas inicialmente. Depois referem-se algumas das limitações dos estudos realizados e, por fim, referem-se novas

possibilidades de investigação. Estas deixam antever os caminhos que projetamos para futuras investigações sobre o significado do trabalho.

### **7.1. As respostas possíveis**

#### *Qual o significado do trabalho para os indígenas de etnia Macuxi?*

Os resultados revelam os Macuxi perceberem o trabalho como central em suas vidas. É com o trabalho que estabelecem formas de regulação e diversificação de atividades que realizam, essencialmente de forma sustentada com o ambiente. Assim, é no segmento rural que os Macuxi têm impulsionado suas forças de trabalho à melhoria de renda e ao sustento próprio e familiar. Portanto tornam essa, uma atividade central em suas vidas ao cumprir com sua função econômica no atendimento das demandas por satisfação de necessidades de sobrevivência.

#### *Existem diferenças no significado atribuído ao trabalho em função do gênero, da idade e do nível de escolaridade dos participantes?*

São os homens Macuxi, mais do que as mulheres, que associam o trabalho à atividade profissional remunerada. Por sua vez, mais do que os homens Macuxi, as mulheres consideram que as atividades realizadas no âmbito do privado são de trabalho. Este conjunto de resultados evidencia a representação sexista do trabalho, como se o domínio do profissional fosse, fundamentalmente, o espaço dos homens enquanto o domínio do privado pertencesse às mulheres, na sociedade Macuxi. Neste aspeto, os resultados evidenciam paralelismos com as sociedades industrializadas, não só quanto à dicotomia referida, mas também quanto ao fato de o peso da tradição histórica tender a preservar determinados valores independentemente de toda a evolução social. No entanto, vale ressaltar que a escolaridade constitui-se em variável importante, principalmente, quando seu efeito sugere atenuar essa dicotomia entre público e privado. Isto é, na medida em que o currículo como artefacto cultural propicia o envolvimento com outras realidades que contrastam com as do contexto cultural de pertença (Silva, 1999).

Os papéis de trabalho estiveram inflexíveis na relação de gênero por muito tempo. Por essa perspectiva percebe-se o porque de serem os homens Macuxi a dar maior

importância ao trabalho comunitário e a perceberem a influência da cultura na produção de utensílios, pois naturalmente articulavam a vida no espaço público. No entanto, a relação de gênero inviolável aos papéis de trabalho apresenta-se mais flexível na medida em que mulheres, mais que os homens, dão atenção à produção agrícola; o que configura a saída do espaço doméstico para o espaço público fazendo-as provedoras na satisfação com a produção agrícola, portanto garantindo-lhes posicionamento perante os dois espaços de convivência. Outro resultado revela não só as mulheres, mas também as pessoas mais idosas (i.e. homens e mulheres) como as mais atentas às perdas culturais sofridas com o processo de aculturação refletido na língua materna considerada “gíria”, na utilização de sementes que deixaram de ser usadas na costura e, com a terra que deixou de ser essencialmente cultivada com adubo natural. Este resultado pode ser explicado com a possibilidade da escolaridade tender a impor os valores da cultura individualista aos Macuxi mais jovens, portanto cabendo aos participantes menos escolarizados (i.e. os mais velhos) sinalizarem com maior pesar às mudanças geradoras de algumas perdas culturais.

Também são os mais idosos, os mais atentos a perceberem a importância do trabalho ao dar sentido à vida e por o mesmo ser saudável, pois, elencam a saúde ao papel do trabalho, como também estendem a importância do trabalho à ajuda comunitária. Dessa forma, evidencia-se a desconstrução do paradigma que julga a velhice como um fardo social pois, permanecem ativos e beneficiários do seu desenvolvimento dentro da comunidade. Portanto são eles, os menos escolarizados, que possivelmente estiveram menos expostos ao efeito da cultura individualista veiculada nos currículos e mídia, do que os mais escolarizados. São eles também os que mais percebem as perdas culturais revelarem que o conhecimento ancestral se efemera.

A compreensão do que é essencial à vida, não perpassa pela escolarização ao ponto de fazer valer menos ou mais suas escolhas perante o universo referencial em que vivenciam suas vidas de trabalho. Neste caso, o que se supõe estar em questão, são as experiências e atitudes tomadas por esses participantes perante os acontecimentos. Isto é, atitudes balizadoras dos valores atribuídos ao trabalho que consequentemente ocupam um lugar central em suas vidas (Blustein, 2006).

*Que percepção têm os indígenas Macuxi da sua satisfação com a vida?*

De modo genérico, os participantes referem com baixa frequência satisfação com a vida, o que pode resultar do fato de valores como os de felicidade e de satisfação com a vida salientes em culturas individualistas, não o serem em culturas mais coletivistas como a Macuxi (Christopher, 1999; Diener & Suh, 1999; Lent, 2004). No entanto, a investigação sugere o contributo do trabalho para a satisfação com a vida nos indígenas de etnia Macuxi. Com frequência típica, os participantes referem sentirem-se satisfeitos com a realização ou com os resultados alcançados à medida que se empenham numa atividade de trabalho. Os Macuxi percebem o trabalho como um contributo para o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e talentos profissionais e, possivelmente como instrumento para resolver necessidades psicológicas básicas como as de autonomia, competência e relação (Blustein, 2006).

*Existem diferenças na percepção que os indígenas Macuxi têm da sua satisfação com a vida em função do gênero, idade e escolaridade?*

É significativo voltar a ressaltar o padrão que evidencia a dicotomia entre o papel familiar e o de trabalhador onde as mulheres, mais do que os homens, consideram as atividades realizadas em casa como sendo de trabalho. Assim, revela-se o lugar central da família na vida das mulheres Macuxi, marcando pela positiva a satisfação com a vida enquanto espaço de convivência, de relações sociais positivas. Por outro lado, marcando pela negativa por ser fonte de insatisfação com a vida, quando não permite condições para conciliar o papel familiar com o de trabalhador. Vê-se também a saliência do papel familiar para as mulheres e jovens com escolaridade no ensino médio (i.e. homens e mulheres) revelar-se pela condição familiar associada à insatisfação com a vida, principalmente por encontrarem dificuldades em conciliar o papel familiar com o trabalho.

Apesar da dicotomia entre público e privado (Richardson, 1993), o papel de trabalhador também se revela central para as mulheres Macuxi, pois salientam as aspirações de carreira como contributo do trabalho para a satisfação com a vida. Tendo em vista que a mulher Macuxi conquistou sua visibilidade perante os homens e a sociedade, elas também desejam seguir estudando na busca de ampliar seus conhecimentos em benefício de si e de sua comunidade, nomeadamente com o estudo

escolar a fim de ingressar na faculdade ou mesmo seguir aprendendo e ensinando a fazer a arte indígena.

Para explicar esta associação entre as aspirações e satisfação com a vida nas mulheres Macuxi recorreremos à perspectiva integrativa de David Blustein (2006) sobre o significado do trabalho na vida das pessoas. Na medida em que o trabalho permite resolver necessidades precocemente estruturadas e centrais a todas as dimensões da vida, as aspirações das pessoas são uma das formas que usam para dar ordem à sua vida (Cardoso, 2012). Isto é, através dos planos que constroem para o futuro nos diferentes papéis, as pessoas em geral e as mulheres Macuxi, em particular, procuram um sentido para a sua vida e, isso é fonte de bem-estar e satisfação com a vida. A construção de planos no papel de trabalhador e familiar e nos restantes papéis da carreira é uma forma das mulheres Macuxi construírem a intencionalidade necessária para viverem a vida de forma mais completa e assim, mais satisfatória.

Somente os homens sinalizam que um ambiente físico favorável à realização do trabalho é percebido como contributo para a satisfação com a vida. Também são eles que mais referem os problemas de produção como geradores de insatisfação com o trabalho.

É possível que para os homens Macuxi, a centralidade do papel de trabalhador associada à importância do trabalho para a sua subsistência possa explicar porque os obstáculos encontrados no trabalho (e.g. falta de apoio técnico ou mesmo a destruição da plantação por intempéries ou pragas) dificultam a produção agrícola e, por isso estejam relacionados com a insatisfação com a vida.

Quanto a idade e a escolaridade, os mais idosos com escolaridade no ensino fundamental são os que mais percebem que o mal-estar físico ou psicológico é fonte de insatisfação com a vida. Podemos sugerir que nessa fase da vida qualquer desconforto físico ou psicológico resultante de doença, de problemas familiares, de solidão ou mesmo relativos a crença espiritual, leva-os a sentirem-se insatisfeitos com a vida e, por isso atribuírem a essas indisposições seus sentimentos de insatisfação com a vida.

A pesquisa também revela as mulheres e os mais idosos (i.e. homens e mulheres) como os que mais referem que ajudar a família é um contributo do trabalho à satisfação com a vida. É também sugestivo pensar que as mulheres Macuxi estiveram mais propensas a realizar papéis afetivos de ajuda ao outro no seio familiar, como também são os mais velhos que mais sentem as exigências cotidianas quanto ao assumir

responsabilidades perante a família, enquanto os mais jovens dedicam-se ao papel de estudante.

Por outro lado, são as mulheres e os participantes mais jovens com escolaridade no ensino médio os que mais apontam para o desajustamento vocacional como fonte de insatisfação com o trabalho, nomeadamente quando não gostam do trabalho que realizam ou mesmo por sentirem-se excluídos ou sobrecarregados com as exigências laborais que os levam a perceber que o desajuste vocacional é fonte de insatisfação com o trabalho.

Os jovens Macuxi (i.e. homens e mulheres) estão numa fase da sua vida em que precisam de se autonomizar relativamente à família e, ao mesmo tempo que são mais escolarizados podem ser mais exigentes quanto à construção de uma carreira ajustada ao nível e tipo de habilitações conseguido. A própria escassez de emprego do lugar a qual pertencem não atende a demanda de empregabilidade ao mercado, impulsionando o êxodo rural que atingi principalmente os jovens que buscam melhorias de suas carreiras em cidades vizinhas ou na capital do Estado. Possivelmente, os participantes mais idosos por se perceberem mais engajados, devido a própria experiência adquirida ao longo da carreira, tendem a sentir-se mais ajustados ao trabalho que fazem e por isso, não percebem grandes perdas e insatisfações com o trabalho realizado.

De algum modo estes resultados evidenciam, na sociedade Macuxi, algumas tensões entre um modo de vida mais tradicional e o impacto da escolarização com consequências noutras perspetivas sobre o mundo e a vida. Tensões que se revelam, por exemplo, na construção de novas aspirações por parte das mulheres Macuxi e na procura de sustento para além das fronteiras da comunidade Macuxi.

A partir do trabalho de campo pudemos constatar que somente o trabalho de casa torna-se limitador de satisfação, *“aqui eu não tô fazendo nada assim. Eu trabalho em casa todos os dias. Aqui eu não consigo nada”* (participante #3m, VA). Ao mesmo tempo, as jovens estudantes percebem que a falta de cursos na comunidade gera insatisfação por causar a descontinuidade de seus estudos. Seus descontentamentos também são atenuados por não encontrarem emprego na comunidade, o que resulta pensar muitas vezes em buscar melhorias de vida fora da comunidade, pois, almejam por trabalho remunerado para estudar e ter bens, é como o relato apresenta, *“eu quero estudar, terminar meu curso, eu quero trabalhar. Eu quero ter meu emprego, e não é só aquilo. Não é só interior, é você ter seu salário, você ter seu dinheiro seguir carreira”*. (participantes #3m, CA)

Ter casado cedo é outro fator que as impede de concretizar os desafios de carreira, “*eu terminei meus estudo e não fui atrás, não corri atrás de trabalho, eu não estudei e casei logo e tô insatisfeita com isso*” (participante,#1m, I). Dessa forma, a escolaridade, como propulsora na aquisição de conhecimentos, leva-as a aspirar por uma vida melhor.

## **7.2. Implicações práticas**

Atingidos os objetivos a que nos propusemos é tempo de referir algumas implicações que este estudo pode ter para a prática. A primeira relaciona-se com o fato de ter permitido ampliar o conhecimento do significado do trabalho na vida das pessoas a partir do estudo de uma população com grandes especificidades culturais e, considerando que a compreensão das concepções de trabalho e a satisfação com a vida de indígenas de etnia Macuxi é de extrema relevância, face a carência de estudos efetivos na área do trabalho indígena. Assim, esta investigação foi para nós uma oportunidade de aprofundar teoricamente questões cuja relevância é inquestionável no que diz respeito ao significado que as pessoas atribuem ao trabalho e a satisfação que este propicia em suas vidas. Questões essas, fundamentais à condução desta investigação e que nos proporcionou adquirir novos conhecimentos e consciência sobre os papéis e significados do trabalho de diferentes populações, contextualizados a partir da diferença entre as variáveis como o gênero, idade e escolaridade.

Dessa forma, esperamos que este estudo possa contribuir para a reflexão que homens e mulheres Macuxi fazem sobre suas práticas de trabalho, nomeadamente aos papéis de gênero e em relação às formas de produção, pois seus sentidos, experiência e conhecimentos produzidos de significados estão inseridos nesse processo. À medida que confrontam saberes, que possam contextualiza-los com os diversos campos científicos, é perceptível uma atitude de autenticidade cultural pela forma com que buscam novos conhecimentos sem que deixem de conservar e proteger suas práticas de trabalho, mesmo que agregadas a novas técnicas.

Entendemos que as melhorias da qualidade de vida, com base no meio ambiente voltado para a sustentabilidade, possam suscitar os processos relativos à construção do sujeito, sua sociabilidade e relações sociais que os levem à satisfação com a vida e com o trabalho. Vale ressaltar a formação de parcerias no âmbito político-institucional para o

atingimento das metas ao processo do desenvolvimento sustentável, nomeadamente à política indígena, na promoção inter-relacional com os aspetos interculturais, históricos e culturais (Gallois, 2001).

Esperamos que os projetos ecológicos e socioambientais referendem a ressignificação das práticas sociais e de trabalho vivenciadas por povos indígenas, a evitar a fragmentação do social. Que efetivamente surjam políticas públicas que garantam aos indígenas o respeito a seus direitos, levando-os ao gozo de suas vidas, normalmente como qualquer cidadão brasileiro. À medida que os grupos étnicos respondem a demandas sociais e econômicas, estes, colocam em prática seus conhecimentos tradicionais, naturalmente voltados para a sustentabilidade e para o etnodesenvolvimento. Portanto, que possam discutir questões ambientais sobre o uso sustentável dos recursos naturais, sobre suas autonomia e emancipação, pois, são eles que têm enfrentado sucessivas mudanças que afetam suas condições de vida e expectativas de futuro.

De formas que o trabalho garanta-lhes permanência em suas terras e proteção territorial, como também sirva de barreira a produções que não se enquadram ao etnodesenvolvimento. Portanto, devem a máxima atenção aos processos produtivos locais que se estruturam como estratégias de sobrevivência, como economia solidária ou como forma de integração no mercado (Becker & Léna, 2002).

Tanto vale a reflexão sobre o processo a qual visa a atividade de trabalho à sobrevivência e que permite enriquecimento alimentar e fortalecimento cultural (i.e. sem a degradação do meio ambiente), como também, vale repensar as práticas do trabalho a partir de sua representação enquanto significado, importância, influência cultural e seu contributo para a satisfação com a vida.

Um estudo desta natureza será de grande valia para a reflexão do próprio indígena Macuxi. De fato o trabalho de campo, bem como a posterior devolução dos resultados aos participantes poderá facilitar sua compreensão sobre a representação que têm do trabalho, bem como a compreensão do papel do trabalho para a sua satisfação com a vida. Poderá, ainda, facilitar o reconhecimento do papel social, cultural e político do trabalho.

### **7.3. Limitações da pesquisa**

Como qualquer trabalho também este não está isento de limitações. A maior limitação tem a ver com a impossibilidade de introduzir outros estudos que ampliassem os processos de triangulação realizados e, com isso a minimização de viés nas análises realizadas. Por exemplo, a impossibilidade de usar o “diário de campo” realizado para o expandir num capítulo envolvendo uma metodologia de cariz etnográfico e, deste modo, possibilitando outra perspectiva sobre a realidade que analisávamos.

Ainda no âmbito de poder ser expandido o processo de triangulação, não foi possível introduzir análise estatística das diferenças entre grupos pois, por vezes, as categorias onde tais diferenças se registravam não apresentavam mais de cinco frequências por célula. Apesar dos proponentes da Consensual Qualitative Research considerarem que a introdução de abordagens estatísticas pode desvirtuar a natureza fenomenológica da metodologia (Hill et al., 2005), pensamos que tal análise, na linha do que outros fizeram (Ferrari et al., 2008), pode introduzir um outro “olhar” sobre os resultados e, assim, expandir as significações associadas (Patton, 2002).

Outro fator limitativo da pesquisa foi o reduzido tempo da investigadora em desenvolver in loco o trabalho de campo, devido às condições climatéricas. Nesse período era inverno pelo que a pesquisa não pode se estender a outras comunidades como também a um maior número de participantes. Referimos também que as barreiras burocráticas referentes à solicitação da realização da pesquisa aos órgãos fiscalizadores e o aceite das lideranças indígenas das cinco comunidades pesquisadas, contribuiu com o estreitamento do tempo à realização da pesquisa. Como limitação podemos também sinalizar a escassez de referências bibliográficas que focassem o trabalho na cultura Macuxi. Esta limitação conjugada com o pouco tempo para trabalho de campo, poderão ter limitado uma discussão mais aprofundada dos resultados obtidos.

### **7.4. Possibilidades de investigação no futuro**

Percebemos que a partir da análise de resultados foi possível conhecer e entender o objetivo proposto nesta pesquisa, porém não se pode deixar de reconhecer que se faz necessária a elaboração de novas investigações nessa área e a adoção de outros métodos de investigação, para que se analise e se interprete com maior profundidade estas e outras questões que poderiam ser abordadas, dentre elas: o que

buscam com o trabalho; as razões pelas quais trabalham; o impacto percebido a partir das experiências do trabalho e, a visualização do próprio futuro de trabalho.

Com base nas considerações apresentadas recomenda-se a realização de futuros estudos neste mesmo contexto investigado como também, sobre o mesmo fenômeno a fim de serem expandidos outros fatores que dimensionem o significado do trabalho e a satisfação com a vida de populações, que mesmo nas grandes adversidades encontradas na vida, mantêm sua dignidade com o trabalho e por isso sentem-se satisfeitos (ou não) com a vida.

Tendo em conta as perspectivas que consideram não universais os constructos de bem-estar e da satisfação com a vida (Christopher, 1999; Lent, 2004), futuras investigações com este tipo de populações deverão considerar na avaliação da satisfação com a vida outras dimensões, tais como valores interpessoais e relativos à harmonia e respeito pelo outro. Este tipo de pesquisa possibilitará uma avaliação mais completa da avaliação de bem-estar com a vida, bem como dados complementares ao do presente estudo, necessários ao entendimento da universalidade do conceito de satisfação com a vida em culturas como a Macuxi.

No que diz respeito ao desenvolvimento acadêmico, a elaboração desta tese permitiu-nos aprofundar nosso conhecimento teórico e metodológico, o que contribuirá para o exercício de nossa atividade profissional, como também foi desafiador avançar com uma investigação de cariz qualitativo. Por esse motivo, esse tenha sido o nosso maior desafio, tornando essa opção naquilo que acreditamos ser a maior virtualidade desta tarefa que agora concluímos, que foi conhecer o significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas de etnia Macuxi.

A investigação nos levou a algumas reflexões quanto a mudanças que estes povos vivenciam quanto a conceituação e prática do trabalho. Portanto, é de excepcional relevância perceber como os Macuxi se tornam flexíveis, na medida em que se colocam no cenário de representação e de decisões sobre sua identidade étnica, vinculada ao espaço físico, tendo a sua ocupação com o trabalho tanto no âmbito do coletivo como no individual e, não só com sua mão-de-obra, mas com a ação intelectual que refaz seus limites com frequência.



## Referências

- Ackah, C., & Heaton, N. (2003). Human resource management careers: Different paths for men and women? *Career Development International*, 8, 134-142.
- Albuquerque, A.S., & Tróccoli B.T. (2003). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 153-164. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a08v20n2.pdf>
- Allen, L. R., Long, P.T., Perdue, R. R., & Kieselbach, S. (1988). The impact of tourism development on residents, perceptions of community life. *Journal of Travel Research*, 27(1), 16-21.
- Al-Ma'aitah, R., Cameron, S., Horsburg, E., & Armstrong-Stassen, M. (1999). Predictors of job satisfaction, turnover and burnout in female and male Jordanian nurses. *Canadian Journal of Nursing Research*, 31(3), 15-30.
- Alper, N. O., & Wassall, G. H. (2006). Artists' career and their labor markets. In V. A. Ginsburgh, & D. Throsby (Eds.), *Handbook of the economics of art and Culture* (pp. 813-864). Amsterdam: North-Holland.
- Allport, G.W. (1961). *Pattern and growth in personality*. New York: Holt & Rinehar.
- Andrews, F. M., & Robinson, J. P. (1991). Measures of subjective well-being. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Orgs.), *Measures of Personality and Social Psychological Attitudes* (pp. 61-114). San Diego: Academic Press.
- Andrews, F. M., & Whitey, S. B. (1976). *Social Indicators of well-being: America's perception of quality of life*. New York: Plenum Press.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2006). Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? *A Comuna, Lisboa*, 30-35.
- Antunes, R. (2007). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In G. Druck, & T. Franco (Orgs.), *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo.
- Aquino, C. A. B. & Martins, J.C. de O. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 7(2), 479-500.
- Araújo, M. do S. (2008). De clandestinos a empreendedores: reflexões em torno do setor informal. *Trabalho para discussão*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- Astin, H. S. (1984). The meaning of work in women's lives: A sociopsychological

- model of career choice and work behaviour. *The Counseling Psychologist*, 12, 117-126.
- Axelrod, S. D. (1999). *Work and the evolving self: Theoretical and clinical considerations*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press.
- Azanha, G. (2002). Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In A. C. S. Lima; M. Barroso-Hoffmann. (Org.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista* (pp. 29-37). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Baltes, P. B., & Mayer, K. U. (Eds.). (1999). *The Berlin Aging Study: Aging from 70 to 100*. New York: Cambridge University Press.
- Barbosa, R.I., & Melo, V.F. (2010). *Roraima: homem, ambiente e ecologia*. Boa Vista-RR: MGM.
- Barros, S. M. (1999). *Turismo: teoria e prática: turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo*. São Paulo: Atlas.
- Barth, F. Grupos étnicos e suas fronteiras (1998). In: POUTIGNAT, Philippe e J. Streiff-Fenart. *Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth* (pp. 187-227). (E. Fernandes, Trad.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Basso, I. S. (1998). Significado e sentido do trabalho docente. *Caderno CEDES*, 19 (44), 19-32. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>
- Bastos, A.V. B., Pinho, A. P. M., & Costa, C. A. (1995). Significado do trabalho: Um estudo entre trabalhadores em organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(6), 20-29.
- Baumeister, R. F., & Leary, M. R. (1995). The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, 117, 497-529.
- Becker, B., Léna, P. (2002). *Pequenos Empreendimentos Alternativos na Amazônia*, UFRJ. Rio de Janeiro.
- Bendassolli, P. F., & Borges-Andrade, J. E. (2011, Março, Abril). Significado do trabalho nas indústrias criativas. *RAE*. São Paulo. 51, (2), 143-159. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v51n2/v51n2a03.pdf>.
- Bennett, J. (1999). An analysis of attitudes toward measures of job satisfaction related to identified factors of paramedic education. Disponível em <http://www2.widener.edu/erg0001/Dissertations/will.html>
- Beozzo, J. O. (1983). *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

- Berger, P. & Luckmann, T. (1976). *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes.
- Berthold, A., Ruch, W., Von Hecker, U., & Rosenberg, P. M. A. (2014). Satisfaction with life and character strengths of non-religious and religious people: It's practicing one's religion that makes the difference. *Frontiers in Psychology*, 5, 1-9. doi: 10.3389/fpsyg.2014.00876.
- Betz, N. E. (1994). Basic issues and concepts in career counselling for women. In W. B. Walsh, & S. H. Osipow (Eds.), *Career counseling for women* (pp. 1-42). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Betz, N. (2004). Contributions of self-efficacy theory to career counseling: a personal perspective. *The Career Development Quarterly*, 52, 340-353.
- Betz, N. (2005). Women's career development. In S. D. Brown, & R. W. Lent (Eds.), *Career Development and Counseling: Putting theory and research to work* (pp. 253-277). New York: John Wiley.
- Betz, N., & Fitzgerald, L. (1987). *The career psychology of women*. San Diego, Academic Press.
- Blustein, D. L., Chaves, A. P., Diemer, M. A., Gallagher, L. A., Marshall, K. G., Sirin, S., & Bhati, K. S. (2002). Voices of the forgotten half: The role of social class in the school-to-work transition. *Journal of Counseling Psychology*, 49, 311-323
- Blustein, D. L. (2006). *The psychology of working: A new perspective for career development, counseling, and public policy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Blustein, D. L. (2008). The role of work in psychological health and well-being: A conceptual, historical, and public policy perspective. *American Psychologist*, 63, 228-240.
- Boehm, J. K., & Lyubomirsky, S. (2008). Does happiness promote career success? *Journal of Career Assessment*, 16(1), 101-116. doi:10.1177/1069072707308140.
- Borges, L. O. (1998). *Significado do trabalho e socialização organizacional: um estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercados* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia-UnB, Brasília.
- Borges, L. O. & Pinheiro, J. Q. (2002). Estratégias de coleta de dados com trabalhadores de baixa escolaridade. *Estudos em Psicologia*, 7 [número especial], 53-63.
- Bourdieu, P. (1977) Cultural Reproduction and Social Reproduction. In J. Karabel, & A. H. Halsey (Eds.), *Power and Ideology in Education* (pp. 487-511). New York, NY: Oxford University Press.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1975). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bradburn, N. M. (1969). *The structure of psychological wellbeing*. Chicago: Aldine Publishing.
- Bradley, H., et al. (2000). *Myths at Work*. Cambridge: Polity Press.
- Brandão, C. do N. (2012). *Turismo indígena como fator de desenvolvimento local e sustentável: estudo multicasos em comunidades indígenas de Roraima*. (Dissertação de Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.
- Brickman, P., & Campbell, D. T. (1971). Hedonic relativism and planning the good society. In M. H. Appley (Eds.), *Adaptation-level theory* (pp. 287-301). New York: Academic Press.
- Brickman, P., Coates, D., & Janoff-Bulman, R. (1978). Lottery winners and accident victims: Is happiness relative? *Journal of Personality and Social Psychology*, 36 (8), 917-927.
- Brief, A. P., & Nord, W. R. (1990). Work and meaning: Definitions and interpretations. In A. P. Brief & W. R. Nord (Eds.), *Meanings of occupational work* (pp. 1-19). Lexington: Lexington Books.
- Brito, C. M. C. (1998). Índios das ‘corporações’: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In A. Marin, & R. Elizabeth. *A escrita da história paraense*. Belém: N.A.E.A./UFPA.
- Bruno, G. O. (2003). *A relação comercial entre empresas e fornecedores sociais: um estudo multicasos*. (Trabalho de Conclusão de Curso) Departamento de Administração. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Butler, A. B., & Skattebo, A. (2004). What is acceptable for women may not be men: The effect of family conflicts with work on job-performance ratings. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 77, 553-564.
- Calil, L. P. (2002, Agosto, 15, 16). Fazendo Arte e Inventando Novas Tradições: A Experiência de Comercialização da Arte Baniwa. *Fórum de discussão Desenvolvimento Socioeconômico*, Local: Relações Solidárias na Pequena Produção, FGV-EAESP; Fundação Hewlett; Fundação Ford.
- Campbell, A., Converse, P., & Rodgers, W. L. (1976). *The quality of American life: perceptions, evaluations, and satisfactions*. New York: Russel Sage Foundations.
- Campbell, A. (1981). *The sense of well-being in America*. New York: McGraw-Hill.
- Cantril, H. (1967). *The Pattern of Human Concerns*. New Brunswick: Rutgers University Press.

- Cardoso, P. (2006). *Percepção de barreiras da carreira em alunos do 9º e 12º anos de escolaridade: uma abordagem desenvolvimentista* (Dissertação de Doutorado em psicologia). Évora: Universidade de Évora.
- Cardoso, P. (2011). Construção de si na construção da vida. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 42, 83-92.
- Cardoso, P. (2012). Maladaptive repetition and career construction. *Journal of Vocational Behavior*, 81, 364-369. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jvb.2012.09.003>
- Cardoso, P., & Duarte, M. E. (in press). Desenvolvimento vocacional e aconselhamento de carreira: Contributos para a justiça social. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*.
- Cardoso, P., & Ferreira Marques, J. (2008). Perception of career barriers: The importance of gender and ethnic variables. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 8, 49-61. doi: 10.1007/s10775-008-9135.
- Carvalho, V. C. de, (2001). *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material* (Tese de doutorado). São Paulo: USP.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica o salário*. (6nd. ed.) Petrópolis, RJ Vozes.
- Castillo, J. J. (1997). Looking for the meaning of work. *Work and Occupations*, 24, 413-425.
- Celen, N., Cok, F., Bosma, H. A., & Djurre, H. Z. (2006). *A percepção de adolescentes e de pais sobre decisão e autonomia*. Paidéia (Ribeirão Preto), 16, 349-363.
- Centro de Informação Diocese de Roraima. (1989). Índios de Roraima. Boa Vista: CIDR, *Coleção histórico antropológica*, nº 1.
- Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. (E. F. Alves, Trad.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Chaves, A. P., Diemer, M. A., Blustein, D.L., Gallagher, L.A., DeVoy, J.E., Casares, M.T., & Perry, J.C. (2004). Conceptions of Work: The View From Urban Youth. *Journal of Counseling Psychology*, 51(3), 275-286.
- Christopher, J. C. (1999). Situating psychological well-being: Exploring the cultural roots of its theory and research. *Journal of Counseling & Development*, 77, 141-152.
- Cinamon, R. G., & Gifsh, L. (2004, March). Conceptions of work Among Adolescents and Young Adults With Mental Retardation. *The Career Development Quarterly*, 52, 212-224.
- Coelho, M. C. (1999). As Viagens Filosóficas De Charles-Marie De La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira - Ensaio Comparativo. In F. dos S. Gomes, (Org.). *Nas Terras Do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização E Escravidão Na Guiana Brasileira*,

Séculos XVIII-XIX (97-127). Belém: Editora Universitária/UFPA.

Compton, W. C., Smith, M. L., Cornish, K. A., & Qualls, D. L. (1996). Factor structure of mental health measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 406-413.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2011). A.P. Vieira (Org.). São Paulo: Montecristo Ltda.

Cordes, T. L., & Howard, R. W. (2005). Concepts of Work, Leisure and Retirement in Adults with an Intellectual Disability. *Education and Training in Developmental Disabilities*, 40(2), 99-108.

Costa, P. T. Jr., & McCrae, R. R. (1992). The Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R) and NEO Five-Factor Inventory (NEO-FFI) Professional Manual, *Psychological Assessment Resources*, Odessa: FL.

Coutinho, D. F., Travassos, L. M. A., & Amaral, F. M. M. do. (2002, Janeiro, Junho). Estudo etnobotânico de plantas medicinais utilizadas em comunidades indígenas no estado do Maranhão. *Visão Acadêmica*, 3(1), 7-12. Curitiba. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/academica/article/viewFile/493/406>

Cranny, C. J., Smith, C. P., & Stone, E. F. (1992). *Job satisfaction: how people feel about their jobs and how it affects their performance*. New York: Lexington Books.

Crompton, R. & Harris, F. (1998), 'Explaining women's employment patterns: 'orientations to work' revisited'. *The British Journal of Sociology*, 49(1), 118-136.

Cunha, M. C. da, (1999). Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos Avançados*, 13(36), 147-163.

Davidson, J. C. & Cadwell (1994, Junho). *Journal for the Scientific Study of Religion*, 33(2), 135.

Davis, K. (1981). *Human behavior at work: Human relations and organizational behavior*. New York: McGraw-Hill.

Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. New York: Plenum.

Deci, E. L., & Ryan, R.M. (2002). An overview of self-determination theory. In E.L. Deci & R. M. Ryan (Eds.), *Handbook of self-determination research* (pp. 3-33). Rochester, NY: University of Rochester Press.

Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95(3), 542-75.

Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness, and a proposal for national index. *American Psychologist*, 55, 34-43.

- Diener, E., & Biswas-Diener, R. (2002). Will money increase subjective well-being? A literature review and guide to needed research. *Social Indicators Research*, 57(2), 119-169.
- Diener, E., & Diener, C. (1996). Most people are happy. *Psychological Science*, 7(3), 181-185.
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, R., & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71-75.
- Diener, E., & Fujita, F. (1995). Resources, personal strivings, and subjective well-being: A nomothetic and idiographic approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(5), 926-935.
- Diener, E., & Lucas, R. E. (2000). Explaining differences in societal levels of happiness: Relative standards, need fulfillment, culture, and evaluation theory. *Journal of Happiness Studies*, 1, 41-78
- Diener, E., Lucas, R. E., & Scollon, C. N. (2006). Beyond the hedonic treadmill: Revising the adaptation theory of well-being. *American Psychologist*, 61(4), 305-314.
- Diener, E., Lucas, R. E., & Oishi, S. (2002). Subjective well-being: The science of happiness and satisfaction. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.). *Handbook of positive psychology* (pp. 463-473). London: Oxford University Press.
- Diener, E., & Seligman, M. E. P. (2002). Very happy people. *Psychological Science*, 13, 81-84.
- Diener, E., & Seligman, M. E. P. (2004). Beyond money: toward an economy of well-being. *Psychological Science in the Public Interest*, 5(1), 1-31.
- Diener, E., Scollon, C. N. & Lucas, R. E. (2003). The involving concept of subjective well-being: The multifaceted nature of happiness. *Advances in Cell Aging and Gerontology*, 15, 187-219.
- Diener, E., & Suh, E. (1997). Measuring quality of life: Economic, social, and subjective indicators. *Social Indicators Research*, 40, 189-216.
- Diener, E., & Suh, E. M. (1999). National differences in subjective wellbeing. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of hedonic psychology* (pp. 434-450). New York: Russell Sage Foundation.
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E., & Smith, H. L. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125, 276-302. doi: 10.1037/0033-2909.125.2.276.
- Diener, E., Suh, E.M, & Oishi, S. (1997). Recent Findings on Subjective Well-Being. University of Illinois. Disponível em <http://www.psych.uiuc.edu/~ediener/hottopic/paper12.htm>

- Diniz, E.S. (1972). *Os índios Macuxi de Roraima*. São Paulo: Coleção Testes.
- Diretório (1988). "Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario". In M. Neto, & C. de Araújo. *Índios da Amazônia de maioria à minoria (1750-1850)* (pp. 165-206). Petrópolis: Vozes.
- Dolan, S., & Gosselin, E. (2001). Job satisfaction and life satisfaction: analysis of a reciprocal model with social demographic moderators. *Journal of Economics Literature. Classification*, 23, 1-24.
- Dollarhide, C. T. (1997, Junho). Counseling for meaning in work and life: An integrated approach. *Journal of Humanistic Counseling Education & Developmen*, 35(4), 10-175.
- Donkin, R. (2001). *Blood, sweat, & tears: The evolution of work*. New York: Texere.
- Dorahy, M.J., Lewis, C.A., Schumaker, J.F., Akuamoah-Boateng, R., Duze, M.C., & Sibiya, T.E. (1998). A cross-cultural analysis of religion and life satisfaction. *Mental Health, Religion & Culture*, 1, 37-43.
- Dreeben, R. (1968). *On What is Learning in School?* Massachusetts, Addison-wesley.
- Dubet, F., & Martuccelli, D. (1996). *À l'École: Sociologie de l'Experience Scolaire*. Paris, Seuil.
- Ehrhardt, J. J., Saris, W. E., & Veenhoven, R. (2000). Stability of Life-satisfaction over Time. *Journal of Happiness Studies*, 1(2), 177-205.
- Ellison, C. G., & Lee, J. (2010). Spiritual struggles, and psychological distress: is there a dark side to religion? *Soc. Indic.* 98, 501-517. doi: 10.1007/s11205-0099553-3.
- Erikson, E. (1959). Identity and the life cycle. *Psychological Issues*, 1, 18-164.
- Erikson, E. H. (1963). *Childhood and society* (2nd ed.). New York: Norton.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. Oxford, England: Norton & Co.
- Evans, M. (1997). *Introducing Contemporary Feminist Thought*. Cambridge: Polity Press.
- Farage, N. (1991). *As Muralhas do Sertão: Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo: Paz e Terra.
- Farmer, H. S. (1985). Model of career and achievement motivation for women and men. *Journal of Counseling Psychology*, 32, 363-390.
- Fassinger, R. E. (1985). A causal model of college women's career choice. *Journal of Vocational Behavior*. 27, 123-153.

- Fassinger, R. E. (2005). Theoretical issues in the study of women's career development: Building bridges in a brave new world. In W. B. Walsh, & M. L. Savickas (Eds.), *Handbook of Vocational Psychology* (3rd ed., pp. 85-124). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Faulkner, R. R.; Anderson, A. B. (1987). Short-term projects and emergent careers: evidence from Hollywood. *American Journal of Sociology*, 92(4), 879-909.
- Ferrari, L., Nota, L., & Soresi, S. (2008, June). Conceptions of Work in Italian Adults With Intellectual Disability. *Journal of Career Development*. 34, 438-464.
- Ferreira Marques, J. (1997). Da filosofia dos valores à psicologia dos valores, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*, Tomo XXXIII, Lisboa.
- Filho, H. R. do N. (2012). *Etnoconservação e valorização do buriti (Mauritia Flexuosa) na comunidade Guariba, Terra indígena Araçá, Roraima* (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Fitzgerald, L. F., & Betz, N. E. (1992, April). *Career development in cultural context: The role of gender, race, class, and sexual orientation*. Paper presented at the conference on Theories Convergence in Vocational Psychology. East Lansing, MI.
- Fonseca, D. L. da & Chianca, P. (2011). A Associação Wyty Cate e o Paiz Timbira”. In *Povos Indígenas no Brasil 2006/2010*, (pp. 634-636). São Paulo: Instituto socioambiental-ISA.
- Forster, N. (2001). A case study of women academics' views on equal opportunities, career prospects and work-family conflicts in a UK university. *Career Development International*, 6(1), 28-38.
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2001). *Microfísica do Poder*. (16nd ed.). Rio de Janeiro, Graal.
- Foucault, M. (2005). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra.
- Fredrickson, B. (2001). The role of positive emotions in Positive Psychology: The broaden and build theory of positive emotions. *American Psychologist*, 56(3), 218-226. Disponível em <http://www.unc.edu/peplab/publications/role.pdf>
- Freedman, R. I., & Fesko, S. L. (1996). The meaning of work in the lives of people with significant disabilities: Consumer and family perspectives. *Journal of Rehabilitation*, 62(3), 49-55. Disponível em <http://search.ebscohost.com /login.aspx?direct=true&>
- Freud, S. (1930/1996). O mal-estar na civilização. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago.
- Fricko, Y., & Beahr, T. (1992). A longitudinal investigation of interest congruence and gender concentration as predictors of Job satisfaction. *Personnel Psychology*, 45, 99-

- Fritzsche, B.A., & Parrish, T. J. D. B. (2005). Theories and research on job satisfaction. In Brown, S. B., & Lent, R. W. (Eds.), *Career Development and Counseling: Putting Theory and Research to Work* (pp. 180-202). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Fry, P.S. (1992). Major social theories of aging and their implications for counseling concepts and practice: A critical review. *Counseling Psychologist*, 20, 246-329.
- Fuller, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, 6(4), 361-373.
- Galdeano, A. (2001, September, 13th-16th). *Gender differences in Job satisfaction and labour market participation: UK evidence from propensity*. Communication presented at the European Association of Labour Economists. Annual Conference in Jyaskyla.
- Galinha, I. C. (2010). *Bem-Estar Subjetivo: Factores Cognitivos, Afetivos e Contextuais*. Lisboa: Placebo.
- Gallois, D. T. (2001). Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In L. D. Grupioni, L. B. Vidal, R. Fischmann (Orgs.). *Povos indígenas e tolerância* (pp. 167-190). São Paulo: Edusp & Unesco.
- Giacomini, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia da SBP*, 12(1), 43-50.
- Gil, J. (2012, Setembro). Estamos desapropriados da nossa vida. *Jornal de Negócios, Suplemento Weekend* (pp. 2-9).
- Gill, F. (1999). The meaning of Work: lessons from sociology, psychology, and political theory. *Journal of Socio-Economics*, 28(6), 725.
- Gini, A. (2000). *My job, myself: Work and the creation of the modern individual*. New York: Routledge.
- Gini, A., & Sullivan, A.R. (1987). Work: The process and the Person. *Journal of Business Ethics*, 6(8), 649-655.
- Giorgi, A. (1985). "Sketch of a psychological phenomenological method." In A. Giorgi, (Ed.), *Phenomenology and psychological research*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Gomes, M. L. S. (2010). A mulher Macuxi na linha de frente pela conquista de espaços. In M.L. Fernandes & M. L. Lima (Orgs.), *História e diversidade- política, educação, gênero e etnia em Roraima* (pp. 167-205). Boa Vista: UFRR.
- Gonçalves, C.W.P. (2006). *Os (des)caminhos do meio ambiente*. (14th ed.) São Paulo: Contexto.

- Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2007). O Papel dos pais na construção de trajetória vocacionais dos seus filhos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8(1), 1-17. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a02.pdf>
- Gorz, A. (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gottfredson, L. S. (1981). Circumscription and compromise: a developmental theooccupational aspirations [Monograph]. *Journal of Counseling Psychology*, 28, 545-579.
- Goulart, P. M. (2006). *Trabajar en el nuevo capitalismo: cultura y experiencia del trabajo en el Brasil Contemporáneo* (Tese de Doutorado). Faculdade de Psicologia, Universidade Autônoma de Barcelona.
- Gouws, D. J. (1995). The role concept in career development. In D.E. Super & B. Sverko, B. *Life roles, values, and careers- International findings of the Work Importance Study* (pp. 22-53). San Francisco: Jossey Bass.
- Graça, L. (2000). A satisfação profissional dos médicos de família no SNS. *Textos sobre saúde e trabalho. Semana médica*, 48, 2-8.
- Green, T., Ross, J., & Wertz, J. (1999). Job Satisfaction and Organizational Commitment. In C. L. Cooper & I.T. Robertson (Eds.). *International Review of Industrial Psychological* (pp. 157-188). New York: John Willey & Sons.
- Grotevant, H. (1987). Toward a process model of identity formation. *Journal of Adolescent Research*, 2, 203-222.
- Grünewald, R. de A. (2003). Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. *Revista Antropológicas*, 14(1 e 2), 47-71.
- Guimarães, J. R. S. (2012). Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000. *Organização Internacional do Trabalho*. Brasília: OIT.
- Gurin, G., Veroff, J., & Feld, S. (1960). *Americans View their Mental Health*. New York: Basic Books
- Grubits, S., Darrault-Harris, I., & Pedroso, M. (2005, set., dez.). Mulheres indígenas: poder e tradição. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 363-372. Maringá. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a03.pdf>
- Habermas, J. (1987). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hadaway, C. K. (1978). Life satisfaction and religion: A reanalysis, *Social Forces*, 57, 636-643.
- Hakim, C. (2000), Work-Lifestyle Choices in the 21st Century. *Preference Theory*.

Oxford, University Press.

- Hall, D. T. (1986). Breaking career routines: Midcareer choice and identity development. In D.T Hall & Associates (Eds.). *Career development in organizations* (pp. 120-159). San Francisco: Jossey-Bass.
- Hartung, P. J. & Taber, B. J. (2008). Career construction and subjective well-being. *Journal of Career Assessment, 16*, 75-85.
- Harpaz, I. (1998, May). Cross-national comparasion of religious conviction and the meaning of work. *Cross-natural Research, 32*(2), 143.
- Headey, B.; Holmstrom, E. e Wearing, A. (1984). The impact of life events and changes in domain satisfactions on wellbeing. *Social Indicators Research, 15*, 203-227.
- Heidemeier, H., Göritz, A. S. (2013) *Journal of Happiness Studies, 14*, 1765-1788. Doi: 10.1007/s10902-012-9409-4.
- Heller, A. (2000). *O cotidiano e a história* (6º ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Heller, D., & Watson, D. (2005). *Using contextualized personality scores to resolve basic issues in personality research*. Paper presented at the 6th Annual Meeting of the Society for Personality and Social Psychology, New Orleans, LA.
- Herr, E. L., Cramer, S. H., & Niles, S. G. (2004). *Career guidance and counseling through the Lifespan-Systematic approaches* (6nd ed., Allyn & Bacon, Eds.). Boston, MA.
- Higgins, E. T. (1987). Self-Discrepancy: A Theory Relating Self and Affect. *Psychological Review, 94*, 319-340.
- Hill, C. E., Knox, S., Thompson, B. J., Williams, E. N., Hess, S., & Ladany, N. (2005). Consensual Qualitative Research: An update. Invited article in *Journal of Counseling Psychology, 52*, 196-205.
- Hill, C., Thompson, B., & Willians, E. (1997). A guide of consensual qualitative research. *The Counseling Psychologist, 25*(4), 517-572.
- Hirshi, A. (2009). Career adaptability development in adolescence: Multiple predictors and effect on sense of power and life satisfaction. *Journal of Vocational Behavior, 74*, 145-155.
- Holland, J. L. (1997). *Making vocational choices: A theory of vocational personalities and work environments* (3nd ed.). Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Howard, R. W. (1987). *Concepts and schemata*. London: Cassell.
- Howard, R. W. (2005) Are gender differences in high achievement disappearing? A test in one intellectual domain. *Journal of Biosocial Science 37*, 371-380.

- Hunter, C., & Green, H. (1995). *Tourism and the environment: A sustainable relationship?* London and New York: Routledge.
- Hutchinson, G., Simeon, D. T., Bain, B. C., Wyatt, G. E., Tucker, M. B., & Lefranc, E. (2004). Social and health determinants of well-being and life satisfaction in Jamaica. *The International Journal of Social Psychiatry*, 50, 43-53.
- Ilies, R., Wilson, K., S., & Wagner, D. T. (2009). The spillover of daily job satisfaction onto employees' family lives: The facilitating role of work-role integration. *Academy of Management Journal*. 52, 87-102. doi: 10.5465/AMJ.2009.36461938
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] (2010). *Anuário Estatístico do Brasil*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). Censo 2010: Rio de Janeiro. Disponível em /Caracteristicas\_Gerais\_dos\_Indigenas/pdf/Publicacao\_completa.pdf.
- Instituto socioambiental (2011). *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo: ISA.
- International Organization of the Work (1972). *Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*. Geneva: IOW.
- International Organization of the Work (1984). *Urbanisation, Informal Sector and Employment: A Progress Report on Research, Advisory Services and Technical Cooperation*. Geneva: IOW.
- International Organization of the Work (2002). *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture*. Geneva: IOW.
- Jahoda, M. (1958). *Current concepts of positive mental health*. New York: Basic Books.
- Josselson, R. (1992). *The space between us: Exploring the dimensions of human relationships*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Judge, T. A., & Watanabe, S. (1993). Another look at the job satisfaction-life satisfaction relationship. *Journal of Applied Psychology*, 78, 939-948.
- Jung, C.G. (1933). *Modern man in search of a soul*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Kahneman, D., & Krueger, A. B. (2006). Developments in the measurement of subjective well-being. *Journal of Economic Perspectives*, 20(1), 3-24.
- Kang, S. M., Shaver, P. R., Sue, S., Min, K. H., & Jing, H. (2003). Culture-specific patterns in the prediction of life satisfaction: Roles of emotion, relationship quality, and self-esteem. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 1596-1608.

- Karris, M. (2009). *Character Strengths and Well-Being in a College Sample*. (Doctoral dissertation), Retrieved from ProQuest Dissertations and Theses database (UMI No. 3337214).
- Keyes, C. L. M., & Haidt, J. (2003). *Flourishing: Positive psychology and the life well lived*. Washington DC: American Psychological Association.
- Keyes, C. L. M., Shmotkin, D. & Ryff, C. D. (2002). Optimizing well being: The empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 1007-1022.
- King, U. (1997). Spirituality. In J. Hinnels (Ed.). *A new handbook of living religions*. London: Penguin.
- Koenig, H. G., & Larson, D. B. (2001). Religion and mental health: evidence for an association. *International Review of Psychiatry* 13, 67-78.  
doi:10.1080/09540260124661
- Kulenovic, A., & Super, D. (1995). The five major life roles viewed cross-nationally. In D. E. Super, & B. Sverko (Eds.), *Life Roles, Values, and Careers. International findings of the Work Importance Study* (pp. 252-277). San Francisco: Jossey Bass.
- Lacruz, M. E., Emeny, R. T., Baumert, J., & Ladwig, K. H. (2011). Prospective association between self-reported life satisfaction and mortality: results from the Monica/Kora Augsburg S3 survey cohort study. *BMC Public Health*, 11, 579-587.
- Lapierre, J.-W. (1973). *L'analyse des Systèmes politiques*. Paris, P.U.F.
- Larsen, R. J., & Prizmic, Z. (2008). Regulation of emotional well-being. In M. Eid & R. J. Larsen (Eds.), *The science of subjective well-being* (pp. 258-289). New York: Guilford.
- Lave, J. (1991). Acquisition des savoirs et pratiques de groupe. *Sociologie et Sociétés*, 23(1), 145-162.
- Lee S. (1998). Marital status, gender and subjective quality of life in Korea. *Development and Society*, 27, 35-49.
- Lent, R. W. (2004). Toward a unifying theoretical and practical perspective on well-being and psychosocial adjustment. *Journal of Counseling Psychology*, 51, 482-509.  
doi: 10.1037/0022-0167.51.4.482.
- Lévy-Leboyer, C. (1994). *A crie das motivações*. São Paulo: Atlas.
- Locke, E. A. (1973). Satisfiers and dissatisfiers among white collar and blue collar employees. *Journal of Applied Psychology*, 58, 67-76.
- Locke, E. A. (1976). The nature and causes of job satisfaction. In M. D. Dunnette (Ed.).

- Handbook of industrial and organizational psychology* (pp. 1297-1349). Chicago: Rand McNally.
- Lopez, S., Floyd, R., Ulven, J., & Snyder, C. (2000). Hope therapy: Helping clients build a house of hope. In C. R. Snyder (Ed.), *Handbook of hope: Theory, measures, and applications* (pp. 123-166). San Diego: Academic Press.
- Louro, G. L. (1996). Nas redes do conceito de gênero. In M. J. Lopes, D. E. Meyer, V.R. Waldow. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Louro, G. L. (1997). Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In D. Catani, et al., (Org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras.
- Lucas, R. E., Clark A. E., Georgellis, Y., & Diener, E. (2004). 'Unemployment Alters the Set-Point for Life Satisfaction'. *Psychological Science*, 15, 8-13.
- Lyubomirsky, S. (2008). *The how of happiness: A scientific approach to getting the life you want*. New York: The Penguin Press.
- Marx, K. (1844/1974). Manuscritos econômico-filosóficos. In Marx, *Coleção Os pensadores* (Vol. 35). São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (1988). *O Capital*. (3rd ed. Vol. 2). São Paulo, Nova Cultural.
- Masdonati, J., & Fournier, G. (2015). Life design, young adults, and the school-to-work transition. In L. Nota, & J. Rossier (Eds.). *Handbook of life design: From practice to theory and from theory to practice* (pp. 117-133). Gottingen, Germany: Hogrefe Publishing.
- Maslow, A. (1968). *Toward a psychology of being* (2<sup>a</sup> ed.). New York: Van Nostrand
- Maslow, A. H. (1943). A Theory of human Motivation. *Psychological Review*, 50(4), 370-96.
- Mathieu, N. (1990, Mai-Jun). La notion de rural et les rapports ville-campagne en France; des années cinquante aux années quatre-vingts. *Économie Rurale*. Paris: 197, 35-41.
- McAdams, D. P. (1993). *The stories we live by: Personal myths and the making of the self*. New York: The Guilford Press.
- McAdams, D. P., de St. Aubin, E. & Logan. R. L. (1993). Generativity among young, mid-life, and older adults. *Psychology and Aging*, 8(2), 221-230.
- McCullough, G., Heubner, E. S., & Laughlin, J. (2000). Life events, self-concept and adolescents positive subjective well-being. *Psychology in Schools*, 37(3), 281-291.
- McGregor, I., & Little, B. R. (1998). Personal projects, happiness, and meaning: On doing well and being yourself. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74,

494-512.

Mead, M. (1974). *Cultura y compromiso*. Buenos Aires: Granica.

Meaning of work international research team (1987). *The meaning of working*. London: Academic Press.

Melin, R., Fugl-Meyer, K. S., & Fugl-Meyer, A. R. (2003). Life satisfaction in 18- to 64-year-old Swedes: In relation to education, employment situation, health and physical activity. *Journal of Rehabilitation Medicine*, 35, 84-90.

Menger, P.-M. (2009). *Le travail createur*. Paris: Gallimard.

Meyer, D. E. (1996). Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In M. J. M. Lopes, D. E. Meyer, & V. R. Waldow, V. R. (Orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Meyer, D. E. (1998, junho.). A dúvida como postura intelectual: uma abordagem pós-estruturalista de análise dos estudos de gênero na enfermagem. *Nursing Edição Brasileira*, 1(1), 27-34.

Michalos, A. C. (1985). Multiple discrepancies theory (MDT). *Social Indicators Research*, 16, 347-413.

Michi, L. N., (2007). *O papel do Estado nas parcerias comerciais entre povos indígenas amazônicos e empresas na comercialização de produtos florestais não madeireiros* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, SP.  
Disponível em file:///C:/Users/HP-DM1/Downloads/Leny.pdf

Mior, L. C. (2005). *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos.

Mongiano, A. (2011). *Roraima entre profecia e martírio*. Boa Vista: CIDR.

Morin, E. (1996). A noção de sujeito. In D. F. Schnitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 45-58). Porto Alegre: Artes Médicas.

Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 41(3), p. 8-19. São Paulo.

Nakamura, J., & Csikszentmihalvi, M. (2002). The Concept of Flow. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of Positive Psychology* (pp. 89-105). Oxford: Oxford University Press.

Neff, W. S. (1985). *Work and Human Behavior* (3rd ed.). New York: Aldine.

Neugarten, B. L. (1973). Personality change in late life: A developmental perspective. In C. Eisdorfer & M. P. Lawton (Eds.), *The psychology of adult development and aging* (pp. 311-335). Washington, DC: American Psychological Association.

- Neulinger, J. (1981). *The Psychology of leisure*. (2nd ed.) Springfield, MA: Charles C. Thomas.
- Nevill, D. D., & Super, D. E. (1986). *The Salience Inventory: Theory, application, and research* [Manual]. Palo Alto, CA: Consulting Psychologist Press.
- Noletto, J. A. (2009). *A fábrica é dos mehin: Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas vistos a partir do caso da FrutaSã*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, DF. Disponível em [http://NolettoJ\\_a-fabrica-e-dos-mehi.pdf](http://NolettoJ_a-fabrica-e-dos-mehi.pdf)
- O'Brien, K.M. (2001), August). Future directions in career counseling training. In M.J Heppner and K.M. O'Brien (Chairs), *Career counseling training: Research based models, social justice setting, diverse populations*. Symposium presented at the annual convention of the American Psychological Association. San Francisco: CA.
- Offe, C. (1989). Trabalho: a categoria sociológica chave? In C. Offe. *Capitalismo desorganizado* (pp.167-198). São Paulo: Brasiliense.
- Offe, C. (1999). Reforma do Estado e trabalho. In M.R. Nabuco & C. A. Neto. *Relações de Trabalho contemporâneas* (pp. 47-68). Belo Horizonte: IRT da PUC de Minas Gerais.
- Oishi, S., & Diener, E. (2001). Goals, culture and subjective well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27(12), 1674-1682.
- Ojeda, L., & Brandy, P. (2013). Day laborers' life satisfaction: The role of familismo, spirituality, work, health and discrimination. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 19, 270-278.
- O'Leary, V. E., (1974). Some attitudinal barriers to occupational aspirations in women. *Psychological Bulletin*, 81, 809-826.
- Orford, J. (1992). *Community psychology theory and practice*. New York: John Wiley & Son.
- Organista, J. (2006). *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão popular.
- Padma, S., & Reddy, M. S. (2014). Work-life balance and job satisfaction among school teachers. A study. *Journal of Organizational Behavior*, 13, 51-60.
- Pais, J. M. (2003). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro* (2nd ed.). Porto: Âmbar.
- Patel, C. J., Ramgoon, S., & Paruk, Z. (2013). Exploring religion, race and gender as factors in the life satisfaction and religiosity of young South African adults. *South African Journal of Psychology*, 39(3), 266-274.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Research and Evaluation Methods*. (3rd ed.).

- Thousand Oaks, CA: Sage.
- Pavot, W., & Diener, E. (2004). The subjective evaluation of well-being in adulthood: Findings and implications. *Ageing International*, 29(2), 113-135.
- Pavot, W., Diener, E., Colvin, C. R., & Sandvik, E. (1991). Further validation of the satisfaction with life scale: Evidence for the cross-method convergence of wellbeing measures. *Journal of Personality Assessment*, 57(1), 149-161.
- Perrenoud, P. (1995). *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*. Porto: Porto
- Pesekian, N. (1997). *Positive psychotherapy: Theory and practice of a new method*. Berlin: Springer-Verlag.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008). Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/sintese\\_pnad2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/sintese_pnad2008.pdf)
- Peterson, C. & Seligman, M. (2004). *Character strengths and virtues: a handbook and classification*. Oxford: Oxford University Press.
- Phillips, S. D., & Imhoff, A. R. (1997). Women and career development: A decade of research. *Annual Review of Psychology*, 48, 31-59.
- Pillay, H. K., Boulton-Lewis, G. M., Wilss, L., & Rhodes, S. (2003). Older and younger workers' conceptions of work and learning at work: A challenge to emerging work practices. *Journal of Education and Work*, 16(4), 427-444.
- Poutignat, P., Streiff-Fenart, J. (1998). *Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. (E. Fernandes, Trad.) São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Qualls, S.H. (1992) Social gerontology theory is not enough: Strategies and resources for counselors. *Counseling Psychologist*, 20(2) 341-345.
- Rabbitt, P., Lunn, M. Ibrahim, S., Cobain, M., & McInnes, L. (2008). Unhappiness, health and cognitive ability in old age. *Psychological Medicine*, 2, 229-236.
- Rain, J. S., Lane, I. M., & Steiner, D. D. (1991). A current look at the job satisfaction/life satisfaction relationship: Review and future considerations. *Human Relations*, 44, 287-307.
- Reis, A. C. F. (1993). *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira* (Vol. 2). Belém: SECULT.
- Repetto, M. (2012). Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento. (p. 286-320, cap 11). In Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Vol.299). *Varições interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações*. S. G. Baines [et al.] (Orgs.). Brasília: Ibama; nB/Ceppac; IEB.

- Richardson, M. S. (1993). Work in people's lives: A location for counseling psychologists. *Journal of Counseling Psychology*, 40, 425-433.
- Robert, de P., Garcês, C. L., Laques, A.-E & Coelho-Ferreira, M. (2012, maio, agosto). A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goelde. Ciências Humanas*, 7(2), 339-369.
- Robitschek, C., & Cook, S.W. (1999). The influence of personal growth initiative and coping styles on career exploration and vocational identity. *Journal of Vocational Behavior*, 54, 127-141.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In T. F. Carneiro (Org.), *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas* (pp.57-77). Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola.
- Roel, A. R. (2002). A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3(4), 57-62.
- Rojas, H. (2005). *Uma teoria da felicidade*. Coimbra: Editorial Tenacitas.
- Ros, M. & Grad, H.M. (1991). El significado del valor trabajo como relacionado a la experiencia ocupacional: una comparación de profesores de EGB y estudiantes del CAP. *Revista de Psicología Social*, 6(2), 181-208.
- Ruiz-Quintanilla, S.A. & Claes, R. (2000). MOW Research Programs. In J.A. Katz (Ed.), *Databases for the study of entrepreneurship* (pp. 335-391). New York: JAI/Elsevier Science
- Russell, J. E. A. (1994). Career counselling for women in management. In W. B. Walsh, & S. H. Osipow, *Career counselling for women* (pp. 263-326). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55, 68-78.
- Ryan, R. M. & Deci, E. L. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well being. *Annual Review of Psychology*, 52, 141-166.
- Rybcznski, W. (2000). *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record.
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1069-1081.
- Ryff, C. D. & Keyes, C. L. M. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727.

- Ryff, C. D., & Singer, B. H. (1998). The contours of positive human health. *Psychological Inquiry*, 9, 1-28. Disponível [http://dx.doi.org/10.1207/s15327965pli0901\\_1](http://dx.doi.org/10.1207/s15327965pli0901_1)
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In *Para pensar o desenvolvimento sustentável: leituras* (pp.29-56). São Paulo: Brasiliensis.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Santilli, P. (1994). *Fronteiras da República-História e Política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: FAPESP.
- Santilli, P. (2001). *Pemongon patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: UNESP.
- Santilli, P. J. B. (2004). Identidade e localização; História do contato; Organizações indígenas; O caso da Raposa; Organização social; Atividades produtivas e fontes de informação. *Enciclopédia Povos Indígenas do Brasil*. Instituto socioambiental. Disponível em <http://povosindigenas.org.br/pib/epi/macuxi/macuxi.shtm>
- Santilli, S., Nota, L., Ginevra, M.C., & Soresi, S. (2014). Career adaptability, hope and life satisfaction in workers with intellectual disability. *Journal of Vocational Behavior*, 85, 67-74.
- Santos, J. F. (1994). *A relação superior-subordinado e significado do trabalho: um estudo psicossocial da atividade de Chefes de Gabinete de Senadores da República* (Dissertação de Mestrado). Brasília: Instituto de Psicologia-UnB.
- Santos, R. B. S. dos (2014). *Processos de Identidade dos Indígenas Trabalhadores da Construção Civil na Cidade de Boa Vista/RR*. (Tese de Doutorado). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Santos, R. N. G. dos (2003). *Roraima: a construção de identidade políticas, indígenas e não-indígenas no final do século XX*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Sarason, J. B. (1974). The psychological sense of community: *Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Savickas, M. L. (1989, March). Love and work: Life's two passions. *Paper presented at the Annual Meeting of the American Association of Counseling and Development*. Boston, MA.
- Savickas, M.L. (1991). The meaning of work and love: Career issues and interventions. *The Career Development Quarterly*, 39, 315-324.
- Savickas, M.L. (1995). Current theoretical issues in vocational convergence, divergence, and schism. In W. B. Walsh, & S.H. Osipow (Eds.), *Handbook of vocational psychology*, (2nd ed., pp. 1-34). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Savickas, M. L. (2005). The theory and practice of career construction. In S. D. Brown, & R. W. Lent (Eds.), *Career Development and Counseling: Putting theory and research to work* (pp. 42-70). New York: John Wiley.
- Savickas, M. L. (2011). *Career counseling*. Washington, DC: American Psychological Association Press.
- Savickas, M. L. (2013). Career construction and practice. In R. W. Lent & S. D. Brown (Eds.), *Career development and counseling: Putting theory and research to work* (2nd ed., pp. 147-183). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Savickas, M. L., & Baker, D. B. (2005). The History of Vocational Psychology: Antecedents, origin and early development. In Walsh, W. B., & Savickas, M. L. (Eds.), *Handbook of Vocational Psychology* (3rd ed. pp. 15-31). Mahwah, NJ: Lawrence Earlbaum.
- Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J.-P., Duarte, M. E., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R. & Van Vianen, A. E. M. (2009). Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, 75, 239-250.
- Schoon, I., Hansson, L., & Salmela-Aro, K. (2005). Combining work and family life: Life satisfaction among married and divorced men and women in Estonia, Finland, and the UK. *European Psychologist*, 10, 309-319.
- Schultheiss, D. E. P., Kress, H. M., Manzi, A. J., & Glasscock, J. M. J. (2001). Relational influences in career development: a qualitative inquiry. *The counseling psychology*, 49, 10-302.
- Scott, J.W. (1990). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo.
- Scott, J.W. (1992). História das mulheres. In P. Burke. (Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp.
- Scott, J. W. (1996). *Feminism and history*. Oxford New York: Oxford University Press.
- Seidlitz, L. e Diener, E. (1993). Memory for positive versus negative life events: theories for the differences between happy and unhappy persons. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 654-664.
- Seligman, M. (1995). The effectiveness of psychotherapy: The consumer reports study. *American Psychologist*, 50, 965-974.
- Seligman, M. E. P. (2002). *Authentic happiness: Using the new Positive Psychology to realize your potential for lasting fulfillment*. London: Nicholas Brealey Publishing.
- Seligman, M. E. P. (2004). *Felicidade autêntica: usando a nova psicologia positiva para a realização permanente*. Rio de Janeiro: Objetiva.

- Seligman, M. E. P., Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive Psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14. doi: 10.1037/0003-066X.55.1.5.
- Seligman, M. E. P., Steen, T. A., Park, N. & Peterson, C. (2005). Positive Psychology Progress: Empirical Validation of Interventions. *American Psychologist*, 60(5), 410-421.
- Sheldon, K. M., & Kasser, T. (2001). Goals, congruence, and positive well-being: New empiric support for humanistic theories. *Journal of Humanistic psychology*, 41 (1), 30-50.
- Silva, J. P. da, (2001). Populações Indígenas e Resgate de Tradições Agrícolas. *Embrapa Comunicação para Transferencia de Tecnologia*, Brasília, DF. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92494/1/seatexto-06.pdf>
- Silva, T. T. da. (1999). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Simoens, S., Scott, A. & Sibbald, B. (2000). Job Satisfaction, Work-Related stress and intentions to quit of Scottish Gps. *The Royal Society of Medicine Journal*, 87(4), 80-86. Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12235914>
- Smith, E. J. (1983). Issues in racial minorities' career behavior. In W. B. Walsh & S. H. Osipow (Eds.), *Handbook of vocational psychology*: (Vol.1, Foundations, pp. 161-222). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Soares, C. R. V. (1992). *Significado do trabalho: um estudo comparativo de categorias ocupacionais* (Dissertação de Mestrado). Brasília: Instituto de Psicologia-UnB.
- Soares, C. & Saboia, A. L. (2007). Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas. [Texto para Discussão, n. 21]. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo\\_trabalho\\_afdom\\_pnad2001\\_2005.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf)
- Sousa, L., & Lyubomirsky, S. (2001). Life satisfaction. In J. Worell (Ed.), *Encyclopedia of women and gender: Sex similarities and differences and the impact of society on gender* (Vol. 2, pp. 667-676). San Diego, CA: Academic Press.
- Souza Jr. J. A. de. (1993, janeiro, Dezembro). O Projeto Pombalino Para a Amazônia: e a 'Doutrina do Índio-Cidadão'. *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, (Vol. 112, n. 1/2). Belém.
- Stavenhagen, R. (1984). Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* (p.13-56). Brasília. Rio de Janeiro: UNB/Tempo Brasileiro.
- Swanson, J. L., & Woitke, M. B. (1997). Theory into practice in career assessment of

- women: assessment and interventions regarding perceived career barriers. *Journal of Career Assessment*, 5, 443-462.
- Staw, B. M., & Cohen-Charash, Y. (2005). The dispositional approach to job satisfaction: More than a mirage, but not yet an oasis. *Journal of Organizational Behavior*, 26, 59-78.
- Staw, B. M., & Ross, J. (1985). Stability in the midst of change: a dispositional approach to job attitudes. *Journal of Applied Psychology*, 70, 469-480.
- Strauss, A., Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. (2nd ed.) London, SAGE Publications.
- Strine, T. W., Chapman, D. P., Balluz, L. S., Moriarty, D. G., & Mokdad, A. H. (2008). The associations between life satisfaction and health-related quality of life, chronic illness, and health behaviors among U.S. community-dwelling adults. *Journal of Community Health*, 33(1), 40-50.
- Suh, E., Diener, E., Oishi, S., & Triandis, H. C. (1998). The shifting basis of life satisfaction judgments across cultures: Emotions versus norms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 482-493.
- Super, D. E. (1990). A life-span, life-space approach to career development. In D. Brown, & L. Brooks (Eds.), *Career choice and development: Applying contemporary theories to practice* (2nd ed., pp. 197-261). San Francisco: Jossey Bass.
- Super, D. E., & Sverko, B. (1995). *Life roles, values and careers: International findings of the Work Importance Study*. San Francisco: Jossey Bass.
- Sverko, B. (1999). The work importance study: recent changes of values in Croatia. *Applied Psychology: An International Review*, 48, 89-102.
- Sverko, B. & Super, D. E. (1995). The findings of the work importance study. In D. E. Super, & B. Sverko (1995). *Life roles, values and careers: International findings of the Work Importance Study* (pp. 349-358). San Francisco: Jossey Bass.
- Sverko, B., & Vizek-Vidovic, V. (1995). Studies of the meaning of work: approaches, models, and some of the findings. In D. E. Super & B. Sverko (Eds.), *Life Roles, Values, and Careers. International findings of the Work Importance Study* (pp. 3-21). San Francisco: Jossey Bass Publishers.
- Sweeney, T. J. (1998). *Adlerian counselling: A practitioner's approach* (4th ed.). Muncie. In Accelerated Development.
- Thomas, K. (Ed.). (1999). *The Oxford book of work*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Throsby, D. (2001). *Defining the artistic workforce: the Australian experience*. *Poetics*, 28, 255-271.

- Veenhoven, R. (1984) *Conditions of Happiness*. Dordrecht, The Netherlands/Boston, MA/Lancaster: D. Reidel Publishing Company.
- Veenhoven, R. (1994). Is happiness a trait? *Social Indicators Research*, 32, 60-101.
- Veenhoven, R. (1996). The study of life satisfaction. In W. E. Saris, R. Veenhoven, A. C. Scherpenzeel & B. Bunting (Eds.), *A comparative study of satisfaction with life in Europe* (pp. 11-48). Eötvös University Press.
- Walby, S. (1990). *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.
- Walsh, W. B., & Eggerth, D. E. (2005). Vocational psychology and personality: The relationship of the five-factor model to job performance and job satisfaction. In W. B. Walsh & M. L. Savickas (Eds.), *Handbook of vocational psychology* (3rd ed., pp. 267-295). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Warr, P. (2007). *Work, happiness, and unhappiness*. Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Watson, D., Clark, L. A., & Tellegen, A. (1988). Development and validation of brief measures of positive and negative affect: The PANAS scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 1063-1070.
- Wharton, A. (2005). Gender in interactions and institutions. In *The sociology of gender: an introduction to theory and research*. Oxford: Blackwell.
- White, R. (1959). "Motivation reconsidered: The concept of competence", *Psychological Review*, 66, 279-333.
- Whiston, S. C., & Keller, B. K. (2004). Expanding research concerning family influences on career development: Cultivating a number of brown spots. *The Counseling Psychologist*, 32, 612-617.
- Wiersma, U. J. (1990). Gender differences in job attribute preferences: Work-home role conflict and job level as mediating variables. *Journal of Occupational Psychology*, 63, 231-243.
- Wildes, I. (1995). *Cultura religiosa: as religiões do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Williams, D. R., & Williams-Morris, R. (2000). Racism and mental health: The African American experience. *Ethnicity & Health*, 5, 243-268. doi:10.1080/713667453.
- Wilson, W. J. (1996). *When work disappears: The world of the new urban poor*. New York: Random House.
- Wolfe, A. (1997). The moral meaning of work. *Journal of Socio-Economics*, 26(6), 559.
- Young, R. A., & Friesen, J. D. (1992). The intentions of parents in influencing the career development of their children. *Career Development Quarterly*, 40, 198-207.

## **Anexos**

---



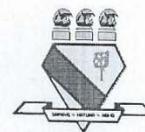
## **Anexo I**

---





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pela pesquisadora **Maria de Lourdes Sousa Gomes** – Professora Mestre do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima e Doutoranda da Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais, em relação a minha participação no projeto de pesquisa intitulado **“Significado do trabalho e satisfação com a vida de indígenas de etnia Macuxi”**, cujo objetivo é investigar: o significado do trabalho e sua relação com a satisfação com a vida de indígenas da etnia Macuxi. Tem como objetivo ainda, identificar as diferenças entre grupos no significado do trabalho e satisfação com a vida nas subamostras de gênero, idade e nível de escolaridade da população estudada. Os dados serão coletados individualmente com entrevistas gravadas em áudio e posteriormente os dados recolhidos serão transcritos e utilizados exclusivamente para objetivos de pesquisa. Ao participar da entrevista, o entrevistado corre os seguintes riscos: sentir-se constrangido ao falar de suas experiências pessoais; sentir-se incomodado ao revelar os diferentes tipos de trabalho realizado. Dessa forma a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento se o participante assim o desejar. Quanto aos benefícios: estima-se que o entrevistado será estimulado a falar sobre os trabalhos desenvolvidos em sua comunidade; elaborar narrativamente o seu trabalho cotidiano. A entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento se o participante assim o desejar. As respostas dadas serão mantidas em sigilo. Se necessário, serão permitidos pausas de alguns minutos para descanso, sempre que o entrevistador julgue necessário ou quando solicitado pelo entrevistado. Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à minha privacidade bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de

dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar meu estado de saúde físico e/ou mental, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, \_\_\_\_\_, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a pesquisadora Maria de Lourdes Sousa Gomes, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar da pesquisa.

Boa Vista/RR, de Junho de 2013

.....  
(nome e assinatura do entrevistado)

Eu, Maria de Lourdes Sousa Gomes, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo ao entrevistado.

Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com a pesquisadora nos endereços abaixo relacionados:

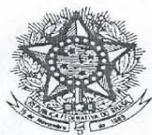
Nome:	Maria de Lourdes Sousa Gomes	
Endereço:	Universidade Federal de Roraima	
Bairro:	Aeroporto	
Cidade:	Boa Vista	UF: RR
Fones:	36213156	e-mail: <a href="mailto:ceduc@ufr.br">ceduc@ufr.br</a>

Pesquisadora: [lousog@ig.com.br](mailto:lousog@ig.com.br)

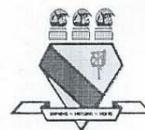
## **Anexo II**

---





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA



### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "**O significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas da etnia Macuxi**", sob a coordenação e a responsabilidade da Professora Mestre Maria de Lourdes Sousa Gomes, cursando o Doutorado na Universidade de Évora-PT, professora efetiva do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima, Siape nº 1032370, o qual terá o apoio desta Comunidade Indígena – Darora, durante a execução da pesquisa no corrente ano.

Boa Vista, 19 de junho de 2013.

  
Edmilson Silva de Albuquerque  
I. TUXAUA  
COMUNIDADE DARORA

RG. 73933 SSP/RR  
CPF. 330 272 262-15



## **Anexo III**

---





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA



### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "**O significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas da etnia Macuxi**", sob a coordenação e a responsabilidade da Professora Mestre Maria de Lourdes Sousa Gomes, cursando o Doutorado na Universidade de Évora-PT, professora efetiva do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima, Siape nº 1032370, o qual terá o apoio desta Comunidade Indígena – Vista Alegre, durante a execução da pesquisa no corrente ano.

Boa Vista, 19 de junho de 2013.

  
Alfredo de Souza  
1º Tuxaua  
Comunidade Vista Alegre  
CPF: 823.843.052-15

---

Nome



## **Anexo IV**

---





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA



### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **"O significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas da etnia Macuxi"**, sob a coordenação e a responsabilidade da Professora Mestre Maria de Lourdes Sousa Gomes, cursando o Doutorado na Universidade de Évora-PT, professora efetiva do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima, Siape nº 1032370, o qual terá o apoio desta Comunidade Indígena – Campo Alegre, durante a execução da pesquisa no corrente ano.

Boa Vista, 19 de junho de 2013.

*Jander E. da Silva*  
1ª TURMA  
CPF: 758.587.202-49  
Comunidade Campo Alegre

Nome

RG 297.032



## **Anexo V**

---





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA



### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **"O significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas da etnia Macuxi"**, sob a coordenação e a responsabilidade da Professora Mestre Maria de Lourdes Sousa Gomes, cursando o Doutorado na Universidade de Évora-PT, professora efetiva do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima, Siape nº 1032370, o qual terá o apoio desta Comunidade Indígena – Ilha, durante a execução da pesquisa no corrente ano.

Boa Vista, 19 de junho de 2013.

*Alvino Morais*  
Alvino Morais  
1º Tuxauá  
COMUNIDADE ILHA

CPF 149 946 902-00  
55P/RR  
RG. 51.666

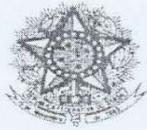
Nome



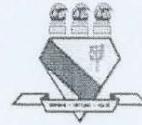
## **Anexo VI**

---





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA



### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "**O significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas da etnia Macuxi**", sob a coordenação e a responsabilidade da Professora Mestre Maria de Lourdes Sousa Gomes, cursando o Doutorado na Universidade de Évora-PT, professora efetiva do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima, Siape nº 1032370, o qual terá o apoio desta Comunidade Indígena – Barro, durante a execução da pesquisa no corrente ano.

Pacaraima, 20 de junho de 2013.

*Reginaldo de L. Bomfácio*  
Reginaldo de Lima Bomfácio  
Tuxaua Comunidade Barro  
Surumu/RR  
Nome

DG: 183.229  
CPF: 662.879.362-15



## **Anexo VII**

---

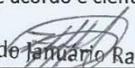


DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Boa Vista-RR, de Junho de 2013

Eu ZILDO JANUÁRIO Raposo declaro, a fim de viabilizar a execução do projecto de pesquisa intitulado "**O significado do trabalho e a satisfação com a vida de indígenas de etnia Macuxi**", sob a responsabilidade da pesquisadora Maria de Lourdes Sousa Gomes, que a referida pesquisa de investigação científica estará sendo realizada nas comunidades indígenas: Darora, Vista Alegre, Campo Alegre e Ilha, localizadas na região São Marcos, a fim de que se cumpram os objectivos do projecto apresentado. Esperamos, outrossim, que os resultados produzidos possam ser informados a este Conselho por meio de relatório.

De acordo e ciente,

  
Zildo Januário Raposo  
CPF 508.183.502-10  
Coord. Regional Baixo São Marcos



## **Anexo VIII**

---



# TERRAS INDÍGENAS DE RORAIMA

